

DOSSIÊ

ASSASSINATOS E VIOLÊNCIA
CONTRA TRAVESTIS
E TRANSEXUAIS
BRASILEIRAS EM 2020



BRUNA G. BENEVIDES
SAYONARA NAIDER BONFIM NOGUEIRA



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA)
INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE)

DOSSIÊ

ASSASSINATOS E VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2020

Bruna G. Benevides

Sayonara Naider Bonfim Nogueira

Copyright©2021 por Bruna G. Benevides e Sayonara N. B. Nogueira
Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citadas as fontes.

Pesquisa e análise
Bruna G. Benevides
Sayonara Naider Bonfim Nogueira

Revisão Ortográfica
Isaac Porto

Diagramação e design
Raykka Rica

Apoio para a publicação
Distrito Drag (DF)
Editora Expressão Popular

Apoio para a impressão
Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)
Embaixada da Noruega

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D729

Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021

136p.

ISBN: 9786558910138

1. Direitos e liberdades fundamentais. 2. LGBTI+. 3. Estatística. 4. Transfobia. 5. Travestis. 6. I. Bruna G. Benevides. II. Sayonara Naider Bonfim Nogueira.

CDU 342.722(81)

CDD 342.81023

Bibliotecário: Marcos F. G. Maia

CRB-2 / 1.445

Mudar para: A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento, é autorizada, desde que citada a fonte.

A violação dos direitos do/a autor/a (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

O medo ou o receio que você sente é o ódio que você não consegue elaborar y atravessa a tua retina toda vez que vê uma pessoa trans, que compromete a sua estabilidade de gênero, que desemboca em outras ordens fixas como a noção de sexo y família. Quando não assassina, produz aniquilamento.

É o mesmo fundamentalismo que faz o lobby cis-heterossexual, que arrancou y arranca a vida de tantas travestis y demais pessoas trans. Sem contar naquelas pessoas que tiveram suas vidas decepadas antes mesmo de se tornarem possíveis.

Precisamos estar comprometidas com o quê em nosso vocabulário tem associações que não nos isola da estrutura y que nos faz agentes do racismo, da misoginia, transfobias y demais feridas coloniais. A estrutura, a norma e o padrão versus os indivíduos que produzem a norma.

E não é apenas sobre responsabilização, mas o quanto estamos dispostas enquanto pessoas a superar vocabulários, práticas y pensamentos.

É menos sobre estrutura y mais sobre disposição para deformar aquilo que nos

deforma. O pensamento colonial não é uma exceção ou um erro, mas a própria regra.

E essa situação é muito emblemática do quanto a colonização brasileira não acionou apenas questões raciais y étnicas, mas também transfobia y concepções cis centradas. A transfobia é irmã do racismo. São filhos dos mesmos pais. Constituintes do projeto colonial. Nossas vidas não são negociáveis y manipuladas para dar sentido a um discurso que nos coloca como culpadas pelas violências que são colocadas contra nossas existências.

É preciso riscar a navalha no chão. É daqui pra adiante. Não estamos dispostas a negociar nossas vidas. Já ultrapassamos o limite do intolerável.

Não devem existir saídas fora da radicalidade.

Magô Tonhon

Mestra em filosofia, Consultora de diversidade,
Maquiadora Y Educadora de Beleza



PREFÁCIO

Em 2020, o Brasil assegurou para si o 1º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans no mundo, com números que se mantiveram acima da média. Neste ano, encontramos notícias de 184 registros que foram lançados no Mapa dos assassinatos de 2020. Após análise minuciosa, chegamos ao número de 175 assassinatos, todos contra pessoas que expressavam o gênero feminino em contraposição ao gênero designado no nascimento, e que serão considerados nesta pesquisa. É de se lembrar exaustivamente a subnotificação e ausência de dados governamentais.

Igualmente, este dossiê leva a uma reflexão acerca da conjuntura vivenciada pelas pessoas que fazem parte desse segmento da sociedade, que abandona e marginaliza pessoas que rompem com os padrões hetero-cis-normativos. O Brasil naturalizou um projeto de marginalização das travestis. A maior parte da população Trans no país vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas. Mas não só: o que era ruim piorou ainda mais neste ano, com a eleição de um governo que é explicitamente transfóbico por ideologia. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019)

Os dados apresentados, além de denunciarem a violência, explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios contra pessoas trans, traçando um perfil sobre quem seriam estas pessoas que estão sendo assassinadas a partir dos marcadores de idade, classe e contexto social, raça, gênero, métodos utilizados, além de outros fatores que colocam essa população como o principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais no Brasil.

Dados mostram que manipulações no uso das pesquisas produzidas pelas instituições da sociedade civil por representantes do Estado passam a ideia de que o número de pessoas trans assassinadas caiu em 2019 por ações do Estado. Não é possível fazer essa afirmação, tendo em vista a subnotificação e a falta de dados governamentais. Além disso, até o momento, não houve ações específicas para enfrentar essa violência, o que nos faz acreditar que seria uma falsa simetria afirmar uma diminuição de violência de forma “espontânea” e sem investimento material, pessoal ou institucional do Estado em uma política de enfrentamento do transfeminicídio.

A realidade é bem diferente no dia a dia das pessoas trans, num cenário onde a Advocacia-Geral da União (AGU) tem questionado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a legitimidade

da decisão sobre criminalizar a LGBTIfobia¹. Nessa edição, veremos que aumentou o número de violência nas redes sociais, tentativas de assassinatos, suicídios e o número de assassinatos. Notamos aumento em todos os cenários analisados, seja em períodos bimestrais ou semestral, comparado ao mesmo período de 2019.

Veremos, ainda, que o aumento da violência denuncia o reflexo da perseguição de setores conservadores do Estado às pautas pró-LGBTI e a campanha de ódio contra o que eles chamam de “ideologia de gênero”, que é um nítido ataque à existência das pessoas trans. Além disso, também é preocupante a associação de grupos anti-trans que têm se organizado em uma agenda global para impedir a conquista de novos direitos, cassar direitos conquistados e avançar com a manutenção do cissexismo. O cissexismo pode ser compreendido como a organização *c sistemática* de ações, noções discriminatórias e inferiorizantes de maneira institucional e/ou individual contra pessoas trans. A sua finalidade é afirmar que travestis, mulheres e homens trans, pessoas transmasculinas e demais pessoas trans são seres inferiores, que deveriam ocupar um lugar subalterno na sociedade. É uma instituição social que legitima e reconhece unicamente as identidades cisgêneras em detrimento das identidades transgêneras, através da sub-representação e invisibilidade, a fim de assegurar o *status quo* das identidades cis como o padrão hegemônico de ser e existir na sociedade.

Enfrentamos um momento singular, com a COVID-19 agravando ainda mais as desigualdades já existentes. Acreditava-se que, durante a pandemia do COVID-19, os índices de assassinatos poderiam diminuir, como aconteceu em outras parcelas da população² nos primeiros meses da pandemia no Brasil, pela necessidade do isolamento social colocado em muitas cidades/estados. Mas, quando vemos que o assassinato de pessoas trans aumentou, notamos que a vida das pessoas trans, principalmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas, tem sido diretamente afetada. Temos um cenário onde os fatores sociais se intensificam e impactam a vida das pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas para ter garantida sua subsistência. Nossas pesquisas estimam que cerca de 70% da população de travestis e mulheres transexuais não conseguiram acesso às políticas emergenciais do Estado, devido à precarização histórica de suas vidas, chegando a terem perda significativa em suas rendas³. Assim, não resta outra opção, a não ser continuar o trabalho nas ruas, impondo que tal grupo se exponha ao vírus em todas as fases da pandemia.

1. AGU questiona decisão do STF em criminalizar a homofobia (SIC). Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/10/16/agu-questiona-decisao-do-supremo-de-criminalizar-homofobia-e-gera-forte-reacao.ghtml> - acessado em 15/11/2020.

2. Rio registra queda de homicídios e roubos durante a quarentena. Disponível em: <https://epoca.globo.com/rio/rio-registra-queda-de-homicidios-roubos-durante-quarentena-24328153> - acessado em 14/11/2020.

3. Prostituição e pandemia. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods8/prostituicao-e-pandemia-terei-que-aceitar-20-ou-30-reais-preciso-comer/> - acessado em 14/11/2020.

Nesse cenário, dados preliminares do projeto da ANTRA, TransAção⁴, revelam que 94,8% da população trans afirmam terem sofrido algum tipo de violência motivada por discriminação devido à sua identidade de gênero. Quando perguntadas sobre suas principais necessidades, o direito ao emprego e renda aparece com 87,3%, seguido de acesso à saúde (em termos gerais e, também, em questões específicas de transição), educação, segurança e moradia. Além disso, 58,6% declarou pertencer ao grupo de risco para a COVID-19.

Diante da epidemia do coronavírus e de toda a dificuldade que temos tido para organizar estratégias capazes de promover um enfrentamento eficaz, que vêm sendo prejudicadas pela lambança que vem sendo feita pelo presidente, vemos escancarada a política de deixar viver ou morrer, que já vinha sendo colocada em prática, mas que agora se manifesta sem filtro e sem limites. Seja pelas ações do governo ou ausência delas, essa política afeta diretamente pessoas empobrecidas, negras, idosos, PCD, mulheres, pessoas vivendo com HIV, LGBTI+, indígenas e outros povos tradicionais, pessoas que não têm sua humanidade reconhecida, cujas existências sejam vistas como indesejáveis, não devendo ter acesso a cuidados ou a direitos. Muitas não são vistas como gente, e as travestis profissionais do sexo, em sua maioria negras e semianalfabetas que desempenham sua função na rua, enfrentam diversos estigmas no país que mais assassina pessoas trans do mundo. A precarização de determinada parcela da população faz parte de um plano global genocida para exterminar vidas que enfrentam processos históricos de vulnerabilização, a fim de cumprir o plano de defesa da propriedade privada de uma *casta superior* pautada na branquitude empresarial, que se diz cristã e é neoliberal, e de garantir a manutenção dos privilégios egoístas de uma elite racista e conservadora, cis-hétero-centrada. (BENEVIDES, Bruna, 2020. *Nova Pandemia, Velhas Mazelas*⁵)

Mesmo diante deste cenário e da constante cobrança por parte dos movimentos sociais, não houve um único projeto específico de apoio à população LGBTI+ para o enfrentamento da pandemia. Os dados apresentados, além de denunciarem a violência, explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios de pessoas trans, em especial para a proteção das trabalhadoras sexuais. Explicitam, também, a necessidade do acesso às políticas de assistência, bem como outros fatores que colocam essa população como o principal grupo que tem suas existências precarizadas, expostas a diversas formas de violência, como as mortes intencionais no Brasil.

4. TransAção: Projeto de Apoio emergencial para travestis e mulheres trans no Rio de Janeiro, tendo participado 150 travestis e Mulheres trans. Uma parceria entre a ANTRA, Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Instituto de estudos da Religião (ISER) e Instituto UNIBANCO. Disponível em: http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/10366-Convenio-permitira-auxilio-a-travestis-e-mulheres-transexuais?fbclid=IwAROPv_4HYzu5rIPe8cgu2UG-GOY365PKz-Vu_2ynXFU0r1D5SZUVelh-Q4 (A pesquisa final do projeto será publicada pela ANTRA após análise dos dados) - acessado em 15/11/2020.

5. Nova epidemia, Velhas Mazelas. Disponível em: <https://medium.com/@brunagbenevides/nova-epidemia-velhas-mazelas-5a320a622a0c> - acessado em 15/11/2020.

Entre as ações e recomendações⁶ que temos feito até aqui, estão o lançamento de diversas cartilhas⁷, entre elas sobre como agir em casos de violência LGBTIfóbica, além de dicas de prevenção para profissionais do sexo durante o período do COVID-19, e recomendações sobre como agir em casos de violência doméstica neste período de isolamento social, dentre outras. Houve aumento da violência doméstica, piora nos índices de saúde mental e aumento dos casos de suicídio, além da perda de diversas ativistas importantes para o movimento trans nacional em decorrência da COVID, por estarem atuando na linha de frente pela vida das pessoas trans.

A ANTRA encaminhou um documento contendo um panorama ampliado sobre a situação das pessoas LGBTI+ durante a crise sanitária do coronavírus, além de uma série de recomendações ao relator independente para a proteção contra a violência motivada por orientação sexual e/ou identidade de gênero da ONU. Além disso, tem participado de webnários internacionais com países da América Latina⁸, fóruns de debates e discussões sobre como enfrentar esse período, mantendo como tema central a proteção e atuação das pessoas trans, e dialogado com agências e entidades internacionais sobre a situação do Brasil neste período.

Outra importante atuação foi o monitoramento de ações em prol da população trans, em constante diálogo com outras redes parceiras, órgãos de classe, defensorias públicas estaduais e da União, a fim de contribuir para o acesso à renda básica emergencial e/ou campanhas para aquisição e distribuição de alimentos, kits de prevenção às IST/HIV/AIDS, e materiais de higiene pessoal e de proteção ao COVID-19, lançados no Mapa da Solidariedade⁹, em parceria com a ABGLT.

Os assassinatos de pessoas trans continuam aumentando pela falta de ações do Estado, que não implementou nenhuma medida de proteção à população LGBTI+, mesmo depois da decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a LGBTIfobia como uma forma do crime de racismo.

6 Nota sobre a atuação da ANTRA em tempos do COVID-19. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/03/24/nota-sobre-atuacao-da-antra-em-prol-da-populacao-trans-em-tempos-do-covid-19/> - acessado em 15/11/2020.

7 Cartilhas e Manuais da ANTRA. Disponível em: <https://antrabrasil.org/cartilhas/> - acessado em 15/11/2020.

8 Webnar Race and Equality. Disponível em: <https://raceandequality.org/es/brazil-p/raca-e-igualdade-organizou-um-webinar-para-ativistas-compartilharem-os-efeitos-do-covid-19-na-populacao-lgbti-na-america-latina-com-o-especialista-independente-da-onu-em-orientacao-sexual-e-identidade/> - acessado em 15/11/2020.

9 Mapa da Solidariedade. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/04/15/instituicoes-lgbtqi-lancam-campanha-coletiva-para-o-coronavirus-saiba-como-doar/> - acessado em 15/11/2020.

Os dados não refletem exatamente a realidade devido à subnotificação, que aumentou, mas demonstram, a partir desta pesquisa, que o Brasil vem passando por um processo de recrudescimento em relação à forma com que trata travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculinas e demais pessoas trans. Isso reforça a importância do nosso trabalho, que, desde seu início, tem se firmado como uma importante ferramenta na construção de dados, denúncias e na proposição de elementos que irão impactar a forma de combate à violência transfóbica em nossa sociedade.

BRUNA BENEVIDES

Secretária de Articulação Política da ANTRA

SUMÁRIO

1. Introdução:	15
A) Gisberta, 15 anos depois com Neon Cunha	15
B) Objetivos	19
C) Metodologia	21

PARTE I – ASSASSINATOS CONTRA A POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL

2. A subnotificação <i>cistêmica</i> do assassinato de travestis e demais pessoas trans	26
3. Assassinatos 2020	31
3.1 Assassinatos por estado	34
3.2 Assassinatos por região	36
3.3 Perfil das vítimas	37
A) Idade	38
B) Classe e contexto social	42
C) Raça	46
D) Gênero	50
4. A identidade de gênero das vítimas na mídia	54
5. Tipos de assassinatos	57
6. Perfil dos suspeitos	61
7. Tentativas de homicídio	64
8. Dados internacionais - 2020: o Brasil segue na liderança dos assassinatos contra pessoas trans no mundo	69

9. Assassinato de defensoras trans de direitos humanos com Symmy Larrat	72
10. Elementos comuns a partir da análise dos assassinatos.....	77

PARTE II - OUTRAS VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

11. O paradoxo entre o pornô e o assassinato de pessoas trans no Brasil	81
12. Violência política contra candidaturas e pessoas trans eleitas com Symmy Larrat	85
13. Transfobia na rede social e os impactos nas vidas trans com Sara Wagner York.....	95
14. Transfobia recreativa e o corpo risível por Renata Carvalho.....	102
15. Violações de direitos humanos da população trans	109
16. Suicídio e a população trans	119
17. Os impactos da covid e mortes pelo coronavírus.....	122
18. Um ano e meio depois da criminalização da LGBTIfobia por Caê Vasconcelos	127
19. Palavras da presidenta: entre pandemias e violências por Keila Simpson.....	131
20. Autoras.....	135





INTRODUÇÃO

A) GISBERTA, 15 ANOS DEPOIS

Bruna Benevides
Neon Cunha¹⁰

Em 2021, completam-se 15 anos do assassinato brutal e cruel de Gisberta: esquecida, quando não ignorada pela maioria dos brasileiros ou lembrada apenas em momento pontuais e, muitas vezes, de forma romantizada, quando cantada na voz de Maria Bethânia, em uma canção de Pedro Abrunhosa – Balada de Gisberta. Ouvidos pouco atentos não se deram conta de que Gisberta era uma travesti vítima do ódio, que nos lembra a realidade que muitas pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres trans, conhecem bem, mas que até então permanecia na invisibilidade e tinha a impunidade como regra.

De acordo com o último relatório da Transgender Europe (TGEU) lançado em 2020, que analisa o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans pelo mundo a partir dos dados coletados em pesquisas como a nossa no Brasil, 98% das vítimas de assassinatos globais são pessoas que vivenciam o gênero feminino¹¹. Esse dado aponta para como o gênero é um dos fatores centrais que colocam essa parcela da população em risco aumentado de violências e de serem vítimas de assassinatos.

10. Neon Cunha. Mulher negra, ameríndia e trans. Publicitária e ativista independente. Articula junto à Marcha das Mulheres Negras de SP.

11. Em 2020 Brasil continua líder mundial em assassinatos de pessoas trans. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/11/17/em-2020-brasil-continua-lider-mundial-em-assassinatos-de-pessoas-trans/> - acessado em 11/12/2020.

Vidas insistentemente escritas como abjetas, matáveis, fora da norma e que, portanto, merecem aquilo que enfrentam, reduzidas em sua capacidade de existir entre os *normais*, tendo sua humanidade negada, descaracterizada. Como consequência, cria-se um processo que afasta a possibilidade de sentirmos compaixão. Uma vida mundana, perversa, pervertida e doente (sic). O que lhe resta, sob a ótica religiosa, é o pagamento do pecado: a morte.

Há quinze anos, Portugal despertava para a realidade da intolerância e do ódio contra pessoas trans. O assassinato de uma travesti brasileira no Porto chocava a sociedade, com repercussão mundial. Agredida e violada *cistematicamente* por 14 adolescentes durante dias, seu corpo foi encontrado no fundo de um poço de 15 metros, onde foi jogada depois de dias de diversas formas de violências. A vítima: Gisberta Salce Junior, uma prostituta travesti imigrante brasileira de 45 anos.

Nunca saberemos o que exatamente se passou durante aqueles três últimos dias de sua vida, em que Gisberta esteve sendo mantida em uma espécie de ritual pela expiação de seus pecados e rumo a seu calvário, ou os reais motivos que geraram toda a catarse de ódio que manteve os jovens que a mataram tão envolvidos. Dos 14, 11 deles eram assistidos na Oficina de São José, instituição tutelada pela Igreja Católica. Sabemos que o ódio foi o motor principal desse horror, que atuou de forma tão potente para quem batia. Eles a humilharam e bateram até cansar. Cansados, mas não satisfeitos, arrastaram seu corpo e a atiraram no fundo de um poço. Foi esse o único momento de sua vida que nos tocou.

Algun tempo depois, os garotos contaram a colegas sobre Gisberta, que descreveram como "um homem que 'tinha mamas' e 'parecia mesmo uma mulher'". As visitas, que até então eram solidárias, transformaram-se num incompreensível ato de violência extrema e gratuita. Os 14 jovens – entre os 12 e os 16 anos – dividiram-se em grupos que revezavam-se para espancar, violentar e humilhar a brasileira. Durante três dias, Gisberta foi agredida a pedradas, pauladas e chutes. Foi sexualmente torturada com o uso de pedaços de madeira e teve o corpo queimado com cigarros. Entre 21 e 22 de fevereiro, os jovens voltaram ao prédio abandonado. A brasileira não respondia a qualquer estímulo. Ao julgarem que estava morta, planejaram como desaparecer com o corpo. Primeiro pensaram em queimá-lo, mas desistiram por medo de que a fumaça atraísse a atenção de seguranças que trabalhavam num parque próximo. Depois imaginaram enterrá-lo, mas não tinham as ferramentas necessárias. Então, optaram por atirá-la ao fosso do prédio, que estava cheio de água. Gisberta estava inconsciente, mas ainda viva. Morreu afogada. (Mamede Filho, BBC Brasil¹²)

12. A Brasileira que virou símbolo LGBT e cujo assassinato levou a novas leis em Portugal. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160218_brasileira_lgbt_portugal_mf - acessado em 11/12/2020.

Não apenas o julgamento ocorreu sob diversas questões extremamente problemáticas no transcurso do processo, como houve diversas tentativas de evitar dar nome ao que realmente motivou a sua morte: ódio! Não existem outras palavras capaz de explicar a morte de Gisberta. Ela foi morta pelo ódio à sua existência subversiva, cercada por mitos, estigmas e tabus, pela sua condição de gênero não cisgênera, pela situação de vulnerabilidade em que foi colocada, pela precarização sob a qual insistia em sobreviver, pelo isolamento compulsório que enfrentava e, principalmente, por insistir em se manter viva, mesmo diante dos vários dias, formas, intensidade e crueldade com que foi violentada a sangue frio.

... uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema como o qual a normatividade tem de lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida (BUTLER, 2017, p. 22).

Gisberta, brasileira, transformou-se em símbolo de denúncia contra a transfobia e as diversas formas que ela admite: imigrante ilegal, travesti, prostituta, sem-teto e vivendo com HIV, em Portugal. Seu assassinato causou a necessidade de reflexões urgentes em relação à transfobia. Gerou o debate sobre a violência transfóbica. Mudou o olhar para as questões da igualdade de gênero. Abriu uma discussão e inaugurou caminhos para transformações que garantiriam maior inclusão e direitos às pessoas trans.

"O assassinato da Gisberta estabeleceu um antes e um depois em Portugal. Mudou a maneira como a sociedade olhava para as mulheres trans, mudou o modo como a imprensa falava sobre as pessoas trans, estimulou a criação de leis que tratassem da igualdade de gênero", afirma à BBC Brasil o ativista português Sérgio Vitorino, do movimento social Panteras Rosa - Portugal.

Nos anos que se seguiram à morte da brasileira que deixou o bairro Casa Verde, na periferia da Zona Norte de São Paulo, fugindo das operações de extermínio às mulheres trans e travestis que acontecia na cidade nos anos 80, o Legislativo português criou uma série de leis voltadas para a igualdade de gêneros, com o objetivo de garantir a pessoas trans maior acesso à justiça, à educação e ao emprego. Além disso, foi aprovada a concessão de asilo a pessoas trans estrangeiras em risco de perseguição.

Assim como Gisberta, muitas outras travestis e mulheres trans enfrentam o *êxodo travesti*¹³, sendo expulsas de suas cidades, estados e até de seus países pela violência e dificuldade de acesso à cidadania. Sua história virou peça, documentário, e um marco na luta pelos direitos das pessoas LGBTI – em Portugal.

A violência crescente em São Paulo contra transexuais no final da década de 1970 e início dos anos 1980 motivou a migração de Gisberta para a França aos 18 anos. (...) e seguiu para Portugal, onde viveu os últimos 20 anos de vida. Instalou-se no Porto, onde fez amizades com artistas, enturmou-se na cena gay local e começou a trabalhar nas casas noturnas direcionadas ao público LGBT. Porém, o dinheiro ganho pelos shows pontuais não era suficiente para o seu sustento. A prostituição foi a forma que encontrou para complementar sua renda e fez parte de sua vida praticamente desde que chegou em Portugal. (Bruno Abreu, *Resista ORP – Uma sentença de morte para Gisberta*)¹⁴

Desde 2008, o Brasil segue como o país que mais assassina pessoas trans do mundo¹⁵. É triste perceber que só celebremos a vida de uma pessoa pelo mal que lhe aconteceu. 15 anos depois de Gisberta e as lições que o caso nos denunciou, vemos o transfeminicídio crescer a cada ano, ceifando vidas e mantendo a impunidade dos assassinos.

É preciso afirmar que a violência que executou Gisberta chocou parte do mundo e mudou o curso da vida da população não cisgênera portuguesa. Porém, é também preciso reconhecer que, apesar de influenciar continuamente o combate ao cissexismo e à transfobia estrutural, o caso não conseguiu alterar o essencial, nem provocar a elaboração de uma lei de identidade de gênero brasileira que promovesse as mudanças legais, sociais e políticas necessárias para que um dia possamos dizer que o Brasil é uma nação que respeita integralmente as identidades trans ou que lhes garante uma humanidade.

13. O Êxodo Travesti é o processo migratório enfrentado, majoritariamente por aquelas pessoas trans que se reivindicam enquanto pertencentes ao gênero feminino, normalmente para grandes centros e muitas vezes de forma indesejada, em busca de autoconhecimento, liberdade, construção de suas identidades e de oportunidades, seja no mercado do sexo ou não. Há, ainda, aquelas pessoas que se mudam para fora do país em busca de sua autonomia, dignidade e sobrevivência. Esse êxodo se dá pela percepção do quanto uma pessoa trans enfrenta violentos processos de exclusão social em todos os níveis, que lhe resta apenas sair de onde vive/viveu, para tentar sobreviver longe de seus locais de origem - normalmente onde se iniciam os processos de maior violência, muitas vezes ainda precocemente dentro de seus lares ou no ambiente escolar, e onde estariam mais expostas a serem vítimas de violações de direitos humanos (BENEVIDES, Bruna, 2019).

14. Uma sentença de morte para Gisberta. Disponível em: <https://resistaorp.blog/2018/02/22/uma-sentenca-de-morte-para-gisberta/> - acessado em 12/12/2020.

15. Pelo 12º ano consecutivo o Brasil é o país que mais mata transexuais do mundo. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo/> - acessado em 07/01/2021.

Como honrar a memória de Gisberta, 15 anos depois? Quantas Gisbertas mais veremos no Brasil diariamente, até que possamos pensar em ações efetivas contra o assassinato *cistemático* de pessoas trans? Talvez o ensinamento de Nelson Mandela aponte um olhar para o futuro imediato que possa pôr fim ao desprezo por certas vidas humanas: “Ninguém nasce odiando outra pessoa (...). Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

B) OBJETIVOS

O objetivo do presente dossiê é garantir que as Gisbertas, Dandaras e tantas outras possam ter o direito à vida assegurado e que o país deixe de ser o que mais assassina pessoas trans do mundo. Para tal, lutamos para que as informações que vêm sendo construídas sejam atualizadas e utilizadas para pensarmos em formas de erradicar a transfobia, a travestifobia, o transfeminicídio e outras violências diretas e indiretas contra a população trans não apenas no Brasil, mas possam, com as janelas que se abrem a partir das trocas de informações, alcançar uma oposição eficaz em todo o ciclo da violência transfóbica, que é estrutural e estruturante de nossa sociedade.

O principal objetivo dessa pesquisa é denunciar os casos de violência e violações dos direitos humanos contra a população de travestis, mulheres transexuais, homens trans, transmasculines e demais pessoas trans¹⁶, que têm reafirmado a posição do Brasil como o país que mais mata travestis e transexuais do mundo, assim como expor a omissão do Estado frente a esses mesmos dados, ignorando as pesquisas e denúncias feitas pelas instituições que lutam pelos direitos humanos e da população LGBTI.

Diversos fatores se mostram presentes diante desta política de morte, apresentando-se como ferramentas para a manutenção da violência no cenário que vemos anualmente ser apresentado e que precisam ser enfrentados. Destacamos aqui:

- ◆ Proibição das discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade nas escolas;
- ◆ Interferência no Estado de uma ideologia religiosa em detrimento do Estado laico;
- ◆ Disseminação de uma política institucional anti-trans através da narrativa falaciosa de uma suposta “ideologia de gênero”;
- ◆ Alinhamento de grupos anti-trans nas esferas públicas e institucionais;

16. Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans, Transmasculines e demais pessoas Trans, são as identidades políticas que serão utilizadas durante a construção desse dossiê.

- ◆ Falta de campanhas de educação/prevenção da violência transfóbica;
- ◆ Ausência de projetos, ações e campanhas sobre educação e empregabilidade para a população trans;
- ◆ Dificuldade no acesso ou negação de atendimento de pessoas travestis e mulheres transexuais nas Delegacias da Mulher e demais aparelhos de proteção às vítimas de violência doméstica;
- ◆ Ausência de dados populacionais e estatísticos sobre a população LGBTI;
- ◆ Dificuldade no acesso à saúde, especialmente no acesso aos procedimentos previstos no processo transexualizador e cuidados com a saúde mental;
- ◆ Ausência de casas-abrigo para LGBTI+ que são expulsos de casa, em retorno de migração forçada ou tráfico de pessoas, perseguidos politicamente, em situação de rua ou que, por algum outro motivo, não tenha acesso a moradia/local para viver.
- ◆ Omissão frente às violações de direitos humanos e a necessidade de mapeamento, acompanhamento e controle quantitativo sobre a população trans privada de liberdade;
- ◆ Ausência de campos ou informações sobre nome social e identidade de gênero das vítimas no registro das ocorrências;
- ◆ Dificuldade no entendimento e na correta aplicação da decisão do STF que reconheceu a LGBTIfobia como crime de racismo nos termos da lei nº 7716/89; e
- ◆ Não reconhecimento e garantia da proteção através da Lei Maria da Penha ou a tipificação das mortes como feminicídio.

Percebe-se, ainda, uma equivalência do aumento dos casos de violência no mesmo momento em que se inicia uma cassada aos direitos e avanços da população LGBTI. Isso é um exemplo inquestionável da presença dessa política antidireitos explícita durante o primeiro ano desse governo. Casos de violência e violações de direitos humanos contra a população LGBTI se intensificaram, assim como os casos de suicídio e as negações de acesso a direitos básicos.

Pretendemos, ainda, incentivar a discussão sobre a urgência e necessidade de uma correta e sistemática aplicação dos efeitos da criminalização da LGBTIfobia, assim como pensarmos em políticas públicas, dentro e fora do âmbito de segurança pública, para tentar estancar essa ferida que segue aberta há tanto tempo. **Sem acesso à saúde no seu sentido amplo, à educação, ao emprego e à renda, à segurança, à dignidade e à cidadania, torna-se ineficaz o combate à violência.**

Essa série contínua de pesquisa que lançamos anualmente no dia 29 de janeiro – Dia Nacional da Visibilidade Trans, desde 2018, é pensada, ainda, como ferramenta de denúncia do Brasil nos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, frente às cortes internacionais, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

C) METODOLOGIA

Em 2020, a fim de dinamizar e fortalecer a divulgação dos dados, provocando a discussão em âmbito público durante vários períodos do ano e não apenas quando do lançamento dessa pesquisa, incluímos a publicação de boletins bimestrais, que nos ajudaram a monitorar a situação da violência e a fazer uma análise sobre a evolução do cenário junto aos impactos da crise sanitária provocada pela COVID-19 na população trans.

A metodologia segue o padrão da *ONG Transgender Europe – TGEU*. O levantamento é feito de forma quantitativa, visto que não existem dados demográficos a respeito da população trans¹⁷ brasileira: a partir de pesquisa dos casos em matérias de jornais e mídias vinculadas na internet, de forma manual, individual e diária. Há, ainda, aqueles casos em que nenhuma mídia cobre ou publica o assassinato e, por conta disso, contamos como fontes complementares as informações que chegam através de instituições LGBTI que publicam informações sobre pessoas assassinadas e/ou informações que chegam através da rede de afiliadas da ANTRA e parceiros, além dos mais diversos meios e canais de comunicação (e-mail, Facebook, Whatsapp, etc.).

De posse das informações, elaboramos uma ferramenta no Google Maps, para organizar os dados ao longo do ano, criando uma ferramenta interativa sobre a situação da violência e dos assassinatos de pessoas trans, que se transforma em nossa base de dados e fonte principal de pesquisas posteriores, ficando ainda disponível para consultas e acesso de outras pesquisas/pesquisadores¹⁸.

17. Pessoas trans é a forma que será usada ao longo desse texto para falar sobre o coletivo das identidades trans que serão mencionadas no decorrer do mesmo.

18. Acesso ao Mapa dos Assassinatos: Devido ao mau uso, plágios, não citação da fonte e apropriações indevidas de nosso trabalho, o acesso ao Mapa dos Assassinatos é restrito e será disponibilizado às pessoas que solicitarem acesso, desde que comprovem, através de um breve resumo o objetivo do seu uso, bem como o meio em que serão utilizados/publicados e se comprometendo em garantir que a fonte seja devidamente citada. Para acesso aos mapas enviar um e-mail contendo as informações solicitadas, nome e contato para: bruna-marx@hotmail.com – Assunto: Acesso ao Mapa/ (incluir ano). As solicitações serão avaliadas e respondidas sobre o acesso de acordo com critérios próprios da autora do Mapa.



PARTE I – ASSASSINATOS CONTRA A POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL



A SUBNOTIFICAÇÃO CISTEMÁTICA²⁰ DO ASSASSINATO DE TRAVESTIS E DEMAIS PESSOAS TRANS

É sempre muito controverso quando tentamos discutir sobre dados de violência contra pessoas LGBTI+ no país - especialmente em se tratando de uma população que enfrenta diversas formas de violência direta e indireta, institucionais e estruturais, muitas vezes naturalizadas e que seguem enraizadas em nossa cultura. É uma violência específica, visto que sua motivação parte de uma ideia equivocada a respeito da forma com que pessoas LGBTI+ são vistas na sociedade.

Acreditamos que a criminalização da LGBTIfobia deveria potencializar o enfrentamento da omissão dos estados para podermos ter um levantamento de dados. Porém, isso acontece, fato que, mais uma vez, reforça que os estados não estão interessados em enfrentar o problema da LGBTIfobia, seja ela institucional ou não. Não querer levantar esses dados é uma face da LGBTIfobia institucional e, ao mesmo tempo, demonstra um descaso frente à violência contra a população LGBT+, manifestado pela dificuldade no reconhecimento dessa violência específica.

Há de ser mencionado que faltam dados estatísticos governamentais sobre a violência sofrida pela população LGBTI+, em especial sobre a população trans, tendo em vista que, sem o devido acolhimento, essa população não efetiva a denúncia formal. Quando o faz, a vítima não tem o atendimento adequado. Nos casos em que não se retificaram seus assentamentos registraes, é qualificada como consta no documento civil, muitas vezes divergente de sua identidade de gênero, o que gera ainda mais subnotificação.

20. Durante a produção desse texto foram utilizadas diversas formas de neologismos a fim de marcar o sufixo “cis” como algo proveniente das pessoas cis ou da cisgeneridade.

Nos casos de assassinatos, esses dados se perdem nos registros de ocorrência. Da mesma forma, nos lados de IML, ignora-se a identidade de gênero da pessoa. Com isso, torna-se evidente que são os estados, as polícias e órgãos de segurança os responsáveis pela falta de dados e manutenção da subnotificação dos dados de assassinatos de pessoas trans no Brasil.

É essencial, para mudar este quadro, a atuação em diversas frentes de modo coordenado: contabilizar populações LGBTQI+, conhecer suas disposições territoriais, focar campanhas e políticas de prevenção a partir de suas territorialidades e incrementar tanto a capacidade quanto a qualidade de atendimento às vítimas em todas as delegacias, dada a escassez de delegacias especializadas. Trata-se, portanto, da necessidade de um esforço transversal e coordenado, para que tenhamos uma segurança pública para a qual LGBTQI+ existam e importem, tendo seu direito à segurança pública garantido. (Dennis Pacheco, pesquisador do FBSP²¹)

Em 2020, pela primeira vez desde que passou a ser publicado, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública trouxe dados sobre violência contra a população LGBTI+. Logo no início, consta uma informação que chama a atenção: 15 estados e o DF não têm qualquer informação sobre violências motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero. Os demais trazem informações dos Sistema de Informações de agravo de Notificação (SINAN), que traz dados sobre atendimentos de ocorrências no sistema público de saúde, e do Disque 100 – que enfrenta um apagão de dados desde 2016.

Apenas onze estados disponibilizaram dados de violência contra pessoas LGBTs no Brasil para que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública pudesse elaborar o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, lançado nesta segunda-feira (19/10): Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. E nenhum deles traz dados sobre assassinatos. (Caê Vasconcelos para a ponte Jornalismo²²).

Dennis Pacheco, pesquisador do FBSP, destaca que, “de modo análogo ao que ocorre com dados de racismo e injúria racial, dados relativos à violência contra a população LGBTQI+ possuem um imenso déficit de captação e publicização por parte do setor de Segurança Pública. Dados do Atlas da Violência 2019 e 2020 demonstram que há baixa produção de dados referentes a este segmento a partir do setor da Saúde, que ainda assim, tem maior desempenho, produzindo

21. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf> - acessado em 04/01/2020.

22. 15 Estados e o DF se recusam a contabilizar a violência contra LGBTI. Disponível em: <https://ponte.org/15-estados-e-distrito-federal-se-recusam-a-contabilizar-violencia-contralgbts/> - acessado em 04/01/2021.

dados de qualidade muito superior aos que nos foram entregues pelas Secretarias de Segurança Pública”²³.

Em fevereiro de 2017 a travesti Dandara Ketlyn foi assassinada à luz do dia mediante pauladas, espancamento e tiros em Fortaleza/CE. Ela foi brutalmente torturada enquanto seus algozes a ofendiam pelo seu gênero e demonstravam ódio pela sua existência. O crime foi gravado e amplamente divulgado nas redes sociais gerando muita revolta. O Ceará foi o estado que mais matou travestis e transexuais do Brasil no mesmo ano (único estado que aparece nas listas de dados absolutos e em dados proporcionais da ANTRA). No mesmo ano em que matou Dandara, matou Herika e tantas outras travestis e transexuais de formas brutais e abomináveis.

Porém, para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará e nos procedimentos formalizados nos inquéritos policiais da Capital e Região Metropolitana daquele ano, não houve a identificação de nenhum crime ligado à LGBTIfobia²⁴. Desde 2017, o Ceará consta como um dos cinco estados com mais casos de assassinatos de pessoas trans no país.

A sociedade civil consegue mensurar de alguma maneira. Como que a Antra, que é uma organização pequena da sociedade civil, que não dá para comparar com um aparelho burocrático imenso do Estado, consegue fazer essa mensuração e o Estado na pasta de segurança pública não consegue? (Dennis Pacheco, pesquisador do FBSP)

Existe, ainda, um histórico de violações por parte de agentes e trabalhadores da segurança pública, seja no atendimento ou abordagem desta população, seja no não reconhecimento das diversas formas de violência que enfrenta. Essa situação torna difícil denunciar atos e mecanismos simbólicos de discriminação, violência psicológica e mesmo violências físicas, visto que essas denúncias são constantemente enquadradas sem levar em conta o qualificador da LGBTIfobia, gerando subnotificação ou ausência de dados. Muitas vezes, isso se deve ao despreparo do atendente para o atendimento da população trans, ou pelo preconceito institucional ao se deparar com uma vítima LGBTI+.

Assim, é preciso garantir o devido atendimento em todas as delegacias por meio de formações periódicas, para garantir a criação e o cumprimento de um protocolo de atendimento às pessoas trans²⁵: regras corretas de abordagem e revista, além da garantia do emprego, respeito e uso

23. Ver item 21.

24. SSPDS conclui que não houve nenhuma morte por homofobia em Fortaleza. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/11/sspds-conclui-que-nao-houve-nenhuma-morte-por-homofobia-em-fortaleza.html> - acessado em 04/01/2021.

25. Cartilha de atendimento e abordagem da população LGBTI+ por agentes de segurança. Disponível em: chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbfdmadadm/https://5c81e371-9081-4c12-b89e-9214c6e5fea7.filesusr.com/ugd/6f0a82_b321bd963e75463fbfbcdba52353120b.pdf - acessado em 04/01/2021.

correto do nome social e da identidade de gênero das pessoas trans em todos os momentos em que seja necessário qualificar as partes e nos boletins de ocorrência.

Esse é um dos principais motivos para a realização de levantamentos feitos pelas instituições da sociedade civil, notadamente como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), responsável pelo Dossiê da Violência e do assassinato contra pessoas Trans Brasileiras²⁶. É possível ver muitos casos de notório conhecimento público, mas que não constam nos levantamentos governamentais. Com isso, reafirma-se a posição do Brasil como o país que mais mata travestis e transexuais do mundo.

Os informes pretendem, ainda, garantir que as informações que vêm sendo construídas sejam atualizadas e utilizadas para serem pensadas formas de erradicar a transfobia, a travestifobia, a violência de gênero e outras violências diretas e indiretas contra a população trans, assim como expor a omissão do Estado em tomar ações capazes de enfrentar essa situação. O Estado, aliás, vem ignorando as pesquisas e denúncias feitas pelas instituições que lutam pelos direitos humanos e da população LGBTI+. Além disso, pretende-se incentivar a discussão sobre a urgência e necessidade de uma correta e sistemática aplicação dos efeitos da criminalização da LGBTIfobia²⁷ para o enfrentamento da impunidade e a geração de dados, assim como pensarmos em políticas públicas.

É importante frisar que tanto a subnotificação – e a dificuldade de acesso a dados pela lei de acesso à informação – quanto a falta de dados a partir de agências reguladoras estatais e outros órgãos governamentais são preocupantes, uma vez que, ao se abster de mapear ou informar sobre o transfeminicídio, o Estado se exime da responsabilidade de pautar políticas de segurança para esta população. Não acessar informações dos movimentos sociais a fim de gerar tais dados, tampouco se preocupar em levantá-los, é a maior demonstração de descaso com a nossa população, especialmente quando diversos órgãos abrem mão de incluir pessoas trans em seus levantamentos, como o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), onde não constam informações sobre identidade de gênero dos atendimentos, ou mesmo no Dossiê Mulher e nos relatórios do Disque 100 - exemplos de publicações que lançam dados anualmente, sem se preocupar com um recorte que inclua e visibilize a violência contra a nossa população, apesar dos dados constantemente denunciados pelas organizações.

E as perguntas que ficam para reflexão são: a quem interessa a omissão desses números? A quais interesses atende a deslegitimação dos dados produzidos pela sociedade civil? Por

26. Dossiê da Violência e do assassinato contra pessoas Trans Brasileiras. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/> - acessado em 04/01/2021.

27. O que fazer em casos de LGBTIfobia a partir da Decisão do STF que reconheceu a violência contra a população LGBTI como racismo. Disponível em: <chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbfmadadm/https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-lgbtifobia.pdf> - acessado em 04/01/2021.

que as instituições da sociedade civil, mesmo de forma precária e sem apoio, conseguem mapear e alcançar números tão bem estruturados, que aparecem como inexistentes na esfera governamental? Quais caminhos podemos pavimentar junto às instituições não-governamentais para a construção destes dados?

Para pensarmos em possíveis respostas, convido todas as pessoas, leitores e suas redes, a acessarem nosso trabalho e entender um pouco melhor sobre a sistematização desses dados e a sua importância para o enfrentamento da subnotificação e da violência LGBTIfóbica.



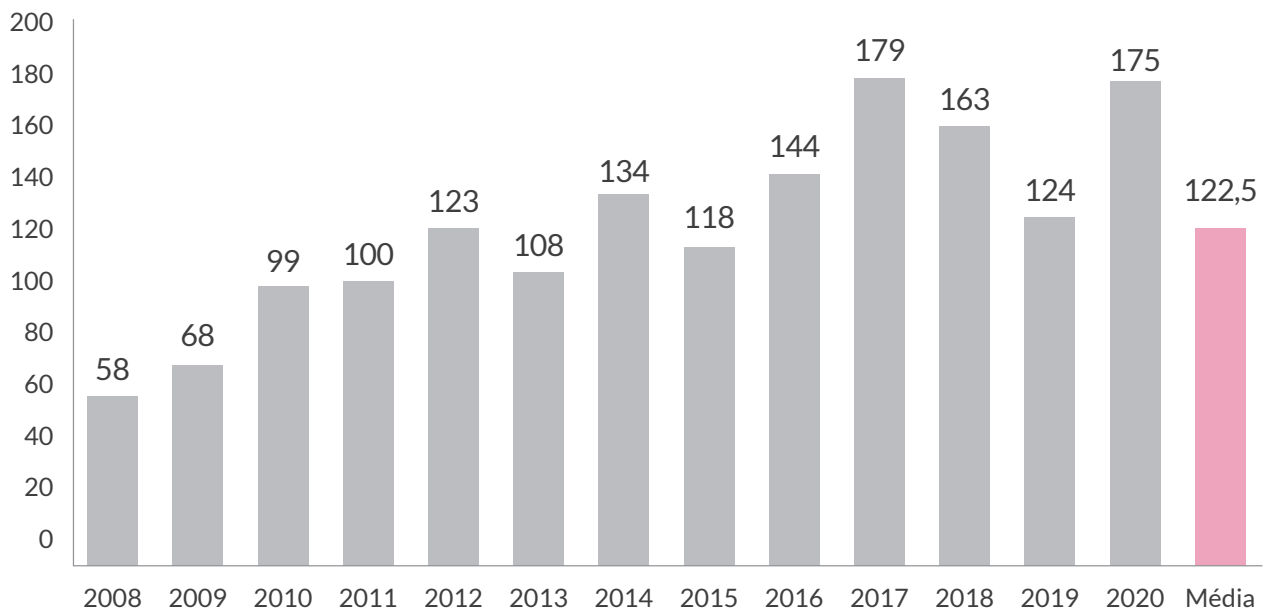
ASSASSINATOS 2020

Dandara teve seu nome atribuído à rua no Bairro Bom Jardim, em Fortaleza/Ceará, provavelmente a primeira rua do país a ter o nome de uma travesti. A ideia de nomear a rua, no trecho onde ela foi agredida e violentada até a morte, é um protesto contra a intolerância transfóbica. O bairro que a viu crescer também foi o bairro que a matou. É um alerta e lembrete para que não esqueçamos da brutalidade com que a sociedade e as instituições brasileiras vitimam pessoas trans diariamente. Mais que comemorar, sigamos alertas! (BENEVIDES, Bruna. 2020 para a ANTRA)

O trabalho que temos feito a partir da construção e publicação dos dados produzidos por este dossiê nos permite uma análise aprofundada dos casos que fortalecem uma estratégia de denúncia qualificada e maior disseminação das informações, ao mesmo passo em que vem sendo reconhecido como fonte principal deste tipo de informação, pela ausência de dados governamentais. Com isso, há uma maior veiculação dos dados na mídia e são feitas diversas ações de *advocacy* a partir do nosso trabalho, entre outras ações, como audiências públicas, debates e pesquisas acadêmicas.

No ano de 2020, tivemos pelo menos 175 assassinatos de pessoas trans, sendo todas travestis e mulheres transexuais. Não foram encontradas informações de assassinatos de homens trans ou pessoas transmasculinas em nossas pesquisas esse ano. Reafirma-se a perspectiva de gênero como um fator determinante para essas mortes.

Gráfico: Dados dos Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2008 e 2020²⁸

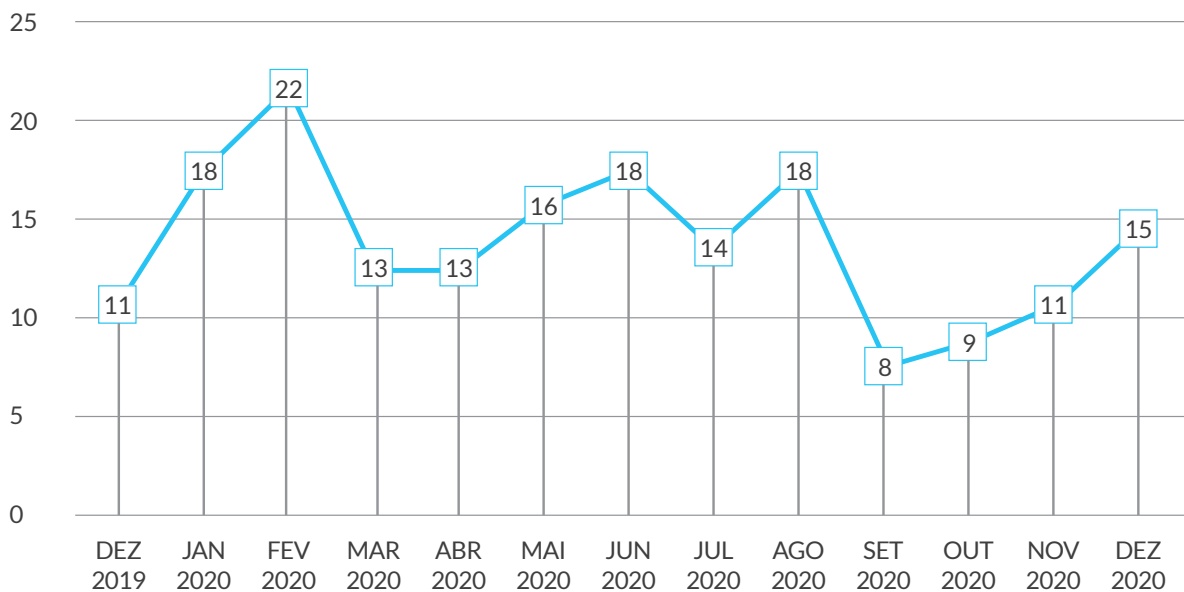


Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

É importante ressaltar que a média dos anos considerados nesta pesquisa (2008 a 2020) é de 122,5 assassinatos/ano. Observando o ano de 2020, vemos que ele está 43,5% acima da média de assassinatos em números absolutos. O ano de 2020 revelou aumento de 201% em relação a 2008, o ano que apresentou o número mais baixo de casos relatados, saindo de 58 assassinatos em 2008 para 175 em 2020. Mesmo durante a pandemia, os casos tiveram aumento significativo de acordo com o publicado nos boletins bimestrais ao longo de 2020.

Os meses com o maior número de assassinatos foram: janeiro, fevereiro, maio, junho, agosto e dezembro, tendo número superiores à média em 2020, que foi de 14,5 assassinatos/mês.

Gráfico: Assassinatos 2020 – Mês a Mês



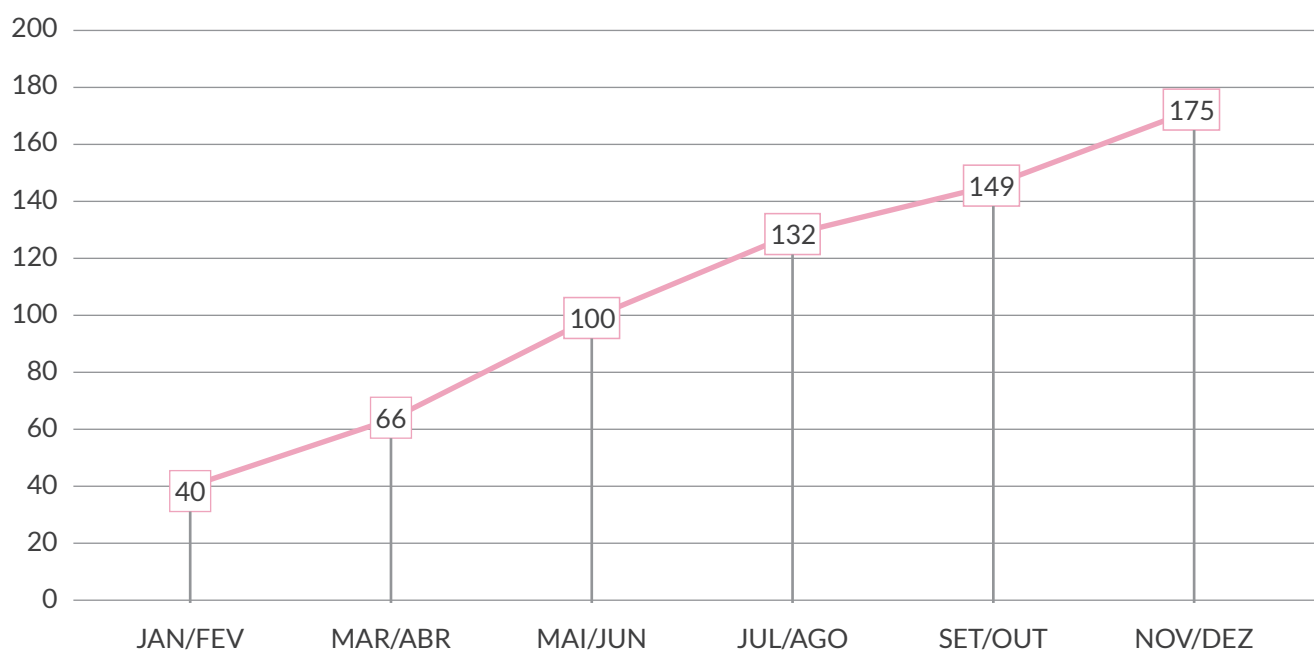
Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

28. Dados entre 2008 e 2016 foram publicados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB).

Observamos logo no início do ano que, no primeiro bimestre de 2020 (jan/fev) registramos 40 casos de assassinatos. No segundo bimestre (mar/abr), enquanto o Brasil enfrentava o início da pandemia do coronavírus, o número de casos para o ano apresentou um aumento de 40 para 66 registros. Seguindo a mesma tendência de aumento, o terceiro bimestre (mai/jun) foi de 66 para 100 casos. No quarto bimestre (jul/ago), chegamos a 132 assassinatos. No quinto, (set/out), saímos 132 para 149 assassinatos. Por fim, no último bimestre, fomos de 149 para 175 assassinatos²⁹.

Note-se que, a partir de agosto, já havíamos superado o número de assassinatos em 2020 inteiro.

Gráfico: Assassinatos 2020 - Progressão Bimestral



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Para analisar a situação dos assassinatos contra pessoas trans, é importante observar que, em 2020, o Brasil segue na liderança do ranking mundial de assassinatos de pessoas trans no mundo, posição que ocupa desde 2008, conforme dados internacionais da ONG Transgender Europe (TGEU), constantes neste dossiê³⁰. Sugerimos, ainda, a leitura das pesquisas anteriores, assim como todos os boletins publicados ao longo de 2020.

29. Durante todo o ano, os dados seguem sendo atualizados. Com isso, durante a análise de tais dados, podemos incluir ou descartar fontes encontradas no processo de pesquisa. Assim, é possível que se apresente alguma variação em relação aos boletins parciais e o dossiê que publica em definitivo esses dados. Em 2020, foram encontrados 184 registros, tendo sido descartados nove deles e considerados 175 assassinatos nesta pesquisa.

30. Em 2020 o Brasil segue líder no assassinato de pessoas trans. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/11/17/em-2020-brasil-continua-lider-mundial-em-assassinatos-de-pessoas-trans/> - acessado em 21/12/2020.

3.1. ASSASSINATOS POR ESTADO

Em números absolutos, São Paulo foi o estado que mais matou a população trans em 2020, com 29 assassinatos, contando com aumento de 38% dos casos em relação a 2019 – segundo aumento consecutivo, já que, em 2019, houve aumento de 50% em relação a 2018; seguido do Ceará; com 22 casos, que aumentou em 100% o número de assassinatos em relação a 2019; Bahia, com 19 e aumento de 137,5% em relação a 2019; Minas Gerais, que saiu de cinco casos para 17; e o Rio de Janeiro se manteve na 5ª posição, indo de sete casos para em 2020 – aumento de 43%; Alagoas, com Progressão Bimestral oito assassinatos; Pernambuco e Rio Grande do Norte com e RN com sete casos cada; Paraíba, Paraná e Rio Grande do Sul com cinco; Goiás, Mato Grosso, Pará e Santa Catarina com quatro; Amazonas, Espírito Santo, Maranhão e Rondônia, com três; Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Piauí e Sergipe, com 2 casos cada; e Acre, Roraima e Tocantins com um assassinato cada. Não foram encontrados casos reportados na mídia no Amapá.

São Paulo, Ceará, Bahia e Rio de Janeiro aparecem entre os cinco primeiros estados com mais assassinatos de pessoas trans desde 2017. Durante o ano de 2020, o Ceará chamou a atenção das mídias pelos recorrentes casos entre julho e agosto, somando nove assassinatos somente nesses dois meses.

Tabela: Ranking por estado

Ranking	Estado	2020	Estado	2019	Estado	2018	Estado	2017
1º	SP	29	SP	21	RJ	16	MG	20
2º	CE	22	CE	11	BA	15	BA	17
3º	BA	19	BA	8	SP	14	CE	16
4º	MG	17	PE	8	CE	13	SP	16
5º	RJ	10	RJ	7	PA	10	RJ	14
6º	AL	8	PR	7	MG	9	PE	13
7º	PE	7	RS	7	MT	8	PB	10
8º	RN	7	GO	6	PR	8	PR	9
9º	PB	5	AM	5	RS	8	AL	7
10º	PR	5	MA	5	PE	7	ES	7
11º	RS	5	MG	5	AM	6	PA	7
12º	GO	4	MT	5	ES	6	MT	6
13º	MT	4	PB	5	GO	6	AM	5
14º	PA	4	ES	4	RN	6	GO	5
15º	SC	4	PA	4	PB	5	RO	5

(continua)

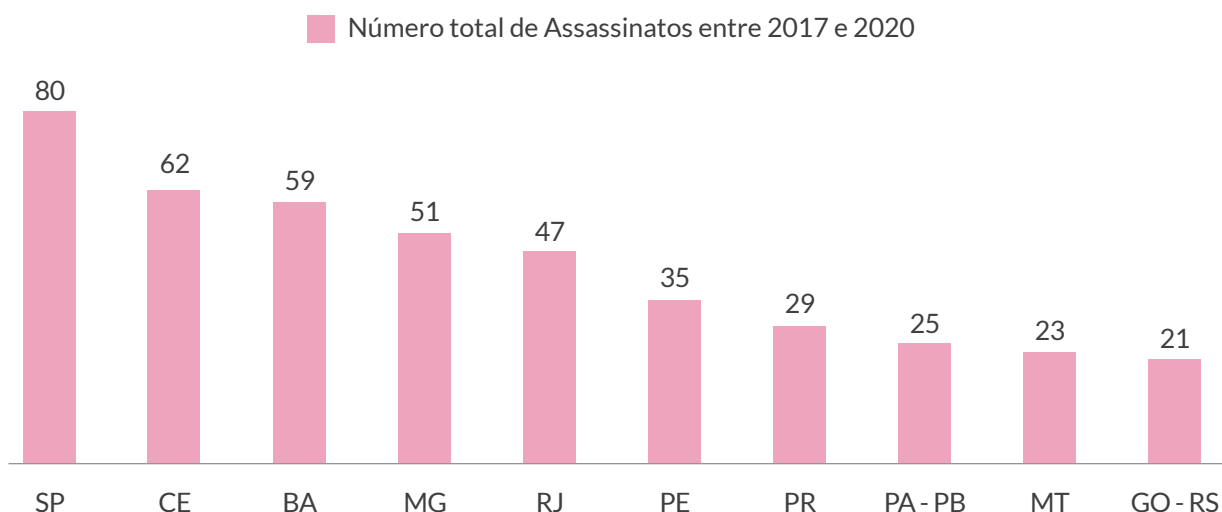
(continuação)

Ranking	Estado	2020	Estado	2019	Estado	2018	Estado	2017
16°	AM	3	RN	4	SE	5	SC	5
17°	ES	3	AL	2	SC	4	TO	3
18°	MA	3	RO	2	AL	3	DF	2
19°	RO	3	TO	2	MA	3	MA	2
20°	DF	2	MS	1	DF	2	MS	2
21°	MS	2	PI	1	MS	2	SE	2
22°	PI	2	RR	1	PI	2	AC	1
23°	SE	2	SE	1	RO	1	AP	1
24°	AC	1	AC	0	RR	1	PI	1
25°	RR	1	AP	0	TO	1	RN	1
26°	TO	1	SC	0	AC	0	RR	1
27°	AP	0	DF	0	AP	0	RS	1

Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Entre 2017 e 2020, tivemos 641 assassinatos de pessoas trans no Brasil. No ranking por estado, levando em consideração dados absolutos, São Paulo, com 80 casos, aparece em 1°. Em 2°, o Ceará com 62 casos; a Bahia em 3° com 59 assassinatos; Minas Gerais com 51 em 4°; o Rio de Janeiro, com 47, está na 5ª posição; Pernambuco em 6°, com 35 casos, Paraná com 29; Pará e Paraíba em 8°, com 25 assassinatos cada. Mato Grosso, em 9°, com 23 e, em 10°, estão Goiás e Rio Grande do Sul, com 21 assassinatos.

Tabela: Ranking dos estados que mais assassinaram pessoas trans (2017-2020)

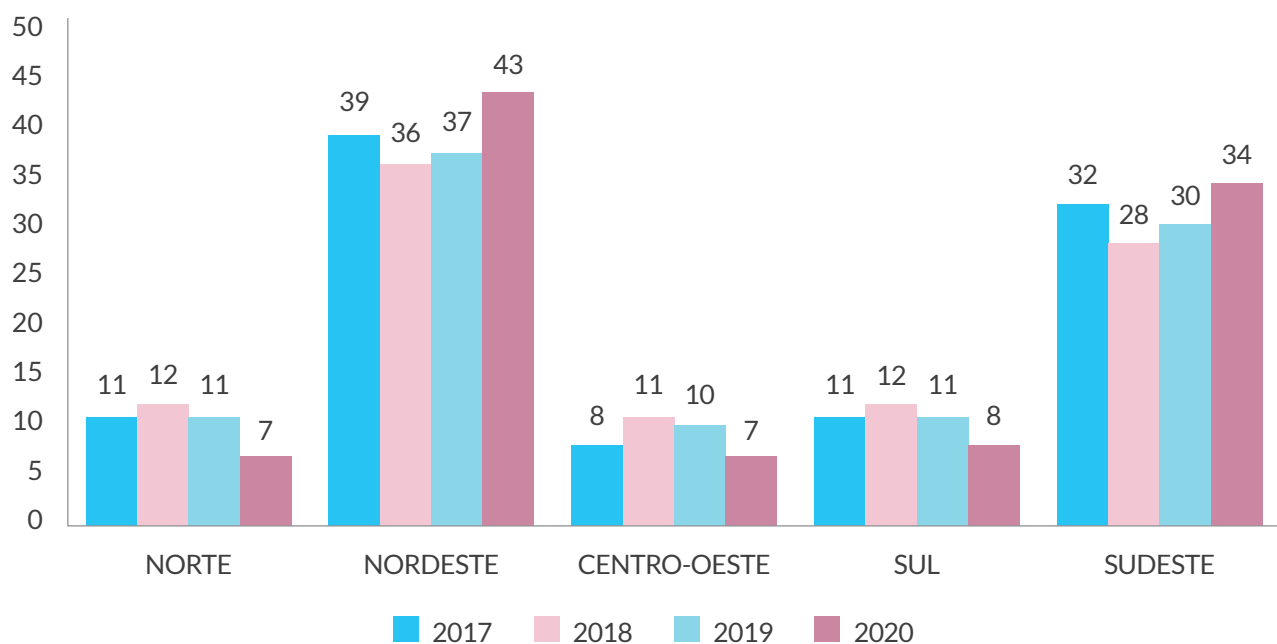


Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021

3.2. ASSASSINATOS POR REGIÃO

A maior concentração dos assassinatos em 2020 foi vista na Região Nordeste, que apresentou aumento de 6% com 75 assassinatos (43% dos casos). Em seguida, vemos a Região Sudeste, que aumentou 4%, com 59 (34%) casos; a Região Sul com 14 (8%) assassinatos; o Norte, com 13 (7%) casos; e Centro-Oeste, com 12 (7%) assassinatos. Em 2020, o Nordeste e Sudeste seguiram aumentando, como havia ocorrido em 2019. Desde 2017, ano que iniciamos essa pesquisa, o Nordeste segue como a região que mais assassina pessoas trans do país.

Gráfico: Assassinatos por região em porcentagem (%)



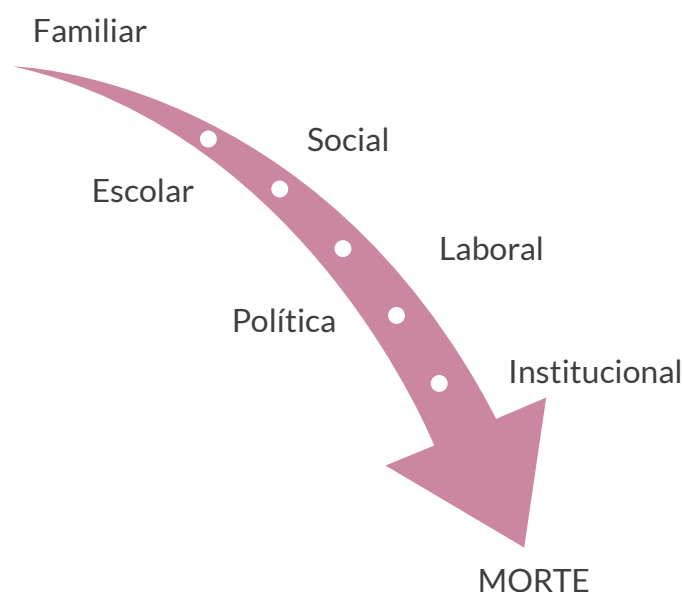
Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021

Atenção: Tivemos, ainda, 2 travestis/mulheres transexuais brasileiras assassinadas fora do país em 2020, lembrando-nos que a morte nos acompanha onde quer que estejamos.

3.3 PERFIL DAS VÍTIMAS

Ao longo dos últimos quatro anos em que essa pesquisa passou a ser realizada, identificamos um ciclo de exclusões/violências que têm sido identificadas como as principais responsáveis pelo processo de precarização e vulnerabilização das pessoas trans. Esse ciclo leva as pessoas trans à marginalização e, conseqüentemente, à morte, seja por falta de acesso a direitos fundamentais, sociais e políticos, ou, ainda, pela omissão do Estado em garantir o bem-estar social dessa população.

Figura: Ciclo das exclusões/violências Transfóbicas



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Pessoas trans têm enfrentado níveis assustadores de rejeição familiar, geralmente, desde a mais tenra idade. Essa rejeição pode ter um impacto devastador sobre os indivíduos e isolá-los dos espaços sociais essenciais ao seu bem-estar, além de provocar um aumento das dificuldades de acesso e continuidade na formação escolar. Por consequência, pela falta de suporte, de apoio, a qualificação profissional se torna inviável, impondo-lhes uma interrupção do processo de acesso à cidadania e causando impactos em sua saúde mental, além de alto níveis de isolamento e suicídio, como veremos mais adiante.

Em contraste com esse cenário, o acolhimento familiar se torna um fator de proteção para jovens trans e pode contribuir para reduzir a baixa escolaridade e a exclusão escolar, as taxas de depressão, ansiedade, uso abusivo de substâncias tóxicas, tentativas de suicídio e outros agravos que a exclusão gera. Devemos tomar medidas para garantir que as pessoas trans de todas as idades sejam acolhidas por suas famílias e estejam seguras em suas próprias casas.

Quando os membros da família rejeitam, negam ou cortam laços com pessoas trans, isso pode ter um efeito devastador em seu bem-estar e auto-estima. Também pode impactar a estabilidade educacional, econômica, patrimonial e habitacional. Muitas pessoas trans continuam a enfrentar rejeição familiar e isolamento, incluindo sendo expulsas de suas casas ou sendo fisicamente feridas por membros da família. Há, ainda, casos nos quais os membros da família enlutados negarão ou apagarão as identidades das vítimas de violência após suas mortes.

Para muitos pais, ter uma pessoa trans dentro de casa pode ser a primeira pessoa transgênera que eles conhecerão. Infelizmente, o medo do desconhecido e do estigma anti-trans causado por elementos como narrativas violentas como a falaciosa “ideologia de gênero”, o ódio religioso que trabalha pela manutenção do binarismo de gênero e o cissexismo, a implementação de políticas institucionais anti-trans. Esse cenário leva muitos a inicialmente rejeitarem ou negarem o reconhecimento de seus filhos e filhas, pelo que são.

Estimamos que cerca de 75% da população não conhece, teve contato ou se relaciona socialmente ou em seu cotidiano com uma pessoa trans. Isso diz muito sobre os mitos e tabus que são colocados contra nós, mas, principalmente sobre a transfobia ser tão aceita na sociedade. O Brasil gosta da violência e da morte. O país naturalizou um processo de marginalização e precarização para a aniquilação das pessoas trans.

A) IDADE

Com 13 anos, ela foi espancada até a morte. A lagartinha que queria ser borboleta. Menine que era menina, o rosa do azul. Ela tinha sonhos. Tímida, era a felicidade em vida. Sonhava em ser livre e famosa. E por querer ser livre levou pauladas, chutes e pontapés. Sexualizaram sua existência e vandalizaram sua alma. Teve seu corpo deixado em um terreno baldio, com o mesmo ódio e crueldade que levou a Dandara e outras. A polícia? Como sempre, descartou ser um crime de ódio. O suspeito? Preso, 17 anos, assassino confesso. Narrou o gozo mortal à polícia de forma fria e em riqueza de detalhes.

Mais uma vítima da patrulha fundamentalista de (cis) gênero, do lobby anti-trans, contra a existência e proteção das crianças e adolescentes trans. Nem tinha uma identidade ainda. Seu corpo trazia as marcas da cisgeneridade

compulsória pela falta de acesso a cuidados.

OH Ceará! Porque você a matou? Mais uma criança assassinada. Exposta a esse mundo maldito, ainda nos primeiros dias de 2021. Violada em sua infância, sem proteção. Não teve comoção nacional. Amanhã ninguém mais lembra.

E de repente tudo acabou. Porque o ódio passado de geração para geração, fruto da ideologia cisgênera, não suporta a liberdade. Antes mesmo d'ela fazer 14 cortou suas asas, matou seus sonhos e enterrou sua identidade.

Quem protege as crianças LGBTI?

Quem será a próxima?

Bruna Benevides

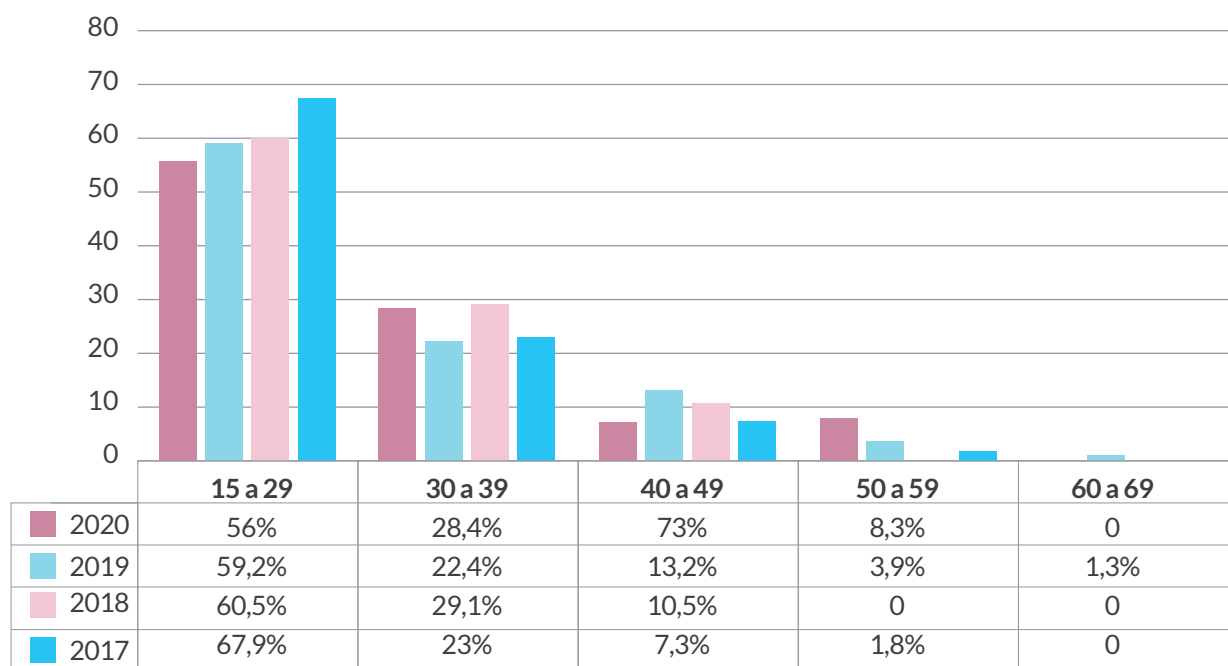
*(Criança Trans de 13 anos assassinada no Ceará no dia
03/01/2021)*

. . .

A violência chama a atenção em todos os níveis de idade, mas as maiores chances de uma pessoa trans ser assassinada estão na faixa entre 15 e 29 anos. **15 anos foi a idade com que a mais jovem adolescente trans foi assassinada em 2020**, exatamente como aconteceu em 2018. Dos 175 assassinatos esse ano, 8 vítimas tinham entre 15 e 18 anos. **O assassinato precoce é o início da tentativa de destruição sistemática de uma população. É a consolidação de um projeto transfeminicida em pleno funcionamento no país – e no mundo.**

O Mapa dos Assassinatos 2020 aponta que, dentre os 109 casos em que foi possível identificar a idade das vítimas, **61 (56%) vítimas tinham entre 15 e 29 anos; e 31 (28,4%) era a idade daquelas entre 30 e 39 anos; oito (7,3%) entre 40 e 49 anos; e 9 (8,3%) entre 50 e 59 anos.** Não foram encontrados casos de pessoas trans assassinadas em 2020 com mais de 60 anos. **A idade média das vítimas foi de 29,5 anos.** A morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio é um fenômeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980, de acordo com o Atlas da Violência 2020.

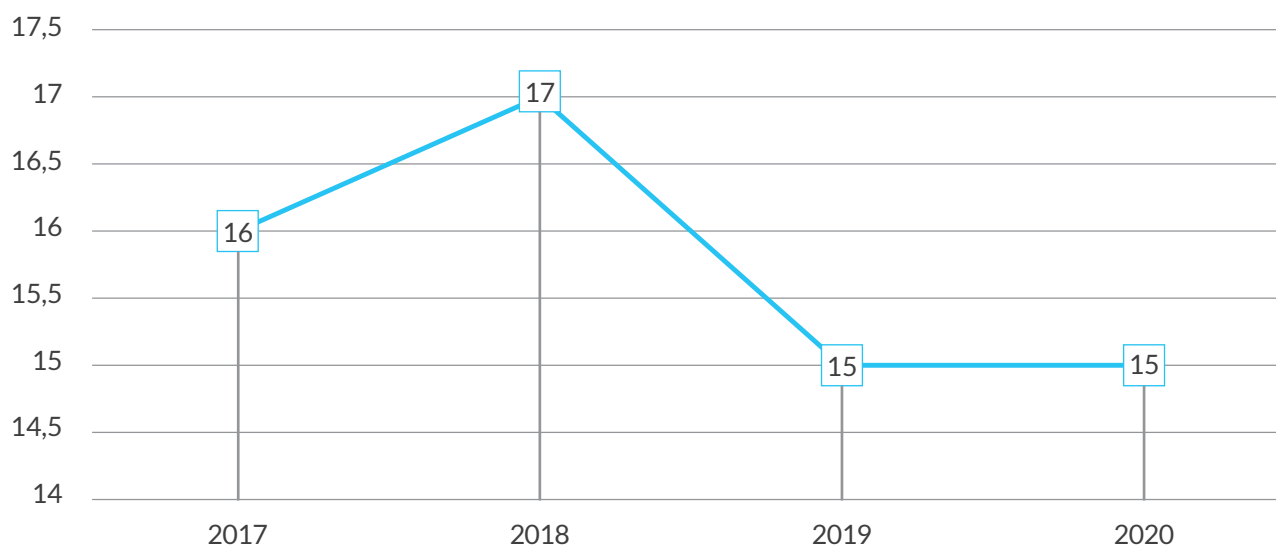
Gráfico: Perfil das vítimas por idade



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

A vítima mais jovem noticiada em 2017 tinha 16 anos. Em 2018, 17 anos; 2019 e 2020 a idade a vítima mais nova era 15 anos. A transfobia no Brasil é marcada com muitos casos/ano. É assustador pensar que jovens e crianças trans estão sendo assassinadas cada vez mais cedo.

Gráfico: Idade das vítimas mais jovens entre 2017 e 2020



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

A morte de uma adolescente trans de apenas 15 anos ratifica o fato de que a juventude trans, que enfrenta o ciclo de exclusão constante nessa pesquisa, está diretamente exposta à violência que enfrenta no dia a dia. Isso é resultado do discurso anti-trans, que tem se tornado cada vez mais comum e aceito na sociedade.

Quando discutimos a necessidade de incluir o debate de gênero nas escolas, há uma intenção bem diferente daquela que é atribuída no discurso em torno do pânico moral gerado pela falaciosa “ideologia de gênero” – de que pessoas LGBTI, em especial as trans, representam o mal e querem transformar pessoas cis-hetero em trans e/ou gays/lésbicas (sic). É preciso pontuar que a “ideologia de gênero” é uma ferramenta de ódio, de cunho religioso cristão, que admite postura em forma de política institucional utilizada pelos seus fomentadores a fim de interferir no Estado contra as discussões de gênero, contra os direitos das mulheres, cis e trans e, principalmente, contra a existência de pessoas não-cisgenêras.

O avanço do movimento conservador/religioso sobre a educação no momento obteve eficácia graças ao pânico moral instaurado pela categoria acusatória da ideologia de gênero. Mas é preciso alertar para os possíveis efeitos do pânico moral e da retirada dos temas gênero e sexualidade das escolas, tais como: o risco de reforço da estigmatização e da discriminação das identidades de gênero e sexuais que escapam da norma, assim como o aumento da homofobia, da lesbofobia e da transfobia e outras formas de violências físicas ou simbólicas. Mais o aumento da evasão escolar e, conseqüentemente, da exclusão social desses sujeitos é certamente um dos efeitos mais incoerentes e divergentes para uma política de educação e escolarização. (Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas – Rafaela Borges e Zulmira Neerlandês Borges, 2017³¹)

Incentivar e incluir a discussão sobre diversidade nas escolas pode proporcionar um cenário em que as pessoas LGBTI+ não mais sejam expulsas do ambiente escolar e possam se fortalecer dentro do processo educacional/formativo e, conseqüentemente, consigam a entrada no mercado formal de trabalho. O que se se pretende, de fato, é naturalizar as relações sociais desde o ambiente escolar até o familiar, para que todas as pessoas acolham e convivam bem com a diversidade, para que interrompamos o ciclo de violência e para que as pessoas LGBTI, trans e outras, possam ser livres, sem o risco de serem violadas e violentadas devido à sua orientação afetivo/sexual ou identidade de gênero.

É preciso naturalizar as relações sociais com as histórias, vivências e corpos LGBTI+ em todos os ambientes e espaços, institucionais ou não, de forma a romper com a subalternização desses indivíduos e para que as relações sociais, afetivas, românticas ou mesmo sexuais deixem de ser um tabu.

31. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas – Rafaela Borges e Zulmira Newlands Borges, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230039.pdf> – acessado em 07/01/2021.

B) CLASSE E CONTEXTO SOCIAL

Em 2020, 71% dos assassinatos aconteceram em espaços públicos, tendo sido identificado que pelo menos 8 vítimas se encontravam em situação de rua. Também foi identificado que pelo menos 72% dos assassinatos foram direcionados contra travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, que são as mais expostas à violência direta e vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem a essas profissionais. É exatamente dentro desse cenário em que se encontram a maioria esmagadora das vítimas, tendo sido empurradas para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades encontrando-se em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência, a toda a sorte de agressões físicas e psicológicas.

O que denota o ódio às prostitutas, em um país em que ainda não existe uma lei que regulamente a prostituição que, apesar de não ser crime, sofre um processo de criminalização e é constantemente desqualificada por valores sociais pautados em dogmas religiosos que querem manter o controle dos seus corpos e do que fazemos com eles. Este comportamento da sociedade é constantemente reforçado pelas representações preconceituosas que o senso comum detém da imagem da prostituta e estão relacionadas aos comportamentos considerados como imorais pela sociedade. (Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018).

Vale salientar que, apesar de não haver dados governamentais sobre a população de travestis e transexuais, trabalhamos com a estimativa de que 1,9% da população seja não-cisgênera, sendo 1,1% da população pertencente ao gênero feminino (travestis e mulheres transexuais); e 0,8% pertencentes ao gênero masculino (homens trans e transmasculinos)³².

As travestis e transexuais femininas constituem um grupo de alta vulnerabilidade à morte violenta e prematura no Brasil. Apesar de não haver estudos sistemáticos sobre a expectativa de vida das travestis e transexuais femininas, Antunes (2013) afirma que a expectativa de vida desta população seja de 35 anos de idade, enquanto a da população brasileira em geral, é de 74,9 anos (IBGE 2013).

Desde 2016, a ANTRA vem tentando fomentar a discussão sobre a importância da inclusão de questões relacionadas à população LGBTI+ no censo previsto para 2020 (que, posteriormente, foi adiado para 2021). Inicialmente, foi feito contato direto com o órgão, que não deu uma

32. Dados referentes a pesquisa "Sport and Transgender People: A Systematic Review of the Literature Relating to Sport Participation and Competitive Sport Policies". Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27699698> - acessado em 07/01/2021.

resposta efetiva e favorável à solicitação. Assim, relatamos à Defensoria Pública da União (DPU) essa situação, que, por sua vez, inicialmente, fez uma recomendação ao IBGE. Sem indicativo de atenção ao pedido, a DPU ajuizou uma ação civil pública, a fim de que o Estado incluísse a população LGBTI no próximo censo. Contudo, ao que tudo indica até o momento, “após Censo 2021, Brasil vai continuar desconhecendo sua população LGBTI+”³³.

O Estado não tem sido apenas omissivo, mas, também, agente de diversas violações e violências contra pessoas trans. **A política anti-trans, a falta de dados governamentais, o retrocesso nas políticas públicas e a falta de respostas ao processo histórico de precarização das vidas das pessoas trans fazem parte de um plano muito bem articulado entre o Estado, grupos anti-trans e outros que incentivam o ódio contra essa parcela da população.**

Devido ao processo de exclusão familiar, social e escolar, como já mencionado em diversas ocasiões e em pesquisas anteriores, estima-se que 13 anos de idade seja a média em que travestis e mulheres transexuais sejam expulsas de casa pelos pais (ANTRA, 2017) - *e que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-íris/Afro Reggae)*. Essa situação se deve muito ao processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social.

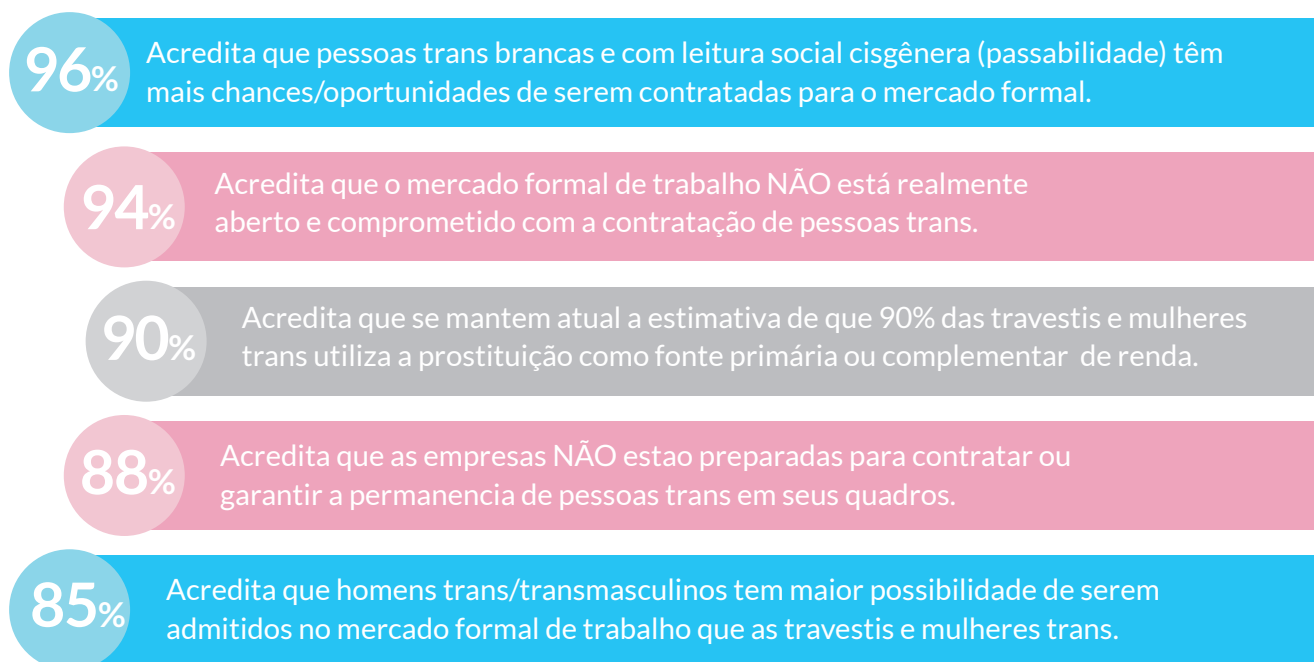
Em recente enquete realizada em nossas redes sociais sobre empregabilidade trans, ficou nítido que, de modo geral, o mercado formal de trabalho ainda enfrenta grandes desafios para a contratação ou efetivação de pessoas trans nas empresas, assim como existe a dificuldade de manutenção das pessoas contratadas em seus quadros, devido à transfobia institucional. O Pink Money tem sido uma prática comum, em meio a outras práticas que levam a crer em um compromisso com a diversidade, mas que se limitam a data comemorativas. Empresas com grandes campanhas pela diversidade ainda mantêm um quadro pouco diverso e representativo.

Diversas respostas apontam que as empresas ainda têm dificuldade para a implementação ou adequação de políticas sobre diversidade efetivas, ou para o correto acolhimento de corpos trans e suas respectivas especificidades. São comuns os relatos que alegam que, após a contratação, inicia-se um processo de assédio – pelo corpo gestor e colegas de trabalho, além de diversos tipos de transfobia velada que tornam o ambiente laboral pouco acolhedor. No trato direto com clientes transfóbicos, a primeira opção da empresa se torna a demissão de forma compulsória e arbitrária. Participaram voluntariamente 2.535 pessoas, que responderam cinco perguntas.

O resultado pode ser observado na figura abaixo:

33. Após Censo 2021, Brasil vai continuar desconhecendo sua população LGBTI+. Disponível em: <https://rededejornalistas.com/2020/12/09/apos-censo-2021-brasil-vai-continuar-desconhecendo-sua-populacao-lgbti/> - acessado em 06/01/2021.

Figura: Resultado da enquete sobre a empregabilidade Trans em DEZ/2020



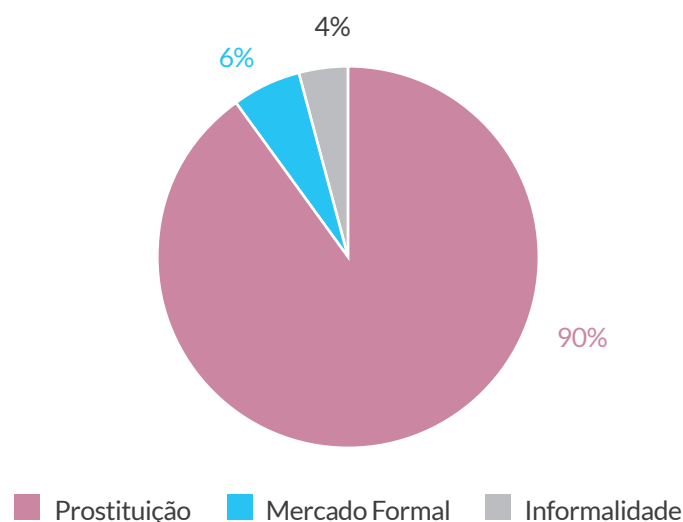
Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Conforme se vê no gráfico acima, 88% das pessoas que responderam a pesquisa acreditam que as empresas não estão preparadas para contratar ou garantir a permanência de pessoas trans em seus quadros. Há que se ter atenção a essa informação. Muitas vezes, a falta de preparação é utilizada como uma desculpa pelas empresas, que postergam a contratação de pessoas trans por alegarem que não estão preparadas para recebê-las e acolhê-las. É importante que se compreenda que a hora de mudar e contratar é agora. A falta de preparo não pode ser utilizada como desculpa para não contratar nunca.

Além disso, vale lembrar, como já mencionado, que, no contexto da pandemia, não foram pensadas ações específicas para a população LGBTI+ a fim de enfrentar a crise provocada pela COVID-19. Estimamos que cerca de 70% da população trans não tenha tido acesso às medidas emergenciais ou auxílio por parte do Estado, devido a questões como falta de documentação, acesso à internet e meios tecnológicos insuficientes, assim como dificuldade no preenchimento do cadastro, que sequer contava com campo para o uso no nome social, causando assim a exclusão de uma parcela significativa de nossa população da possibilidade de acesso a política insuficiente que foi disponibilizada pelo estado.

Com aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e de miseráveis, a crise econômica, a política e aumento do desemprego, acreditamos que se mantém atual a estimativa de que apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. Da mesma forma, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos, mantendo-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda.

Gráfico: Situação laboral



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

No caso de homens trans e pessoas transmasculinas, temos uma dificuldade maior no levantamento de dados, devido à invisibilidade. Em geral, a escolaridade desta parcela da população é inversamente proporcional à baixa escolaridade das travestis e mulheres transexuais. **Estimamos que pelo menos 80% dessa população tenha concluído o ensino médio e seja a maior parcela da população trans nos empregos formais, com índices superiores a 70%.** Não há dados sobre o percentual de homens trans que estejam atuando na prostituição. Em geral, eles acabam optando pelo atendimento em privês e locais que promovem uma maior sensação de segurança.

Desde muito cedo, a sociedade naturalizou os processos de exclusão contra pessoas trans e nos ensinam a ter medo das travestis, e que não devemos transitar pelas ruas onde trabalham ou evitar ambientes em que elas estejam. O argumento é o de que elas representam um alto risco as "pessoas de bem". Sua existência, marginal e marginalizada, desperta ódio e desejo daqueles que se curvam diante da subversão que estes corpos representam. (...) É comum observamos uma tentativa constante da associação entre travestis e atividades ilícitas para justificar a violência e/ou os assassinatos dos quais são vítimas, o que põe o Brasil no topo do ranking da violência contra pessoas trans no mundo, reforçando velhos estigmas sobre o mito da travesti violenta que aprendemos a temer desde muito cedo. As associações recorrentes são o uso de drogas, disputa de território, tentativa de extorsão e roubo. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020)

C) RAÇA

De acordo com o dossiê “Qual a cor do Invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil”³⁴ do Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (Raça e Igualdade), “Existe uma barreira que separa homens de mulheres, pessoas cis de pessoas trans, heterossexuais, de lésbicas, gays, bissexuais e de todas as pessoas que escapem à cis-heteronormatividade. Esse obstáculo se torna ainda mais forte quando essas pessoas são negras.” Por isso, torna-se urgente o olhar interseccional e a discussão sobre raça, a fim de que possamos identificar quais processos estão diretamente relacionados aos riscos de violência e assassinato, aliados ao racismo e a interiorização imposta sobre pessoas negras, mesmo dentro de grupos minorizados.

“Acho que é um momento difícil para ser uma mulher trans, porque estamos tentando combater o racismo na comunidade LGBTI+ e também estamos tentando combater a transfobia na comunidade negra. Só porque alguém é identificado como trans, isso não tira nosso lugar de preto. Nós somos tão negros quanto vocês.” (Ashlee Preston em entrevista à NBC)

É muito difícil pensar que nem mesmo no movimento negro, na luta contra o racismo e a precarização das vidas negras, sejamos incluídas. Isso porque, ainda há uma reprodução *cistêmica* da violência patriarcal, espelhada no exemplo do homem branco colonizador. Dessa forma, seria muito importante ver o movimento negro, movimento feminista e mesmo o movimento cis-LGB se manifestarem aberta e publicamente contra a transfobia, que tira a vida de pessoas trans, especialmente mulheres trans e travestis negras, que são 80% dos casos de assassinatos contra pessoas trans no Brasil. Também se deve incluir a discussão anti-transfobia nos espaços e debates pretos, na luta feminista, antirracista e antifascista. Travestis e mulheres trans não se sentem acolhidas ou seguras em qualquer espaço.

É sempre constrangedor ter de lembrar às nossas companheiras cisgêneras que, em qualquer discussão, ação e espaços sobre gênero e/ou direitos das mulheres, devem ser incluídas as travestis e mulheres trans. Tal constrangimento surge, muitas vezes, porque sequer somos lidas como mulheres e, portanto, não podemos ocupar o mesmo lugar das demais mulheres. As políticas para mulheres vítimas de violência não estão dialogando com as necessidades das travestis e mulheres trans.

34. PORTO, Isaac; Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos. Qual a cor do Invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil. Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://raceandequality.org/wp-content/uploads/2020/11/FINAL_dossie-lgbti-brasil-ebook.pdf - acessado em 07/01/2021.

É por isso, que defendo a urgência de enegrecer o movimento trans e transgenerizar o movimento negro, fazer das questões raciais e de gênero uma demanda importante dentro das periferias, politizar cada vez mais nossas juventudes. (Letícia Carolina para o portal Nohs Somos³⁵)

Pessoas cis negras precisam ser ensinadas a respeitar as pessoas trans negras, em especial as travestis e mulheres trans. Precisam entender que não há nada de errado em construir alianças, ações e pactos anticoloniais através da convivência com nossos corpos. É importante naturalizarmos as relações entre pessoas cis e trans, seja afetiva, romântica ou sexualmente. É urgente o acolhimento de pessoas trans negras nos espaços de luta, de forma a ouvir e potencializar nossas vozes.

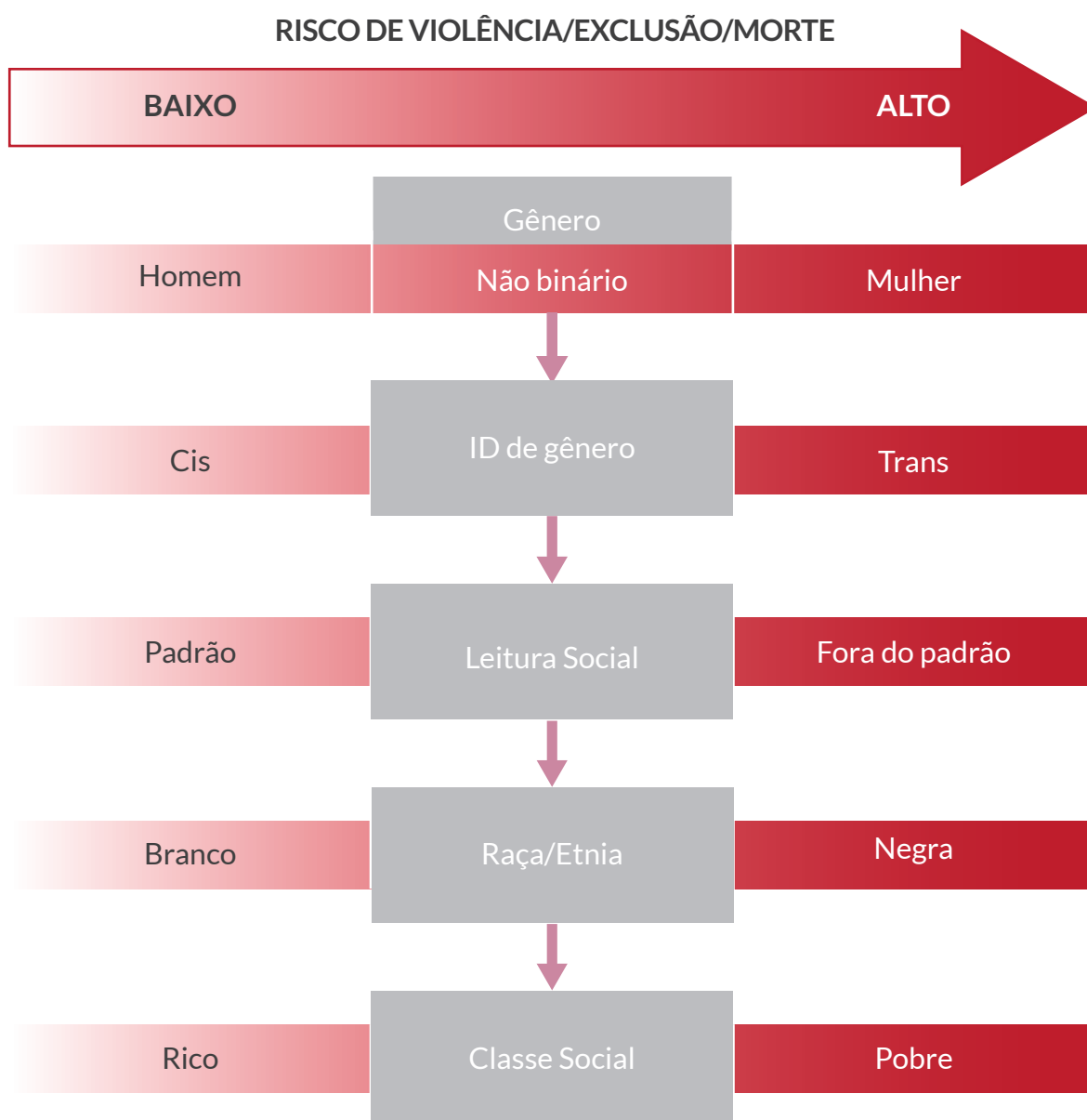
A estimativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos. Esta é uma média que vai diminuindo conforme os marcadores que constituem a pessoa se mostram presentes nas cicatrizes que ela carrega em seu corpo. Ser negra, mulher trans ou travesti, periférica ou favelada, do interior, faz esta média cair muito. Corpos trans não são apenas trans, são negros, gordos, de pessoas com deficiência, intersexo, pessoas vivendo com HIV+ e todas as outras identidades que carregamos. Esses marcadores nos expõem ao risco aumentado de violência, principalmente ao assassinato.

É impossível segmentar e dissociar as marcas que trazemos em nossos corpos. Nossas dores se somam ao silêncio e à omissão, eclodindo na violência que nos mata a cada dia. Algumas vezes, simbolicamente. Na maioria delas, o assassinato vem como um ultimato. Não é possível enfrentar o racismo que a população cis negra sofre, ignorando o mesmo processo inferiorizante imposto pelo gênero, pela transfobia e pelo cissexismo.

O quadro abaixo demonstra alguns fatores de risco para o assassinato de pessoas trans, sendo os marcadores à direita aqueles que pertencem à norma e, à esquerda, aqueles que escapam ao padrão normatizado.

35. Pensar interseccionalmente ou morrer coletivamente - reflexões sobre mortes de Demétrio e João Pedro. Disponível em: <https://www.nohssomos.com.br/2020/06/10/pensar-interseccionalmente-ou-morrer-coletivamente-reflexoes-sobre-as-mortes-de-demetrio-e-joao-pedro/> - acessado em 08/01/2021.

Quadro de marcadores de gênero, classe e raça como fatores de risco para o assassinato



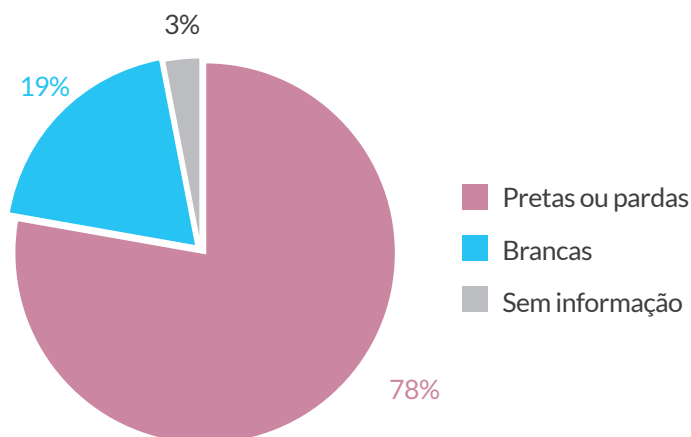
Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

O cruzamento de marcadores como leitura social, expressão e identidade de gênero, orientação sexual, classe social e raça, denunciam um cenário onde quanto mais distante do padrão masculino-cis-hetero-branco, mais suscetível ao ciclo de exclusão/violência e consequentemente, ao assassinato, sob diversas formas e intensidades.

Em 2020, dentre os casos analisados em nossa pesquisa nos quais foi possível identificar a identidade racial da vítima, percebemos que **78% eram travestis/mulheres trans negras - pretas e pardas (de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial)**, explicitando ainda mais os fatores da desigualdade racial nos dados de assassinatos contra pessoas trans, como já estava ratificado nas edições anteriores. Embora reconheçamos que a questão racial se dá de diversas

formas e contextos em cada região/estado, atentemos ao fato de que é a população negra a que tem maiores chances de ser assassinada. Os índices médios se mantêm em uma faixa de 80% desde que iniciamos esse levantamento.

Gráfico: Perfil das vítimas por raça



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Uma pessoa trans apresenta, pelo menos, nove vezes mais chances de ser assassinada do que uma pessoa cisgênera. Porém, essas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres transexuais, principalmente contra negras, assim como são as negras as que têm a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas. Travestis e transexuais negras são maioria na prostituição de rua. Proporcionalmente, são essas as que têm os maiores índices de violência e assassinatos.

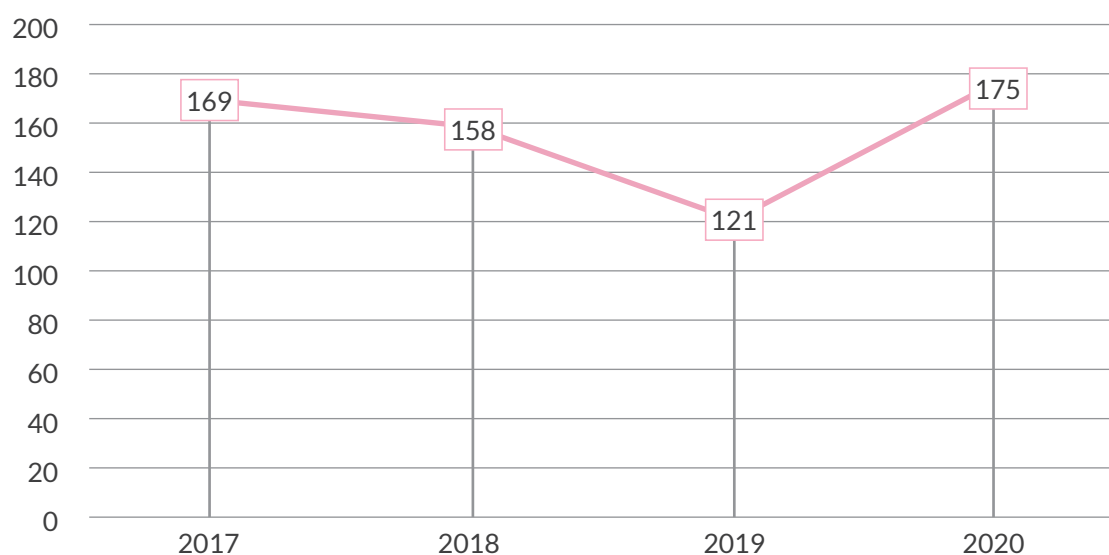
D) GÊNERO

Em 2020, temos o alarmante dado de que uma pessoa trans foi assassinada a cada 48 horas no Brasil. Como temos discutido até aqui e nos anos anteriores, os assassinatos contra pessoas trans não nos revelam uma única explicação/resposta. É preciso analisar o transfeminicídio e a violência que ele admite contra pessoas trans sob um olhar transversal, que entenda a complexidade do contexto em que essas pessoas são colocadas e os processos que enfrentam devido à sua condição enquanto pessoas não-cisgêneras.

Como em 2020, **todas as vítimas eram pessoas que expressavam o gênero feminino, sendo reconhecidas publicamente enquanto travestis ou mulheres trans. É nítido que a motivação tem relação direta com a identidade de gênero (feminino) expressa pelas vítimas.** Ressalte-se: para pessoas cisgêneras, conforme exposto no Atlas da Violência, a maioria dos assassinados pertencem ao gênero masculino, enquanto pessoas trans, a maioria são do gênero feminino.

2020 foi o ano com mais assassinatos de travestis e mulheres trans desde o início desse tipo de levantamento de dados no país, com o número recorde de 175 assassinatos contra pessoas trans do gênero feminino. O número de vítimas do gênero feminino em 2017 foi de 169 assassinatos de travestis e mulheres trans, 158 casos em 2018, e 121 assassinatos em 2019.

Gráfico: Assassinatos Travestis/Mulheres trans (2017-2020)



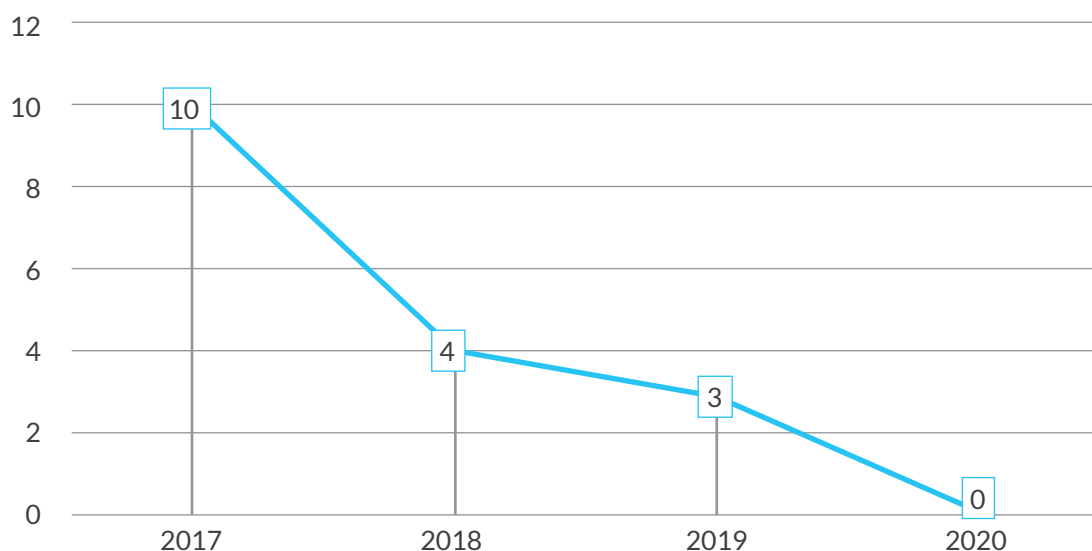
Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Acreditamos que homens trans e pessoas transmasculinas, quando morrem ou enfrentam processos de violência, são identificados de forma equivocada, ignorando sua identidade de gênero, seja por não terem retificado sua documentação ou devido ao processo de genitalização das pessoas trans - especialmente aqueles em início de transição ou que mantêm marcadores do gênero atribuído no nascimento. Assim, dificulta-se a identificação desses casos, proporcionando um cenário de subnotificação pelo não reconhecimento de suas identidades de gênero.

Genitalização seria, então, a ideia cisgenerificante³⁶ de que nossa identidade de gênero e gênero decorrem do genital que se formou durante a gestação e que, por consequência, a associação sexo versus gênero seria, exclusivamente, possível nos arranjos binários macho e fêmea, pênis versus homem e vagina versus mulher, ignorando por exemplo as pessoas que apresentam genitália ambígua ou variações biológicas que vão além daquelas instituídas para indivíduos XX ou XY, inclusive submetendo essas pessoas – conhecidas como intersexos –, à mutilação genital ainda na infância. (BENEVIDES, Bruna, 2020 – Gestão da precariedade na garantia de direitos das pessoas trans para o livro *Mulheres e Justiça: os Direitos Fundamentais escritos por elas*)

E, a partir desse cenário, enquanto vemos um aumento nos casos de assassinato contra travestis e mulheres trans nos últimos quatro anos, observamos uma diminuição nos números de assassinato de homens trans e pessoas transmasculinas no mesmo período.

Gráfico: Assassinatos Homens trans/Transmasculinos (2017-2020)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Casos envolvendo crimes contra pessoas trans, em geral travestis e mulheres transexuais, acabam enfrentando outros atravessamentos que vão impactar no recebimento das denúncias, na análise dos casos e dos elementos constantes e nos julgamentos - sejam elas vítimas ou não. Some-se a isso a certeza de impunidade ou de que a vítima, por ser um corpo marginalizado, ensejaria atenuantes diante de sua defesa da honra, exatamente como ocorre em casos de feminicídio – pela posição inferior identificada no gênero da vítima.

36. Ideia que temos construído, no transfeminismo, sobre a construção de uma cisgeneridade, a partir da compulsoriedade de atribuir um gênero a uma pessoa em decorrência do seu genital no momento do nascimento.

Crimes de ódio com motivações LGBTIfóbicas têm forte influência do patriarcado – e do machismo. Travestis e mulheres trans devem ser inseridas e estar protegidas por todas as políticas destinadas às demais mulheres, especialmente aquelas de proteção às vítimas de violências, sem nenhum tipo de hierarquia ou discriminação entre essas identidades e mulheres cisgenêras.

Nesse sentido, a agenda antigênero tem promovido retrocesso em diversos campos e políticas que vinham sendo pautadas pelo movimento de mulheres e LGBTI+, tendo sido responsável direta por um aumento da violência de gênero, dos casos de feminicídio e violência doméstica, assim como pelo aumento do assassinato de pessoas trans, mesmo em contexto de pandemia.

Como aponta a pesquisadora Sonia Corrêa, em entrevista para o portal Conectas:

“Na América Latina como um todo, e no Brasil em particular, é no campo da educação onde o ataque ao gênero tem um efeito mais extenso e profundo. No Brasil, desde 2014 proliferam legislações antigênero na educação nos níveis estaduais e municipais. Desde 2015, vários projetos têm sido apresentados no Congresso Nacional. Seis deles criminalizam a difusão e a propagação de “ideologia de gênero”. Isso significa que em todos os lugares em que exista a perspectiva de gênero e sexualidade como parte de uma agenda democrática de educação, secretárias/os, diretoras/es de escolas, professoras/es poderão ser criminalizados. Outro campo em que hoje desde 2019 a ideologia antigênero está instalada é a política externa. Como se sabe, o Brasil tem assumido posições sistemáticas contra o uso do termo gênero em negociações internacionais e essa pauta de política externa é obscura. A ABGLT [Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais] fez uma ação junto ao STF [Supremo Tribunal Federal] para conseguir acesso a seu conteúdo. O núcleo duro da ideologia antigênero do governo Bolsonaro está situado na interseção entre o Itamaraty, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Ministério da Educação. Em especial, o ministro de relações exteriores e a ministra Damares Alves deixaram isso muito claro ao longo do último ano. Ou seja, as posições antigênero estão hoje traduzidas em políticas públicas e em diretrizes estatais. Não se trata apenas de um discurso de agitação política usado pelas bases bolsonaristas³⁷.

37. Conectas. Entrevista: A ofensiva antigênero como política de Estado. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/ofensiva-antigenero-politica-estado#:~:text=Na%20América%20Latina%20como%20um,sido%20apresentados%20no%20Congresso%20Nacional> - acessado em: 08/01/2021.

No mesmo sentido, uma reportagem comentou:

O governo brasileiro vetou um plano de ação de direitos humanos do Mercosul devido à inclusão da expressão “crimes de ódio” contra pessoas LGBT e de citação a “identidade de gênero”. Em reunião da Comissão Permanente LGBT, representantes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e do Itamaraty afirmaram que trecho que propunha a criação de “registro de crimes de ódio e discriminação por razões de identidade de gênero e orientação sexual” era inaceitável. Também houve oposição à proposta de incluir “identidade de gênero” nos registros administrativos dos países. (Brasil veta plano do Mercosul por incluir expressão 'crimes de ódio' contra pessoas LGBT).³⁸

Isso aponta para a urgência e a necessidade de serem intensificadas ações de fortalecimento de políticas de gênero que asseguram proteção frente à violência relacionada às questões de gênero feminino, bem como o reconhecimento, a equiparação e o devido enquadramento do assassinato de travestis e mulheres transexuais na Lei do Femicídio e Lei Maria da Penha.

Após a decisão do STF sobre a retificação registral das pessoas trans, nos chama atenção a falta de marcadores de orientação sexual e/ou identidade de gênero nos formulários de atendimento, ou seu correto preenchimento, especialmente nas delegacias, hospitais e órgãos de atendimento às vítimas de violência. As pessoas que tiveram seus nomes retificados serão lidas pelo Estado como sendo pessoas *cisgêneras*, o que contribui ainda mais para o aumento da subnotificação dos casos e dificulta a busca de informações, motivações relacionadas e outros padrões encontrados no assassinatos de pessoas trans. É URGENTE que seja feita a inclusão em todos os sistemas da informações sobre estes marcadores, uma vez que a ausência desses campos é prejudicial para o fomento das pesquisas e, conseqüentemente, da construção de políticas públicas que pensem a cidadania de nossa população. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020)

Como demonstrado até aqui, podemos verificar que existe um perfil prioritário que tem sido vitimado pela violência transfóbica, que é a travesti ou mulher trans, negra, pobre, que é percebida dentro de uma estética travesti socialmente construída e, principalmente, profissionais do sexo que atuam na prostituição nas ruas.

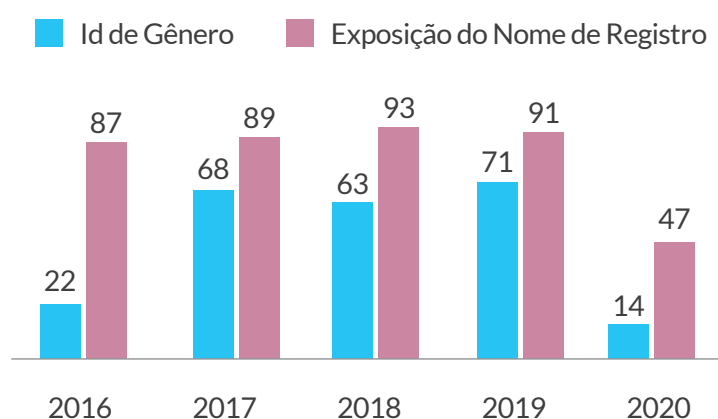
38. Brasil veta plano do Mercosul por incluir expressão 'crimes de ódio' contra pessoas LGBT. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/brasil-veta-plano-do-mercosul-por-incluir-expressao-crimes-de-odio-contra-pessoas-lgbt.shtml> - acessado em 08/01/2021.



A IDENTIDADE DE GÊNERO DAS VÍTIMAS NA MÍDIA

Neste ano, **14% dos casos notificados não respeitaram a identidade de gênero das vítimas e 47% dos casos expuseram seu nome de registro - muitos deles sem sequer mencionar o nome social.** Assim, pudemos observar que, diante da insistência de nosso trabalho em constante diálogo com jornalistas e meios de comunicação, percebemos uma melhora no tratamento que a mídia tem dado às vítimas - especialmente quando comparado aos anos anteriores. Porém, ainda são recorrentes os casos em que não é respeitada a identidade de gênero das vítimas, assim como seu nome social. Além disso, 15% dos casos não trouxeram qualquer informação sobre a identificação das vítimas, porcentagem equivalente às vítimas que não foram noticiadas na mídia, mas em fontes complementares.

Gráfico: Respeito à identidade de gênero e exposição do nome de registro (%)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

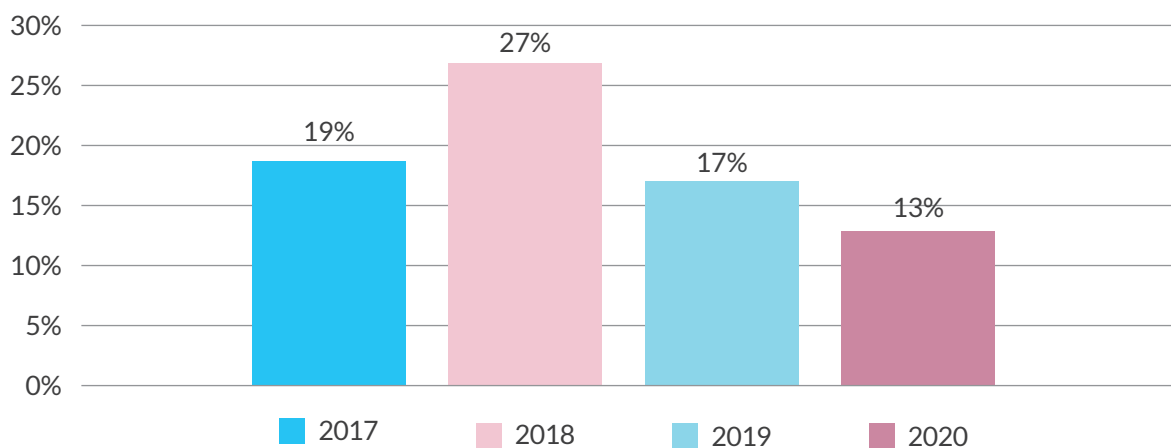
Importante destacar que há notícias de assassinatos trans reportados pela mídia que podem apresentar distorções sobre as identidades das pessoas que foram mortas. Muitas reportagens não trazem exatamente a autoidentificação das vítimas como mulheres transexuais ou travestis. Há um processo de marcação compulsória pela forma com que a identidade da vítima também era constituída e reconhecida socialmente. No caso de pessoas não-binárias, esse marcador se

torna ainda mais desafiador, devido à invisibilidade dessa população ou à falta de conhecimento/interesse sobre a diversidade de gênero.

Com o aumento da denúncia dessas violações, o monitoramento por parte das redes e instituições e das discussões sobre diversidade de gênero, e apesar da censura anunciada pela bancada fundamentalista contra este debate, conseguimos ver o diálogo sobre esse tema intensificar a importância das diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero para o levantamento dos dados. Temos visto as coisas mudarem lentamente, já que foi mantido um número elevado de notícias em mídias e jornais que respeitaram as identidades de gênero e os pronomes de tratamento adequados às pessoas trans nas matérias vinculadas. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020)

Ainda em 2020, encontramos 22 dados de assassinatos que não foram noticiados por qualquer tipo de mídia informativa, o que representa 13% dos casos. Eles – os casos – foram enviados através de redes parceiras e de afiliadas, assim como publicadas em grupos específicos de monitoramento de assassinatos gerais. Em 2019, esse número era de 21 casos, 17% dos 124 assassinatos; e em 2018 e 2017, eram 44 (27%) de 163 assassinatos e 34 (19%) de 179 casos, respectivamente. Isso nos mostra a importância do trabalho que realizamos para que esses dados não se perdessem e para que a subnotificação, já denunciada de forma recorrente em nossa pesquisa, não fosse ainda maior.

Gráfico: Casos de fontes complementares (%)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Por isso, torna-se cada vez mais importante o uso de marcadores da identidade de gênero em formulários, laudos, boletins de ocorrência, fichas e nas matérias que noticiam essas mortes, para que tais dados não se percam, ou para que a população trans volte a ter sua identidade de gênero deslegitimada, ou novamente subnotificada, após a retificação registral.

É importante saber se uma pessoa assassinada é cisgênera ou transgênera para que possamos fazer o cruzamento dos dados e para que o estado dê conta destes assassinatos. E isso só será possível, com o marcador da identidade de gênero existente, devidamente preenchido e publicizado; bem como as equipes qualificadas para o preenchimento e cientes de sua importância. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2019.)

Destacamos que, nas notícias da mídia, vemos uma prevalência nos dados dos assassinatos de pessoas identificadas como sendo travestis, que aparece em 77% dos casos, diretamente relacionadas a marcadores como o território onde ocorreu o assassinato, contexto e classe social, raça e ocupação. Apesar da importância desses marcadores para a identificação dos casos, a mídia tem uma tendência de classificar as identidades a partir de tais elementos, muitas vezes de forma equivocada, racista, classista e estereotipada.

Com isso, contribui para o processo de acirramento da marginalização da imagem da travesti. Ao mesmo tempo, a mídia faz a opção de uso da identidade mulher transexual para se referir, normalmente, a um perfil socialmente aceito daquelas que não atuavam na prostituição, que eram brancas e apresentavam um alto grau de *leitura social cisgênera*³⁹.

É urgente entendermos que, depois de mortas, qualquer tentativa de marcar a identidade de gênero das pessoas trans parte exclusivamente da sua percepção sobre ela, logo, com grandes chances de se deixar levar por estigmas ou olhar genitalista sobre nossas existências. É impossível dizer a identidade do outro, ignorando sua história de vida, suas construções e vivências. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020)

Há, também, matérias que expõem fotos explícitas de cadáveres mutilados, o que é uma violação da imagem daquela pessoa, já brutalmente assassinada. Esse modo de exposição também viola as famílias e suas dores.

39. A expressão *Leitura Social Cisgênera* é utilizada nesta pesquisa para se referir àquelas pessoas que, devido à sua expressão de gênero, aliada a atributos físicos e outros elementos, são entendidas como se fossem pessoas cisgêneras. Expressão popularmente conhecida como *passabilidade*.



TIPOS DE ASSASSINATOS

Diante dos casos 175 assassinatos encontrados em 2020, muitas das vítimas foram assassinadas em contextos de zonas rurais, matagais, imóveis abandonados, autoestradas e locais de prostituição. São esses os locais onde comumente as vítimas são assassinadas. Ainda como efeito do Êxodo Travesti⁴⁰ (BENEVIDES, 2019), muitas das vítimas são assassinadas fora de suas cidades de origem, devido ao processo trans-migratório em busca de uma vida melhor pela falta de oportunidades ou ainda em uma tentativa de fuga da violência, como é o caso daquelas que saem do país. Tem se tornado recorrente que travestis e mulheres trans brasileiras estejam realizando pedidos de asilo político em diversos países pelo mundo, pelos altos índices de assassinatos de travestis e mulheres trans no Brasil, já que, até o momento, o Estado não implementou nenhuma ação para enfrentar o problema da violência transfóbica.

Dentre os dados, três casos não trouxeram informação sobre o local do assassinato; dois deles aconteceram dentro de unidades prisionais; 46 em locais privados (motéis, residência da vítima, residência dos suspeitos e outros) e 124 em locais públicos (via pública, ruas, bares, terrenos baldios, rios, parques, praias, etc.).

Tabela sobre local do ocorrido

PRIVADOS			
Residência da vítima	28	Sítio	1
Motel	7	Salão de cabeleireiro	1
Bar	5	Residência de amiga	1
Residência dos suspeitos	2	Hospital	1

40. Ver nota 13

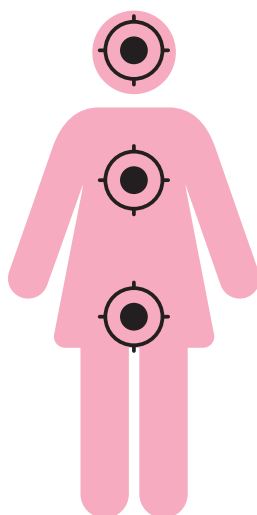
PÚBLICOS			
Via pública	87	Embaixo de viaduto	1
Corpo encontrado/Terreno Baldio	17	Praia	1
Corpo encontrado - Rio/Lagoa	8	Campo de futebol	1
Prédio abandonado	3	Transporte público	1
Corpo encontrado/auto estrada	2	Parque	1
Cemitério	1	Horta comunitária	1
OUTRO			
Unidade Prisional	2	Sem informações de local	2

Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Há, ainda, casos em que houve a associação entre assassinato e sequestro/rapto e/ou desaparecimento da vítima, com posterior confirmação da morte em pelo menos nove casos. Observamos que há uma variação que depende de onde será cometido o assassinato: se em via pública e movimentada, será um ato mais rápido; em caso de ambiente ermo ou locais escuros/isolados, os requintes de crueldade se tornam uma prática recorrente. Há, ainda, uma alta prevalência de vandalização dos corpos das vítimas.

Percebemos, também, que existe uma tendência para que os golpes, socos, facadas e/ou tiros atinjam preferencialmente partes específicas do corpo como rosto/cabeça, seios e genital em **47% dos casos**. Muitas vezes de forma repetida e associada, de modo a humilhar e marcar o ódio à identidade de gênero das vítimas.

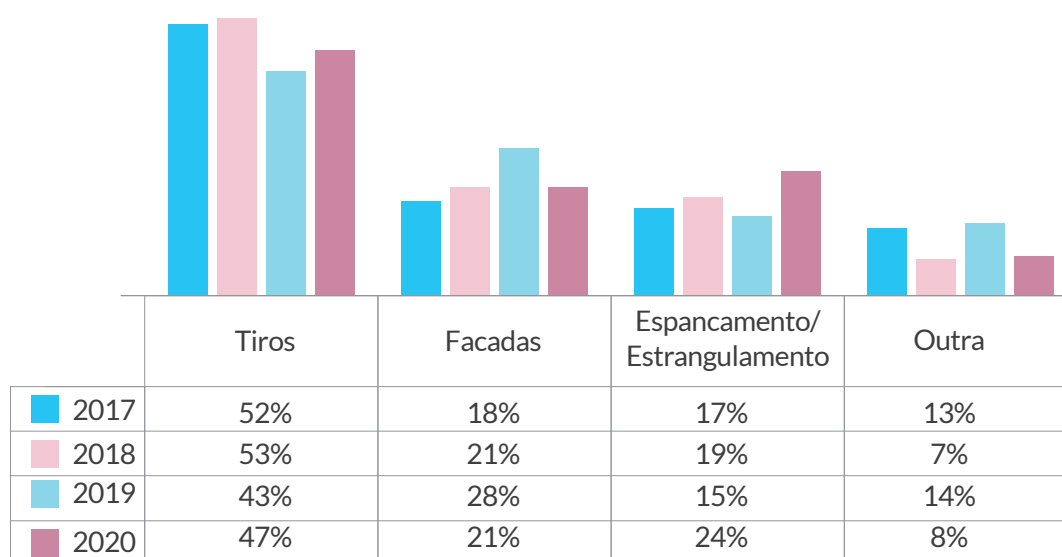
Figura: Região onde golpes são aplicados em 47% dos casos



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Dentre os assassinatos notificados em 2020, em 24 notícias não se informou sobre o tipo de ferramenta/meio utilizado para cometer o assassinato. Dos demais casos observados nesta pesquisa, 47% foram cometidos por armas de fogo; 21% por arma branca; 24% por espancamento, apedrejamento, asfixia e/ou estrangulamento; e 8% de outros meios, como pauladas, degolamento e corpo atado fogo. No Brasil, Cerqueira (2014) mostrou evidências de que, a cada 1% a mais de armas de fogo em circulação, há um aumento de 2% na taxa de homicídio. **Houve, ainda, 29 casos de execução direta com número elevado de tiros ou a queima roupa, enquanto, em 2019, haviam sido nove execuções.**

Gráfico: Tipos de assassinatos (%)



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

16% dos assassinatos apresentaram associação com outros métodos cruzados durante o homicídio, como tiros, afogamento, tortura, etc. É importante destacar o aumento nos casos de espancamento, apedrejamento, asfixia e/ou estrangulamento.

Note-se que 77% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade, como o uso excessivo de violência e a associação com mais de um método e outras formas brutais de violência. Isso denota um elemento facilmente identificado em crimes de ódio nos casos e denuncia a transfobia presente neste tipo de crime. Vimos notícias de corpos gravemente mutilados, tendo objetos introduzidos no ânus das vítimas, tendo seus corpos incendiados, esquartejados e repetidamente golpeados.

Quadro com os mais recorrentes tipos de métodos utilizados no assassinato em 2020

TIPO DE MÉTODOS	
Tiros	Espancamento + amarrada
Facadas/Objeto cortante	Espancamento + Estrangulamento
Espancamento	Espancamento + Facadas
Estrangulamento	Espancamento + Pauladas + Pedradas + Perfuração por objeto cortante
Pauladas	Facada + Estrangulamento
Enforcamento	Estrangulamento + Carbonizada
Agressão + Tiro	Espancamento + Pauladas
Corpo ateado fogo	Facadas + Empurrada de prédio
Apedrejamento	Corpo Ateado fogo + Marteladas + Espancamento
Tortura	Tiro + Teve o Pênis Decechado
Tiros (Execução) + Espancamento + Corpo amarrado + Sequestro	Punhaladas
Tortura + Afogamento	Tortura + Tiros (execução)

Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Os crimes normalmente seguem uma intensidade de repetições de métodos, golpes e artefatos utilizados na morte e acontecem de acordo com o meio em que a vítima se encontra no ato do assassinato. Seja via pública, de difícil acesso e/ou local privado, há uma diferença entre os métodos utilizados pelos assassinos. A quantidade de algozes também varia de acordo com essa condição. Se a vítima estiver em um ambiente mais ermo, escuro e com pouca circulação, no motel ou mesmo dentro de casa, havendo a chance de vandalizar o corpo, o assassino assim o fará. Mortes em áreas mais movimentadas, em geral, acontecem de forma mais rápida. (Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018).



PERFIL DOS SUSPEITOS

Dentre os 175 assassinatos de 2020, não foi possível traçar um perfil aprofundado sobre os suspeitos/assassinos devido à dificuldade de informações sobre eles nas matérias, ainda que haja a reprodução e a publicação dos nomes de registro das vítimas e sem respeito às suas identidades de gênero ou menção do nome social. Os suspeitos, em geral, têm suas identidades preservadas pela mídia. A idade dos suspeitos varia entre 16 e 60 anos e, apesar de haver poucos dados sobre a identidade dos suspeitos, encontramos notícias de que pelo menos 46,5% deles eram homens, 4,5% mulheres (cis e trans), sendo três mulheres cis e cinco mulheres trans/travestis e em 49% dos casos não havia informações sobre o suspeito.

Quadro: Identidade dos suspeitos

IDENTIDADE	(%)
Sem informações	49%
Homens	46,5%
Mulheres (cis e trans)	4,5%

Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Dos casos encontrados, identificamos que 18% dos suspeitos eram de pessoas conhecidas ou que mantinham algum relacionamento com as vítimas. Chama a atenção narrativas que atribuem, de forma equivocada e sem nenhum embasamento, o assassinato de pessoas trans à comunidade LGBTI+, ignorando que **72% dos suspeitos identificados não tinham relação direta, não conheciam ou tiveram qualquer contato anterior com a vítima** - o que dificulta inclusive sua identificação, reconhecimento e prisão, exceto quando, em raros casos, são clientes conhecidos das prostitutas e são facilmente identificados.

A tentativa de associação do desejo e o controle patriarcal da sexualidade têm sido usados de forma recorrente nos casos de assassinatos de travestis e mulheres trans como tentativa de imputar estigmas negativos à vítima e justificar o ódio pós gozo *da morte* pelos algozes, como se

isso fosse justificável. É comum a palavra dos assassinos ser utilizada para obstruir, ou enfraquecer o indiciamento ou julgamento por se apresentarem como “*senhores de bem*”.

Consideramos inaceitável buscar razoabilidade do assassino ou imputar culpa à vítima, sob qualquer justificativa. É inaceitável a narrativa que coloca uma suposta “defesa da honra” (masculinidade) como justificativa para o assassinato. A desesperada luta pela manutenção do poderio patriarcal tem causado graves problemas à humanidade, provocando cada vez mais vítimas.

Existe, ainda, um padrão adotado pela polícia e que é replicado pela mídia e jornalistas, que, em muitos casos, intencionalmente, reportam alguma associação incoerente e/ou fictícia com o uso de drogas ou outras atividades ilegais, como roubo ou extorsão, em uma escrita recheada de preconceitos e ignorância que reforça e perpetua estigmas contra a população trans. O que enfraquece a denúncia contra os suspeitos, que aliado a narrativa de que as vítimas teriam dados motivos suficientes que justificassem as mortes. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020)

Em declarações recorrentes, quase ensaiadas e repetidas pelos algozes, muitos suspeitos conseguem narrar os crimes com riqueza de detalhes e sem demonstrar qualquer tipo de arrependimento. Afirmam terem agido em uma suposta legítima defesa, alegando tentativas de roubo ou extorsão, desentendimentos pela falta de pagamento ou a reação da vítima frente à tentativa de não pagamento do programa pelo suspeito. Essas justificativas têm sido usadas – e aceitas por policiais e pelo sistema de justiça, como justificativa para o assassinato daquela vida abjeta que ele utilizava em programas sexuais.

Durante uma das conversas em um grupo de pessoas trans em aplicativo de mensagens, Layla* relata⁴¹:

“A maricona parou na pista, levou eu e uma amiga. Pegou *pemba*, *otí* e *vários* babado. Fomos pro Motel. E lá, depois de se lambuzar com o corpo das gatas. E fazer coisas que até eu fico constrangida as vezes, eles vem querer dar o calote. Como assim? O cara para um carro de 100 *pau* na pista e vem querer transar sem pagar? Eu sou profissional do sexo, dali que tiro meu sustento. Mas aí se eu reajo, ele vai dizer pros *alibã* que sou violenta, marginal ou que tentei extorquir ele. Isso quando não mata a gata. Porque muitas *conas* dessas assassinam a gente pra não ter que pagar o programa. Viu aquela lá de Floripa? E isso é o rico, o pobre que vem de bicicleta, não importa. Eles acham que travesti tá aqui pra sair com eles de graça. E como sabem que ninguém se importa, eles matam mesmo. Porque quem se importa com a gente né?”

41. Relato enviado em 20/12/2020. Utilizamos nome fictício para manter anônima a identidade.

A sensação de impunidade é muito grande e isso, nitidamente, estimula o cometimento de novos crimes. É comum buscarmos notícias sobre casos de assassinatos de pessoas trans e encontrarmos informações de que foram soltos “*por não oferecerem risco à sociedade*”, afinal, matou uma travesti; ou, ainda, absolvidos pela falta de elementos suficientes nos autos – mesmo em casos de réus confessos. Em 2020, foram identificados pelo menos 38 suspeitos dos assassinatos desse ano.

A falta de rigor nas investigações, a invisibilidade desses casos e a impunidade acabam reforçando ciclos de violência e abalando a confiança das pessoas nas leis. Victor Siqueira Serra, no livro “Pessoa Afeita ao Crime: criminalização de travestis e os discursos do Tribunal de Justiça de São Paulo”, explica que:

(...) para além da vulnerabilidade e da violência cotidiana a que estão expostas as travestis no Brasil (truculência policial, discriminação e humilhação nos serviços de saúde, dificuldade de acesso a emprego, educação etc.), são desacreditadas pela Justiça, que trata essas pessoas a partir da imagem social que as estigmatiza como “perigosas e frequentemente criminosas”⁴².

O autor diz, ainda, que: “o discurso, as condições de produção do discurso, o desenrolar do processo penal, a forma como se constroem os textos e as relações de poder que os atravessam, bem como os sujeitos de enunciação, desembargadores e desembargadoras e suas representações sobre travestis”⁴³.

42. SERRA, Victor Siqueira. Pessoa afeita ao crime: criminalização de travestis e o discurso judicial criminal paulista. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: UNESP, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182087/Serra_VS_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y

43. Idem item 43.

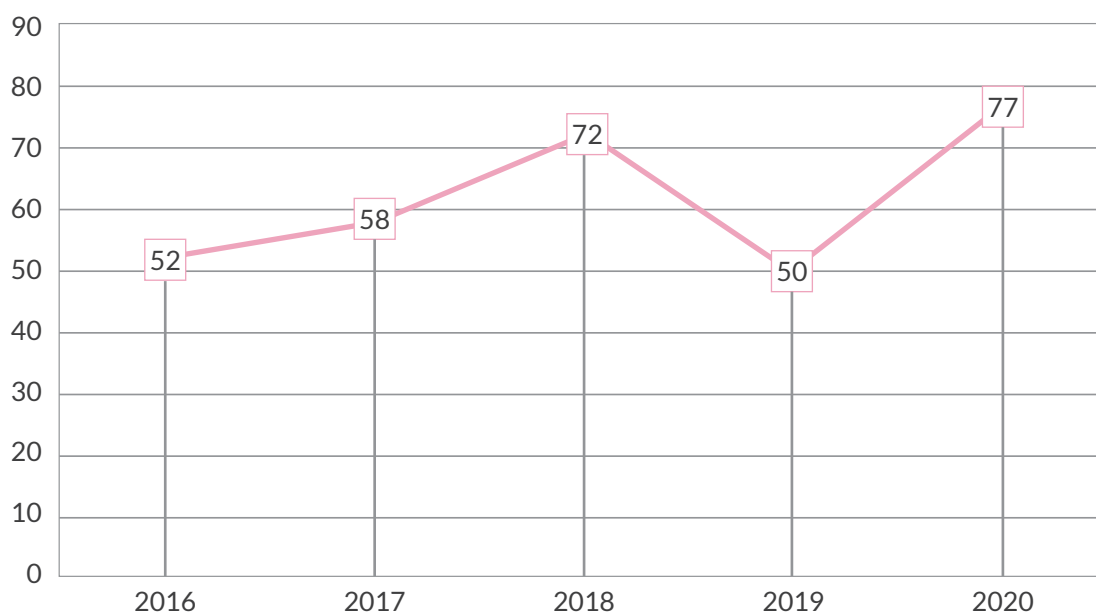


TENTATIVAS DE HOMICÍDIO CONTRA PESSOAS TRANS

Em 2020, foram registradas 77 tentativas de homicídio em relação à população trans no país. A importância de se catalogarem esses dados se deve à necessidade de que essas pessoas, sobreviventes, no futuro, possam informar o motivo real do crime e a sua ligação com a questão da transfobia no país. A metodologia utilizada para esse monitoramento refere-se a mesma empregada pela *Transgender Europe* – TGEU. Os dados são quantitativos, coletados a partir de sites de jornalísticos e outros canais de comunicação como WhatsApp, Facebook, Instagram e e-mails. Reconhece-se que há uma subnotificação dos casos, o que significa que os dados produzidos não conseguem refletir a realidade desses números no país. A violência pelas qual as pessoas trans no Brasil são submetidas é invisível, sem dados do Estado. Expor essa realidade é importante para que sirva de base de confronto em espaços que discutem as violações de direitos humanos da nossa comunidade.

O gráfico abaixo demonstra o número de tentativas de homicídio desde 2016, demonstrando um aumento de 50% em relação ao ano de 2019.

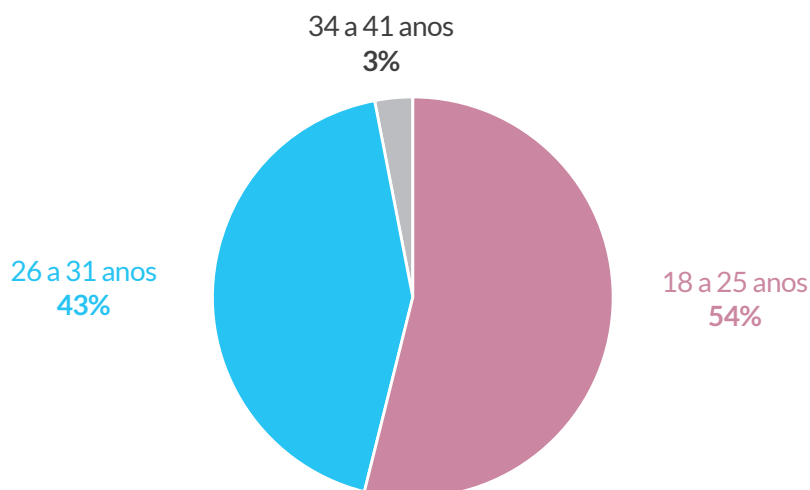
Gráfico – Tentativas de Homicídio – 2020



Fonte: Sayonara Nogueira/ObservatórioTrans

Em relação ao gênero das vítimas, 100% são mulheres trans/travestis. Esse resultado denota que a violência de gênero surge como um dos principais fatores no assassinato, tentativas de homicídio e violação de direitos humanos de pessoas trans no país. Em relação à idade das vítimas, 54% dos casos são de mulheres trans/travestis entre 18 a 25 anos de idade; 43% entre 26 a 31 anos; e 3% entre 34 a 41 anos de idade. Foram consideradas somente as reportagens que traziam a idade da vítima no conteúdo da matéria. Além disso, os dados refletem a idade média das pessoas que sofreram uma tentativa de homicídio.

Gráfico - Idade das vítimas

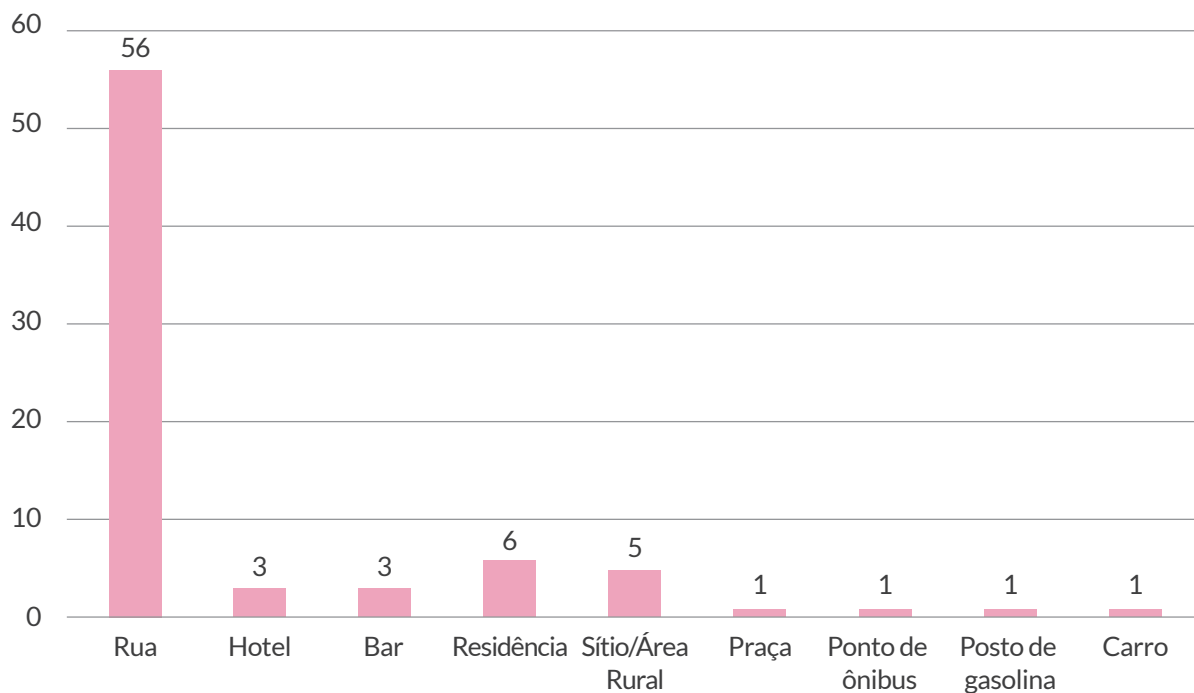


Fonte: Sayonara Nogueira/ObservatórioTrans

Torna-se importante também fazer um recorte racial em relação aos dados, porque não basta dizer que o Brasil é um país violento para as pessoas trans, uma vez que a violência não alcança a todas da mesma maneira. A violência, a transfobia e o racismo chegam de formas diferentes nos bairros pobres e periféricos e, sobretudo, nas ruas, onde a maior parte destas mulheres trans e travestis ganham à vida. A violência no Brasil apresenta um recorte de raça, gênero, identidade de gênero e classe, tornando-se um problema estrutural. Desse modo, destaca-se que **94% das vítimas eram profissionais do sexo**. Em relação à cor/raça, foi possível identificar que 29% destas vítimas eram pretas, 12% pardas. Ressalte-se que, geralmente, esse tipo de notícia não traz as características da vítima, como cor e idade.

Em relação ao local onde estas pessoas sofreram contras suas vidas, tem-se os seguintes dados:

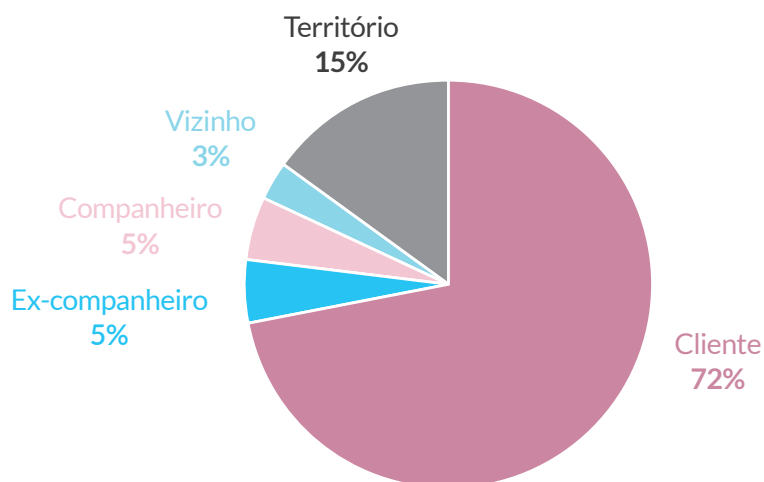
Gráfico - Local



Fonte: Sayonara Nogueira/ObservatórioTrans

Já o gráfico abaixo demonstra o autor da tentativa de homicídio.

Gráfico - Autor

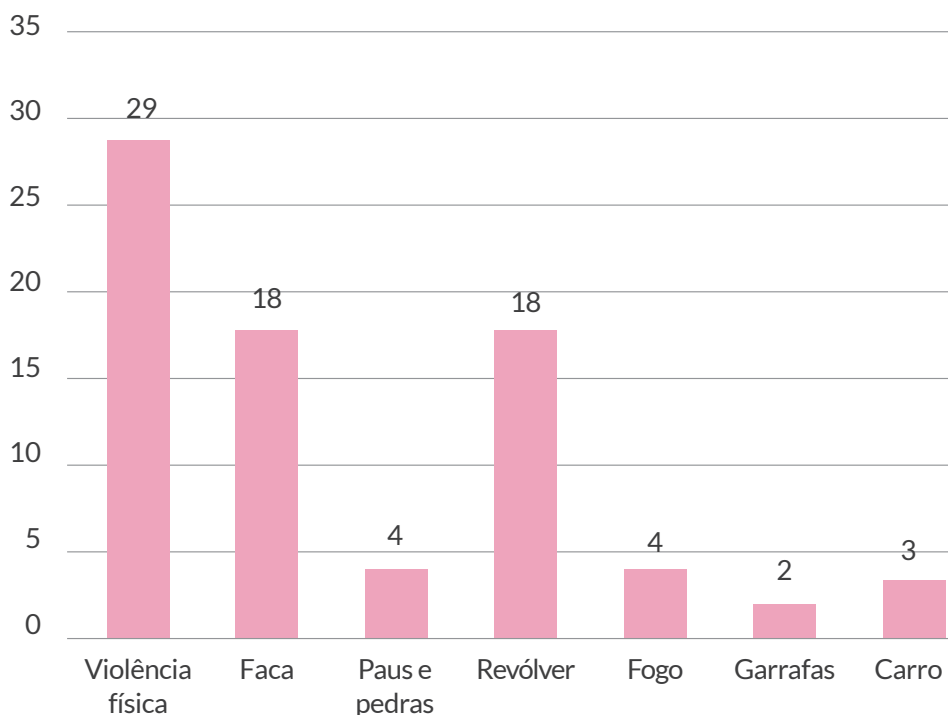


Fonte: Sayonara Nogueira/ObservatórioTrans

Ao analisar os dois gráficos acima, percebe-se que o principal local em que essas mulheres trans/travestis sofreram atentados contra sua vida foi na rua, e que 72% dos autores foram seus clientes. O trabalho sexual ainda é uma realidade para a maioria das mulheres trans/travestis no Brasil, tornando-se uma opção de subsistência exclusiva para nossa comunidade. Ainda faltam investimentos em políticas públicas que promovam uma real inclusão no ambiente escolar e posteriormente, no mercado laboral, para que se mude esta realidade.

O próximo gráfico demonstra o tipo de arma utilizada na tentativa de homicídio.

Gráfico - Tipo de arma



Fonte: Sayonara Nogueira/ObservatórioTrans

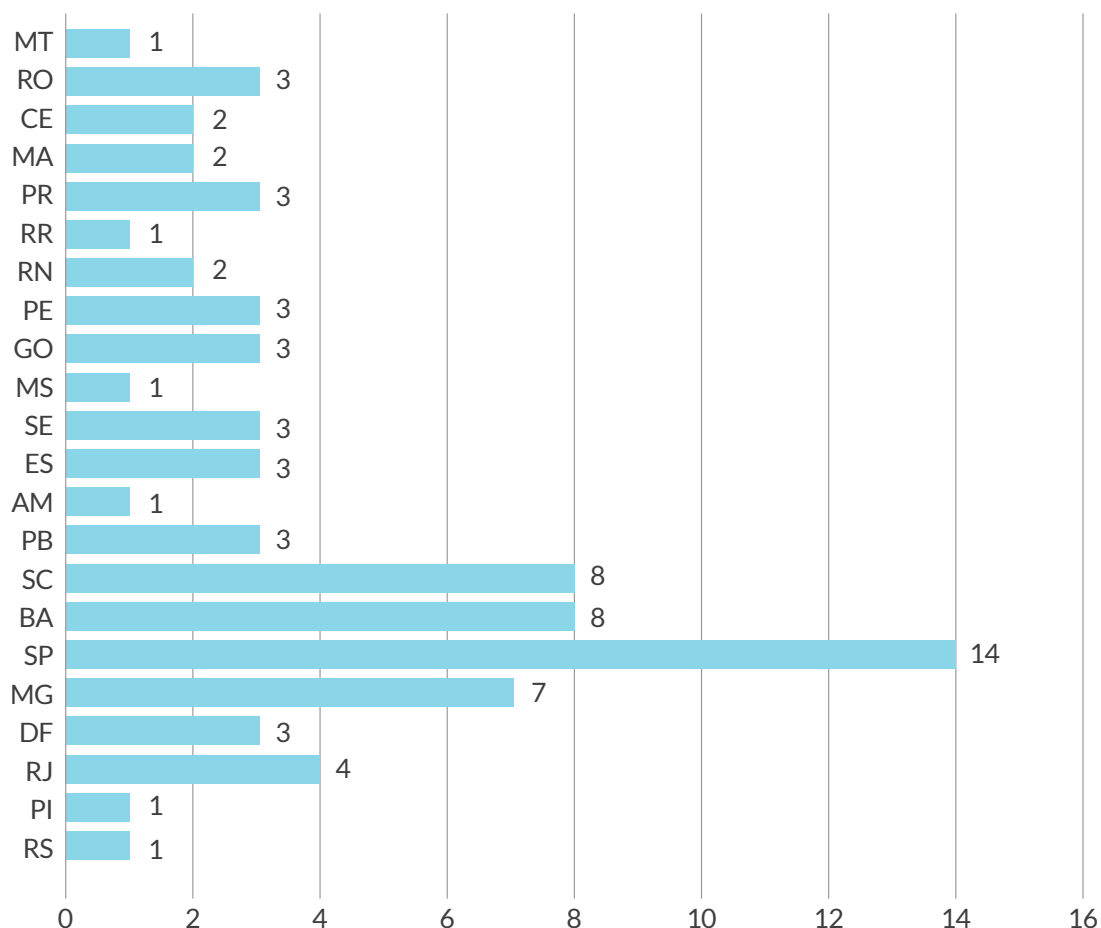
A violência física desponta nestes casos, seguida de tentativa de estrangulamento, asfixia e abuso sexual. A arma branca (faca) e revólver empatam em segundo lugar. Foi perceptível também o uso de paus e pedras e sempre em direção ao rosto da vítima, além de casos em que foi ateadado fogo no corpo da pessoa. Percebe-se que toda essa violência apresenta um único objetivo, que é ferir, lesar, provocar a dor e aniquilar a pessoa, deixando marcas evidentes em seus corpos.

O ciclo de violência que afeta mulheres trans se assemelha na medida em que a morte é o ponto final de uma série de violações anteriores. Para as mulheres trans e travestis, há um ciclo da exclusão, igualmente violento. Ele se manifesta quando seus corpos são objetificados, discriminados e na medida em que essas pessoas não têm acesso ao básico para ter autonomia e palavra, aliás, elemento importante para mulheres que estão tentando romper o ciclo da violência⁴⁴ (VASCONCELOS e CRUZ, 2020).

Os próximos gráficos trazem os estados e regiões que registraram notícias de tentativas de homicídio, destacando-se em, **1º lugar, São Paulo; em 2º lugar, Bahia e Santa Catarina; e, em 3º lugar, Minas Gerais. Em relação à região, o Sudeste segue líder com 35% dos registros, seguido da região Nordeste com 32%.**

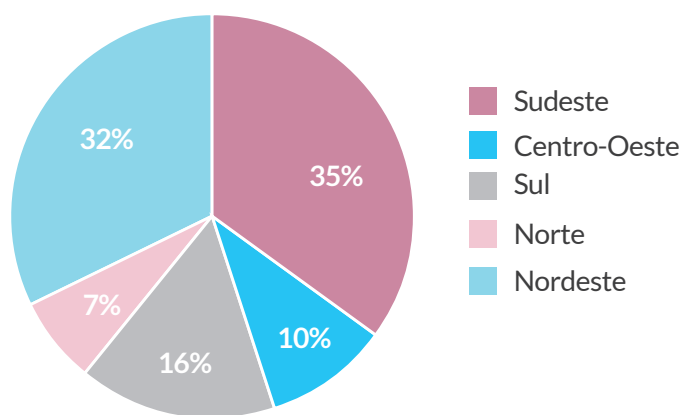
44. VASCONCELOS, Caê; CRUZ, Maria Teresa. Misoginia, transfobia e falta de dados: a equação do transfeminicídio. **Ponte Jornalismo**, 08/10/2020. Disponível em: <<https://ponte.org/misoginia-transfobia-e-falta-de-dados-a-equacao-do-transfeminicidio/>>. Acesso em 29 dez. 2020.

Gráfico – Estados com ocorrência de tentativa de homicídio



Fonte: Sayonara Nogueira/ObservatórioTrans

Gráfico - Região



Fonte: Sayonara Nogueira/ObservatórioTrans

Independente de região, mulheres e homens trans, travestis e pessoas não-binárias são extremamente vulneráveis no espaço geográfico. O território das cidades não apresenta a mesma estrutura de oportunidades para as pessoas trans, resultando em diversas fragilidades que colocam nossa comunidade na exclusão social e, conseqüentemente, exposta a todo tipo de violência. Nesse ínterim, o próximo tópico vem abordar as violações de direitos humanos no país em relação à população trans.



DADOS INTERNACIONAIS – 2020: O BRASIL SEGUE NA LIDERANÇA DOS ASSASSINATOS CONTRA PESSOAS TRANS NO MUNDO

A inserção da ANTRA no cenário internacional com denúncias e participações de fóruns de Direitos Humanos, assembleias e audiências na CIDH, e com a insistente divulgação dessa pesquisa que vem sendo feita em parceria com o IBTE, vem sendo responsável pela divulgação de dados valiosos, reconhecidos em várias instâncias internacionais e por outros parceiros fora do país, para que sejam pensadas ações e pesquisas no campo da segurança pública. Tudo isso tem impactado o modo como vem sendo tratados estes números e, conseqüentemente, resultado em uma ferramenta efetiva para o enfrentamento da violência transfóbica.

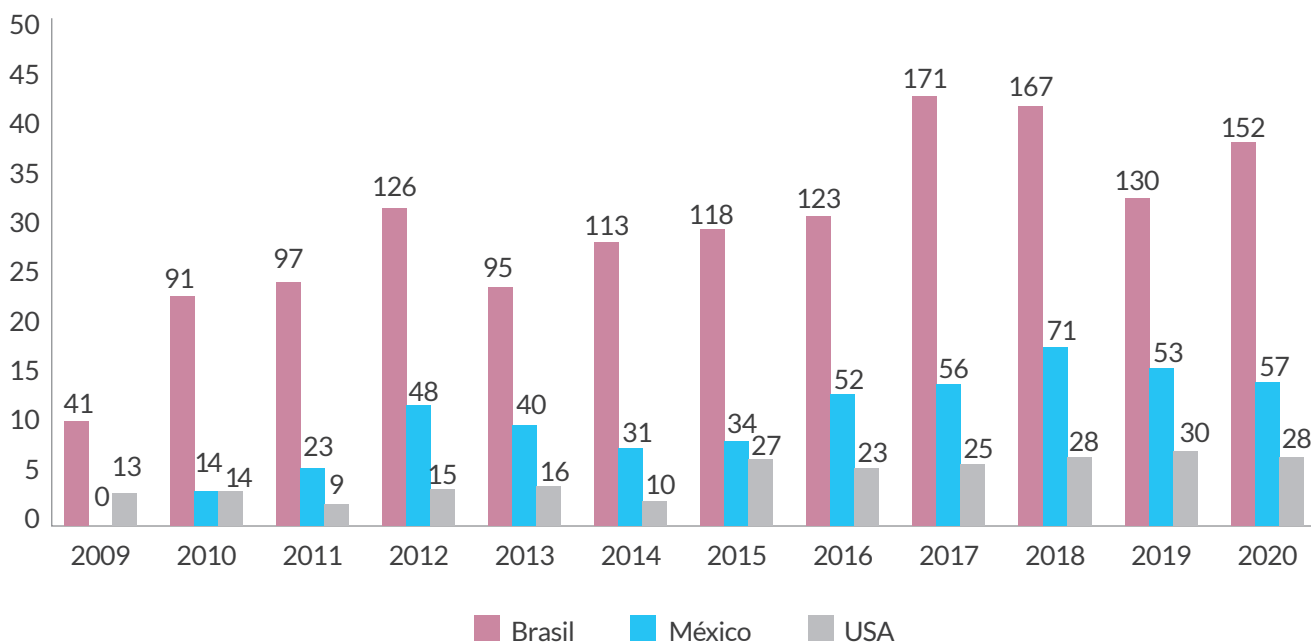
Por ocasião do dia internacional da memória trans, no dia 20 de novembro de 2020, a equipe do TvT- *Transrespect versus Transphobia World Wide* publicou os resultados do Observatório de pessoas trans assassinadas no mundo. Este ano, o Brasil teve quase três vezes mais números que o México, segundo da lista, e quase seis vezes mais casos que os EUA. Durante todo o período de 12 anos da pesquisa, foram encontrados 3.664 casos notificados em 75 países e territórios de todo o mundo, entre 1º de janeiro de 2008 e 30 de setembro de 2020.

O projeto de pesquisa Trans Murder Monitoring (TMM) monitora, coleta e analisa sistematicamente os relatórios de homicídios de pessoas trans e com diversidade de gênero em todo o mundo⁴⁵. Desde o início do levantamento, o Brasil tem sido o país que mais reporta assassinatos de pessoas trans no mundo. Cabe ressaltar que no Brasil, este levantamento é feito pela ANTRA e IBTE, tendo sido os responsáveis por esse monitoramento e pela coleta dos dados nacionalmente.

45. As atualizações dos resultados estão publicadas no site da TvT. Disponível em: <http://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring/tmm-resources>- acessado em 23/12/2020.

A atualização de 2020 revelou ainda o total de 350 casos entre 1 de outubro de 2019 e 30 de setembro de 2020⁴⁶. O **Brasil permanece como o país que mais assassinou pessoas trans do mundo neste período**, com 152 mortes, seguido do México (57) e Estados Unidos (38), somando um total de 350 homicídios reportados de pessoas trans em 74 países em todo o mundo, o que representa um aumento de 6% em relação a 2019.

Gráfico: Levantamento Assassinatos TGEU



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Os números do gráfico acima apresentam dados do Brasil, México e Estados Unidos, entre 1 de janeiro de 2008 e 30 de setembro de 2020 - respectivamente, os três países com mais casos reportados no mundo.

A análise da TvT mostra que 98% dos assassinatos em todo o mundo eram mulheres trans ou pessoas transfemininas. Reforçando as pesquisas brasileiras, onde esse ano a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) tem demonstrado que a violência de gênero aparece como um dos principais fatores no assassinato de pessoas trans. Além disso, pessoas racializadas representavam 79% das pessoas trans assassinadas nos Estados Unidos durante o período que pesquisaram. Quando examinados globalmente, 38% dos assassinatos ocorreram nas ruas, enquanto 22% dos incidentes ocorreram na casa da vítima. A média de idade das vítimas é 31 anos, sendo a vítima mais jovem 15 anos. No Brasil, a ANTRA e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) lançam anualmente dados sobre violência transfóbica, como a principal

46. O período de análise dos dados para TGEU não segue o calendário anual de 1JAN a 31DEZ de cada ano. Os dados levantados levam em consideração o período do ano de forma com que os dados sejam lançados pelo Dia da Memória Trans - 20NOV. Normalmente compreendido entra 1OUT e 30SET do ano anterior ao ano corrente da publicação.

pesquisa do tipo e que é responsável pelos dados que são utilizados pela TGEU no mapeamento do ranking mundial. A pesquisa feita pelas instituições demonstra que 82% das pessoas trans assassinadas no Brasil são negras (pretas ou pardas) e que 67% eram profissionais do sexo. A idade média das assassinadas no Brasil é de 26 anos e a chance de uma pessoa trans ser assassinada no Brasil é 9 vezes maiores que nos Estados Unidos⁴⁷.

Como consequência da pandemia da COVID-19, bem como do crescente racismo e da brutalidade policial, as vidas de pessoas trans e de gênero diverso estão em risco ainda maior, disse a organização em um comunicado à imprensa. Aqui, acrescento, ainda, a crise social e econômica provocada pela pandemia do coronavírus sem uma resposta efetiva do Estado; a violência estatal—por ação direta ou indireta quando nega acesso a direitos e se omite na defesa de corpos trans; a crescente agenda global anti-trans; a aliança entre conservadores e feministas radicais em uma cruzada contra os direitos das pessoas trans; além do avanço de uma onda fascista pelo mundo e o acirramento das desigualdades em países em desenvolvimento que admitem uma agenda neoliberal.

O estigma e a discriminação contra pessoas trans são reais e profundos em todo o mundo e fazem parte de um círculo estrutural e contínuo de opressão que nos mantém afastados de nossos direitos básicos. Pessoas trans, em todas as partes do mundo, são vítimas de uma terrível violência de ódio, incluindo humilhações, agressões físicas e sexuais e assassinatos. Na maioria dos países, os dados sobre a violência contra pessoas trans não são produzidos sistematicamente pelos Estados, e é impossível estimar o número exato de casos.

47. Brasil continua mundial em assassinatos de pessoas trans. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/11/17/em-2020-brasil-continua-lider-mundial-em-assassinatos-de-pessoas-trans/> - acessado em 23/12/2020



O ASSASSINATO DE DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS TRANS

*Bruna Benevides
Symmy Larrat⁴⁸*

Exclusão familiar e abandono social, empobrecimento, processos de precarização e vulnerabilização, dificuldade no acesso a políticas públicas ou ausência delas, invisibilidade, prostituição como fonte primária de renda, falta de acesso ao mercado formal de trabalho, baixa escolarização, altos índices de violência e assassinato, transfobia institucional, baixa representação política, ataques nos direitos conquistados e dificuldade de acesso a garantias fundamentais formam o cenário onde a maioria das pessoas trans vivem.

Tal realidade, por sua vez, faz da luta por direitos humanos uma realidade vital e muitas pessoas trans têm se destacado e feito a diferença em territórios e comunidades, atuando como defensoras de direitos humanos. O aumento das violações presentes em 2020, agravadas pela pandemia da COVID-19 e pela falta/omissão de ações do Estado trazem ainda maior importância e maiores desafios à luta de defensoras de direitos humanos trans.

Além das violências que apresentamos no decorrer dessa pesquisa, é nítido que os assassinatos de travestis e transexuais no Brasil também envolve o de defensoras de direitos humanos. A partir de 2020, resolvemos agregar informações e um olhar específico sobre o assassinato de travestis, mulheres e homens trans e demais pessoas trans, defensoras e defensores de direitos humanos, que atuam na agenda política de reconhecimento e defesa dessa população.

De acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre Defensoras e Defensores de Direitos Humanos⁴⁹, defensora ou defensor de direitos humanos é qualquer pessoa, grupo ou órgão do

48. Symmy Larrat, Travesti, PresidentTRA da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

49. O texto da declaração em português está disponível no seguinte link: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Defenders/Declaration/declarationPortuguese.pdf>

Estado que trabalhe pela promoção e proteção dos direitos humanos. Trata-se de definição ampla que compreende pessoas profissionais de direitos humanos e não profissionais, ativistas, militantes, comunidades, povos, movimentos sociais, jornalistas e qualquer outra pessoa, coletivo ou órgão estatal que desenvolva, mesmo que ocasionalmente, uma atividade de direitos humanos. Uma definição ampla de direitos humanos é também adotada no âmbito das instituições e das organizações da sociedade civil brasileira.

Nesse sentido, no Brasil, são consideradas defensoras e defensores de direitos humanos todos os indivíduos, grupos, organizações, povos e movimentos sociais que atuam na luta pela eliminação de todas as violações de direitos, pelas liberdades fundamentais, pelos direitos individuais e coletivos de pessoas, grupos, coletivos, movimentos, povos e comunidades. Incluem-se aqui aquelas e aqueles que buscam a conquista de novos direitos individuais e coletivos, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais que ainda não assumiram forma jurídica ou definição conceitual específica.

São igualmente contempladas por esta definição as pessoas que resistem politicamente aos modelos de organização do capital, às estratégias de deslegitimação e criminalização do Estado e à ausência de reconhecimento social de suas demandas. São formas de resistência que, não se limitando às vias jurídicas e institucionais vigentes, remetem-se à ampliação de esferas de reconhecimento e legitimação no âmbito social, cultural, econômico, político e jurídico.

Para além das definições sobre o que é ser um/a defensor/a de direitos humanos existentes em documentos formais e desenvolvidos por organizações de luta pelos direitos humanos, trabalharemos ainda sob a perspectiva de que, assim como a interseccionalidade, a categoria “defensora/defensor de direitos humanos) é mais que um conceito teórico. Trata-se de uma categoria que pode ajudar a desenvolver ferramentas metodológicas para a construção de análises nos casos de violência e violação de direitos identificados.

Temos observado, desde 2016, um constante aumento de violência no país e um recrudescimento da violência contra defensoras e defensores de direitos humanos. São pessoas mais expostas à violência e à violação de direitos, não só porque estão à frente da luta pela proteção dos direitos de grupos minorizados, mas, também, porque, em sua maioria, são integrantes desses grupos. Por outro lado, assiste-se a um retrocesso nas políticas de proteção desses defensores. Acreditamos que exista uma aliança entre quem ocupa cargos de gestão e a estrutura do Estado que tem potencializado o crescimento de uma agenda antidireitos humanos, legitimando posturas conservadoras antidireitos dos grupos minorizados e reforçando narrativas racistas, misóginas, anticientíficas e LGBTIfóbicas.

O trabalho de visibilidade dessas violências tem se revelado cada vez mais importante. Atualmente, não se trata apenas de confrontar processos de estigmatização de defensoras e defensores. A publicização de dados e informações sobre as violências e situações de violação

enfrentadas por essas defensoras tem sido uma estratégia importante na luta contra a criminalização e contra tentativas de encerrar a defesa de direitos no campo da ilegalidade. No mesmo sentido, é preciso reagir contra uma enxurrada de desinformação e notícias falsas cujo principal resultado é tornar legítima a violência contra certos grupos da sociedade e contra quem se engaja na defesa dos direitos desses grupos.

Esse desafio é ainda maior no caso das defensoras trans, visto que fazer parte do grupo mais vulnerabilizado dentre os grupos minorizados se torna um fator de agravamento frente às questões estruturais que mantêm a violência contra mulheres, população negra, LGBTI e outros grupos - especialmente pela ausência de políticas específicas para enfrentar os problemas que impedem o acesso à cidadania da população trans, a extensão territorial do Brasil, o apagão de dados promovidos pelo governo federal, a falta de fontes governamentais e esvaziamento de políticas de proteção.

Como apontam os dados deste dossiê, os assassinatos de pessoas trans em 2020 aumentaram em todos os cenários quando comparados aos mesmos períodos de 2019, ultrapassando a globalidade dos casos registrados em todo o ano de 2019 (124 casos em 2019; 175 casos em 2020). Houve, ainda, aumento na maior parte dos estados de casos de feminicídio e violência doméstica, assim como se verificou a ausência de ações para a proteção das vítimas do coronavírus, especialmente entre indígenas e quilombolas. Surpreende, igualmente, o aumento da taxa de homicídios entre jovens negros.

Mulheres defensoras são mais suscetíveis a sofrerem violência sexual, agressão física na esfera privada, violência contra familiares, exposição online e silenciamento público. Há, ainda, a violência no ambiente virtual e perseguição dos direitos sociais que vinham sendo alcançados ao longo dos últimos anos. No caso de defensores LGBTI+, há uma constante tentativa de atribuição de culpa às vítimas, que enfrentam constante deslegitimação de sua atuação em decorrência de estigmas e tabus atribuídos a população LGBTI+.

Pessoas trans defensoras de direitos humanos convivem com o estigma da prostituição como lugar de vulnerabilidade e marginalidade. O mito da “travesti violenta”, por sua vez, é utilizado para responsabilizar a vítima pelo seu próprio assassinato, visto que as práticas policiais e judiciais - de modo geral - operam sob uma lógica transfóbica comprometida por valores morais dos operadores e pela própria transfobia institucional presente nas instituições de segurança.

Como resultado, no caso de assassinatos de pessoas trans, é baixíssimo o índice de identificação de suspeitos, prisões, investigações e inquéritos que culminem em condenação das pessoas responsáveis. A impunidade é uma ferramenta eficaz de perpetuação da violência. A subnotificação dos casos também colabora para a violência. Como vem sendo insistentemente denunciado, a subnotificação não é uma falta de política de produção de dados por parte do Estado; ela é, em si, uma política de Estado ativa que reproduz a violência a partir da ocultação

de sua existência. Num cenário de alarmante violência contra a população LGBTI+, não há dados governamentais sobre a violência LGBTIfóbica no país em pelo menos 15 estados e no DF⁵⁰, como denunciado no Atlas da violência 2020.

Outro fator relevante é que a permanente incitação à violência pelo presidente Jair Bolsonaro e sua base (ministros⁵¹ e outros integrantes do governo federal, aliados e seguidores do bolsonarismo) contra segmentos específicos da população – mulheres, pessoas LGBTI+, profissionais de imprensa, indígenas, população afrodescendente, quilombolas e outros – gera um ambiente de legitimação e disseminação entre a população de atos de violência contra estes grupos. Este contexto reforça a insegurança vivida por defensoras e defensores ameaçados e vítimas de violência. A solução de inserção da defensora ou do defensor em um programa de proteção executado por um governo que se posiciona contrário aos direitos destas populações gera um dilema de difícil solução e torna a resposta de proteção por parte do Estado incrível.

Para uma pessoa trans, que já enfrenta diversos desafios no transcurso do dia a dia, vivendo no país que mais assassina pessoas trans do mundo e que, nesse ano, apresentou aumento nos índices de violência, admitir o papel de desempenhar a luta pelo direitos humanos representa um aumento do risco e das chances de ser assassinada/o - principalmente em um país onde ativistas, coletivos, instituições e entidades de defensoras e defensores de direitos humanos não são devidamente protegidas, como é o caso do Brasil⁵².

Observamos a existência de uma organização *cistêmica* que estrutura e organiza a violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil, no sentido de silenciar, calar denúncias, interromper processos de resistência e de organização de frentes de reação contra o cenário político contra direitos humanos e de retrocessos em políticas públicas.

50. 15 estados se recusam a contabilizar a violência contra LGBTs. Disponível em: <https://ponte.org/15-estados-e-distrito-federal-se-recusam-a-contabilizar-violencia-contra-lgbts/> - acessado em 04/12/2020.

51. PGR pede ao STF para apurar se ministro da educação cometeu homofobia. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/26/pgr-pede-ao-stf-para-apurar-se-ministro-da-educacao-cometeu-crime-de-homofobia.ghtml> - acessado em 10/01/2021.

52. Defensores de direitos humanos não são devidamente protegidos no Brasil. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/12/em-risco-defensoras-e-defensores-de-direitos-humanos-no-brasil-nao-sao-adequadamente-protetidos-pelo-estado-aponta-dossie/#:~:text=Indiv%C3%ADduos%2C%20comunidades%20ou%20coletivos%20que,protetidos%20adequadamente%20pelo%20Esta> - acessado em 04/12/2020.

ASSASSINATOS DE PESSOAS TRANS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS

A ONG Global Witness apontou que, em 2019, foram assassinados pelo menos 24 defensores do meio ambiente no Brasil, dentre eles 10 indígenas, colocando-nos no ranking como o 4º país mais violento do mundo para defensores e defensora de direitos humanos. **Tivemos, ainda, quatro assassinatos de pessoas trans identificadas como DDHs em 2019.**

Em 2020, foram identificados três casos de assassinatos de defensoras de direitos humanos, dentre as pessoas trans assassinadas em 2020, no exercício de suas lutas contra a injustiça, desigualdades e violações de direitos humanos. Esse número representa uma grande perda em nossos quadros, especialmente quando consideramos que vivemos o ano de 2020 com a pandemia e seus impactos na população trans: dificuldade de acesso a políticas públicas, inexistência de políticas específicas para a contenção da pandemia quanto às pessoas trans, aumento da violência, etc. Os assassinatos de defensoras de direitos humanos trans cria uma grave lacuna em nossas trincheiras, sobrecarregando ainda mais aquelas que seguem organizadas, demandando a urgência de mais participação política de pessoas trans e engajamento de pessoas e grupos aliados nos movimentos de luta pelos direitos da população de travestis, mulheres e homens trans, transmasculinos e demais pessoas trans.

Os assassinatos de militantes e ativistas LGBTI+, sobretudo de travestis e mulheres transexuais, é uma realidade que ainda precisa ser revelada com mais investigações e coleta de dados específicos.



ELEMENTOS COMUNS A PARTIR DA ANÁLISE DOS ASSASSINATOS

Os dados apresentados até aqui explicitam a necessidade de políticas públicas específicas, transversais e interseccionais, além de esforços envolvendo o poder público, pesquisadores e universidades, além de movimentos sociais organizados e representantes da sociedade civil, focadas na redução dos índices de assassinato contra pessoas trans, traçando um perfil sobre quem seriam estas pessoas que estão sendo assassinadas a partir dos marcadores de idade, classe e contexto social, raça, o gênero, os métodos utilizados, além de outros fatores que colocam essa população como o principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais no Brasil.

Entre os elementos mais comuns nos casos levantados por esta pesquisa, estão:

- ◆ A maior parte das vítimas é jovem, entre 15 e 29 anos;
- ◆ A maioria é negra, pobre e reivindica ou expressa o gênero feminino;
- ◆ Entre as vítimas, a prostituição é a fonte de renda frequente;
- ◆ Os crimes ocorrem principalmente nas ruas, principalmente em via pública, ruas desertas e à noite;
- ◆ Os casos acontecem com uso excessivo de violência e requintes de crueldade;
- ◆ Os assassinos não costumam ter relação direta, social ou afetiva com a vítima;
- ◆ As práticas policiais e judiciais se caracterizam pela falta de rigor na investigação, identificação e prisão dos suspeitos;
- ◆ É constante a ausência, precariedade e a deficiência de dados, muitas vezes intencionalmente, usados para ocultar ou manipular a ideia de uma diminuição dos casos em determinada região;
- ◆ Nos poucos casos em que a acusação é conduzida, os crimes, geralmente, ficam impunes ou os assassinos são soltos, mesmo tendo confessado, em diversos casos;
- ◆ A importância e a gravidade desses crimes tendem a ser minimizados e explicados pela identidade de gênero, atribuindo-lhes responsabilidade por suas próprias mortes;

- ◆ Há casos dados como "morte por causas naturais", o que prejudica a implementação de um inquérito adequado para buscar as verdadeiras causas da morte, destacando, em particular, a falta de inquérito sobre as ações e envolvimento de forças policiais.
- ◆ Não há respeito à identidade de gênero das vítimas na condução dos casos e elas são registradas como indivíduos do sexo masculino, o que aumenta a subnotificação e dificulta a identificação dos casos para fins de pesquisa;
- ◆ Os casos criminais são afetados pelos estigmas e preconceitos negativos que pesam sobre as travestis e as mulheres trans;
- ◆ Cenário de políticas institucionais anti-trans favorecem o assassinato;
- ◆ Associação de grupos fundamentalistas religiosos e de gênero incentivam o ódio através de narrativas que impõem medo e estigma sobre pessoas trans;
- ◆ O descrédito de suas vozes os coloca em posições desfavoráveis como testemunhas e vítimas e, por sua vez, promove seus agressores.
- ◆ É comum a palavra dos assassinos ser utilizada para obstruir, ou enfraquecer o indiciamento ou julgamento por se apresentarem como "senhores de bem";
- ◆ Travestis e mulheres trans são frequentemente recebidas mais como suspeitas do que como queixosas ou testemunhas. Isso as desencoraja a recorrer à Justiça ou às forças policiais, particularmente no caso de pessoas envolvidas em prostituição. Nos casos em que os autores fazem parte da força policial, isso também coloca em risco a vida daqueles que tentam solucionar o crime (Gilardi, comunicação pessoal, abril de 2016);
- ◆ A impunidade favorece o assassinato.

Dentre as ações na segurança pública, faz-se urgente uma formação periódica e continuada para a garantia do correto atendimento da população LGBTI nas delegacias e órgãos de segurança pública, assim como o combate à LGBTIfobia institucional, que inviabiliza investigações sobre assassinatos contra a população LGBTI ou, ainda, sobre as violências às quais esta população está submetida.

Os dados aqui apresentados pretendem fomentar discussões sobre a necessidade de organizar grupos de trabalho sobre segurança LGBTI nos estados e municípios; e efetivar a padronização da coleta de dados de violência nas delegacias, hospitais e IML, com o respeito e o uso adequado do nome social e a marcação de identidade de gênero, a fim de incluir corretamente os dados gerados no atendimento à população trans.

A imagem a seguir apresenta a palavras que mais se repetiram no Dossiê 2019.

(Bruna Benevides, 2021)

PARTE II – OUTRAS VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS



O PARADOXO ENTRE O PORNÔ E O ASSASSINATO DE PESSOAS TRANS NO BRASIL

Bruna Benevides
REVISTA HÍBRIDA⁵³

Anualmente, os maiores sites pornô do mundo publicam um relatório com as categorias mais acessadas pelos seus usuários, detalhando palavras-chave, celebridades, fetiches e tendências mais buscadas em cada país do top 20. O Brasil, que nunca fica de fora dessa lista, demonstrou mais uma vez em 2019 o paradoxo de viver entre o desejo e o ódio em relação às travestis e transexuais.

O primeiro ano em que o RedTube colocou o Brasil como o país que mais consome pornografia com pessoas trans foi em 2016. Desde então, estivemos sempre presentes na lista e permanecemos na liderança de outros sites internacionais como o maior público para esses vídeos.

Buscas por termos como *shemale*, *transgender*, *brazilian shemale* e *ladyboy* aparecem na liderança dessas plataformas em todos os países. Já no Brasil, alguns vídeos chegam a mais de 920 mil visualizações no RedTube, 14,5 milhões no Pornhub e outros quase 45 milhões no XVideos, com buscas pelos termos travesti, travesti brasileira e suas variações.

53. Texto publicado originalmente em: <https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>

De acordo com o relatório de 2018 do Pornhub, a busca mundial por *pornografia trans* aumentou 167% entre homens e mais de 200% entre os visitantes acima dos 45 anos. Já em 2019, o Brasil ocupou a 11ª posição em acessos na plataforma, com um crescimento surpreendente de 98% na tendência de busca pelo termo *transgender* — o número mais alto em todo o mundo⁵⁴.

Imagem: Relatório do Pornhub sobre tendências de buscas no Brasil em 2019



Foto: Reprodução

Ao mesmo tempo, o Brasil seguiu como o país que mais assassinou travestis e transexuais do mundo em 2019, de acordo com os dados do Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra pessoas Trans analisado pela ONG TGEU que organiza o ranking mundial em 75 países. Será possível traçar ligações entre estes dados?

Existe um processo histórico de hipersexualização e fetichização em relação aos corpos trans, lidos como fantasia, sem subjetividade, vontade ou desejo, mas sempre à disposição para quem nos procura. Muitas vezes objetos de desejo, esses corpos causam simultaneamente repulsa entre quem se percebe compelido a buscá-los ou cogitar envolvimento, afetivo ou sexual, com pessoas trans. Isso ocorre especialmente em relação a travestis e mulheres transexuais que,

54. Até a publicação desse dossiê, não haviam sido publicado dados de 2020.

não por acaso, são as mais buscadas nos sites pornográficos e também a maioria de 95% entre as assassinadas, de acordo com a ANTRA.

Muitas vezes nos perguntamos sobre o fato de os homens não estarem se relacionando afetiva ou sexualmente com travestis e mulheres trans, pois teriam a sua (*frágil*) heteronormatividade contestada e seriam vistos como “gays” pelo resto da sociedade. A discussão sobre homens que ficam com travestis não serem heterossexuais é comum e recorrente. A afetividade⁵⁵ entre e com pessoas trans é um campo extremamente sensível pelos estigmas e mitos que recorrentemente têm sido colocados sobre seus corpos, e não falam apenas de sexo, mas qualquer forma de relacionamento afetivo, romântico, familiar, institucional e/ou pessoal com corpos trans e travestis.

De certa forma, esse julgamento acaba por reprimir sentimentos e desejos, transformando-os em algo repulsivo ou errado. Esses homens então retrocedem ao ódio constantemente incentivado e disseminado em narrativas religiosas, políticas e outras anti-trans, pelo seu objeto de cobiça, com coragem suficiente apenas para consumi-las em larga escala na internet, onde lhes é garantido o anonimato e a segurança de não serem julgados pelas mesmas ideologias religiosas, sociais ou políticas.

Quando observamos as mortes de pessoas trans, especialmente que 98% deles foram contra pessoas que expressam o gênero feminino e os **assassinatos contra profissionais do sexo travestis e mulheres trans**, eles geralmente acontecem em um cenário onde (em média) **80% das vítimas não conheciam o suspeito (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020)**. Isso porque, eram apenas clientes ou trans-admiradores casuais. Também precisamos notar os requintes de crueldade e violência com que esses casos ocorrem, dando vazão ao ódio transfóbico também por meio do envolvimento sexual que normalmente antecede o assassinato.

A maioria dos suspeitos são homens que buscam sexo pago, normalmente, não o fazem pelo sexo em si, mas pelo sigilo que a transação oferece. As vítimas geralmente vivem em isolamento social compulsório e são presas fáceis a envolvimento casuais em ambientes que, ao mesmo tempo, preservam a identidade do possível assassino e as expõem a maior risco. Em muitos casos, o crime não satisfaz apenas a vontade sexual, com atos que eu não ousaria mencionar aqui, mas também gera uma necessidade quase imediata de aniquilar qualquer possibilidade de associação com aquela prática e os sentimentos que ela revela pós-coito em pessoas que seguem tendo sua sexualidade preterida pelas convenções cissexuais.

55. Textos para discutir e pensar afetividade trans. Disponível em: <https://www.facebook.com/antrabrazil/photos/a.949175108501172/3088610527890942/> - acessado em: 05/01/2021.

São comuns os relatos de pessoas trans que contam sobre homens que, depois do gozo, mudam completamente a forma de tratamento à pessoa com quem acabaram de se relacionar, muitas vezes adotando posturas agressivas, repulsivas e violentas. Isso está diretamente relacionado ao avanço do pensamento fundamentalista cristão junto ao Estado e seu impacto no controle do corpo, do desejo e das relações afetivas e sexuais que seguem normatizando a função do homem de casar e ter filhos.

Ao mesmo tempo, o ódio contra travestis e mulheres transexuais não é apenas incentivado, mas passado de geração para geração. Como consequência, o Brasil se torna esse universo paradoxal, como o país que mais consome pornografia e mais assassina trans no mundo, quase como uma tentativa de apagar o rastro do gozo da morte e de seus desejos perversos, abjetos e “antinaturais”.

É cada vez mais urgente resgatarmos a discussão sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas e nos demais espaços sociais, nos movimentos feminista, negro e LGBTI+, para que as relações afetivas e sexuais entre pessoas cis e trans não sejam vistas como um ato de “coragem” ou um “erro”. Só com o combate ao pensamento que perpetua a criação de pessoas sexualmente frustradas seremos livres para experienciar nossos desejos e relacionamentos, não mais escondidas, mas livres.



12

VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA CANDIDATURAS E PESSOAS TRANS ELEITAS

Para 2021, eu vejo o pior dos cenários para o movimento LGBT, para os movimentos sociais e para os movimentos de luta. Eu acho que vai acontecer no próximo ano uma retirada e um desmonte absurdo de direitos historicamente conquistados. Por isso que precisamos nos articular e fortalecer como movimento social e fazer uma mobilização nas ruas. (Duda Salabert)

Finalizando a escrita dessa pesquisa, ainda nos primeiros dias de janeiro de 2021, deparamo-nos com mais um episódio da violência explícita contra a vereadora eleita Duda Salabert, em sua posse, quando foi vítima de transfobia e teve a sua identidade de gênero deslegitimada, com intervenções transfóbicas no plenário da câmara de Belo Horizonte, por um vereador eleito, motivado por questões de ódio religioso.

(...) se pronunciou dizendo que não pretende respeitar o gênero da professora Duda Salabert e que não tem medo de responder por transfobia em caso de denúncia. (Daniele Franco para o Jornal O Tempo⁵⁶)

Duda Salabert foi a vereadora mais bem votada em toda história de Belo Horizonte e, desde sua eleição, enfrenta diversas ameaças e ataques. Agora, com mais esse episódio, vemos como reagem a nossos corpos quando passamos a ocupar locais de decisão. Além disso, fica escancarada a transfobia institucional presente nas câmaras legislativas, que têm a obrigação de zelar pelo decoro e a urbanidade entre parlamentares, incluindo medidas de responsabilização para que vereadores/as trans eleitas/os possam cumprir seus mandatos sem sofrerem violência dentro dos espaços para os quais foram democraticamente eleitas/os.

56. Duda Salabert pretende dar segunda chance após episódio de transfobia na CMBH. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/duda-salabert-diz-que-pretende-dar-chance-apos-episodio-de-transfobia-na-cmbh-1.2430666> - acessado em 02/01/2021.

A ELEIÇÃO DE PESSOAS TRANS NÃO É UM FENOMENO

Em 2020, a exemplo das eleições passadas, a ANTRA foi a responsável pelo mapeamento das candidaturas trans e conseguiu mapear, em 25 estados, 294 candidaturas pelo Brasil, sendo 30 candidaturas coletivas, duas para prefeitura e uma para vice-prefeitura. Tivemos 263 travestis e mulheres trans, 19 homens trans e 12 candidatas com outras identidades trans.

Além do mapeamento, realizamos uma pesquisa para que pudéssemos traçar um perfil dessas candidaturas. Infelizmente, não conseguimos alcançar todas as pessoas e apenas 63 candidatas responderam à pesquisa⁵⁷, o que nos permitiu traçar preliminarmente o perfil das travestis e demais pessoas trans candidatas em 2020. Entre essas, encontramos: duas pessoas intersexo e três PCD. Ademais, **69% pessoas negras** - pretas ou pardas - e **90% das candidaturas trans foram de pessoas que expressam o gênero feminino - travestis e mulheres trans.**

Quanto à escolaridade, 54% têm apenas o ensino médio e as demais têm entre graduação e/ou pós. Quanto ao estado civil, 79,4% declararam estar solteiras. Em relação à moradia, 38% residem em áreas de periferia, território de favelas e/ou ocupação e 32% em cidades do interior. As demais moram na capital e centro urbano, representando 30%.

Em relação à idade, 29% têm entre 18 e 29 anos; 43% entre 30 e 39 anos; e 25% entre 40 e 49 anos. As demais têm acima de 50 anos, representando 3%. Já em relação a emprego e renda, 68% declararam manter alguma atividade remunerada que gere renda (formal e/ou informal) e 32% estão desempregadas. Entre essas, 23% ganham entre R\$200,00 e R\$500,00 e 38% recebem entre R\$ 501,00 e um salário mínimo. Ou seja, **61% das candidaturas trans em 2020 ganham até um salário mínimo; e 52% alegaram já terem atuado/atuem na prostituição em algum momento de sua vida.**

Quanto à pandemia do coronavírus, 43% acredita estar no grupo de risco da COVID-19, 52% declararam acreditar que não fazem parte do grupo de risco e 5% não souberam responder. **Em relação à violência, 91% informou já ter sido vítima de alguma discriminação por ser trans.** Sobre as candidaturas em si, 75% estão concorrendo pela primeira vez e 78% alegou fazer parte de algum coletivo ou instituição pelos direitos das pessoas trans; **74% alegou ser insuficiente o apoio (material, pessoal ou financeiro) que os partidos deram à sua candidatura.**

57. Para traçar o perfil, utilizamos o dado referente as 63 pessoas que preencheram nosso formulário. Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/> - acessado em 16/10/2020.

Foram eleitas **31 pessoas trans**: uma pessoa intersexo - tornando-se a primeira do país -, dois homens trans - tendo sido eleitos como as primeiras representações políticas transmasculinas no Brasil -, e as demais 28 são travestis ou mulheres trans⁵⁸.

A primeira vez que uma pessoa trans foi eleita no Brasil foi no ano de 1992, quando a travesti Katia Tapety⁵⁹, negra, sertaneja, piauiense de Oeiras, foi eleita como vereadora, e chegou a ser reeleita em 1996 e 2000, exercendo cargos de presidenta da câmara no biênio 2001-2002. Em 2004, foi eleita vice-prefeita da cidade. Desde então, tivemos eleitas algumas representações nos anos seguintes em eleições municipais. Em 2018, tivemos a eleição da primeira deputada estadual, Erica Malunginho (SP).

É significativo que, logo nos primeiros meses de mandato, a deputada foi vítima de violência política. Foi insultada por um deputado transfóbico que a ameaçou, e a toda comunidade trans, de “retirar essas pessoas no tapa de dentro do banheiro feminino”. Trata-se de um caso de grande repercussão e sobre o qual a ANTRA tem atuado em busca da responsabilização do agressor⁶⁰. Neste mesmo ano, houve ainda eleição de duas co-deputadas, Erika Hilton (SP) e Robeyoncé Lima (PE).

Ao contrário da abordagem que se popularizou nessas eleições, não entendemos como um fenômeno o aumento da representação de pessoas trans na política. Aquilo a que assistíamos é a consolidação de um projeto político organizado e iniciado pelas travestis Jovanna Baby, Elza Lobão, Josy Silva, Beatriz Senegal, Monique do Bavieur e Claudia Pierry France, em sua maioria negras, analfabetas, nordestinas e prostitutas. Essas militantes e ativistas iniciaram uma luta histórica que existe no Brasil há pelo menos 28 anos. Foi a partir de 1992, quando da fundação da primeira instituição de luta pelos direitos das pessoas trans no país⁶¹, que passou a existir uma disputa organizada no campo político. Essa disputa vem tensionando uma mudança nos paradigmas sociais que as pessoas trans enfrentam, incluindo o enfrentamento da violência, a garantia de direitos sociais e o exercício pleno de direitos políticos. Todas as pessoas trans eleitas, em cargos de representação, ocupando espaços de poder e de decisões, são frutos dessa história, contribuindo e sendo diretamente beneficiadas por uma luta de transformação da história política e social do país.

58. Mapeamento eleições 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/> - acessado em 03/12/2020.

59. Em 1992, Katia Tapety foi a primeira travesti eleita para cargo político no Brasil. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/09/04/em-1992-katia-tapety-foi-a-primeira-travesti-eleita-na-politica-do-brasil/> - acessado em 03/12/2020.

60. Associação move ação contra deputado do PSL por declarações transfóbicas. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2019/07/31/associacao-move-acao-contra-deputado-do-psl-por-declaracoes-transfobicas> - acessado em 03/12/2020.

61. Histórico do movimento trans nacional. Disponível em <https://brunabenevidex.medium.com/marcos-hist%C3%B3ricos-do-movimento-lgbti-brasileiro-ad84dd691f41> - acessado em 04/12/2020.

A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA PESSOAS TRANS

Não se trata de um fenômeno novo a violência política no Brasil. Inclusive, há diversos casos públicos gravíssimos que envolvem ameaças, coação, impedimento de falas e da própria atuação, além de assédio, importunação sexual e assassinatos. É importante, igualmente, ressaltar que a violência política em 2020 deve considerar a violência de gênero, uma vez que assistimos, exatamente neste momento, a um aumento da representação política de grupos minorizados, em que são mulheres negras, cis e trans, a maioria entre as eleitas.

Entendemos como violência política a agressão física, psicológica, econômica, simbólica ou sexual contra a mulher, com a finalidade de impedir ou restringir o acesso e exercício de funções públicas e/ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade. Inclui-se nesta concepção as eleitas, as candidatas aos cargos eletivos, as ocupantes de cargos públicos, as dirigentes de conselhos de classe, de empresas estatais e das entidades de representação política. (Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos - MMFDH⁶²)

Optamos por utilizar o conceito acima como referência, para denunciar que, embora haja a menção à violência política no site do MMFDH, o Ministério, até o presente momento, não fez qualquer pronunciamento, ação ou mobilização em torno da violência política contra mulheres, cis e trans, candidatas ou eleitas nas eleições de 2020 - especialmente em favor daquelas que estão ameaçadas, cujos casos vêm sendo publicamente denunciados nas redes sociais, pela mídia e por instituições da sociedade civil. Mulheres que, neste momento, enfrentam diversas dificuldades para terem garantida a sua segurança e de sua equipe e, principalmente, têm seus direitos políticos e os direitos ao pleno exercício dos seus cargos comprometidos pela violência.

O descaso da administração do referido ministério em relação às mulheres políticas, cis e trans, travestis e outras membras de grupos minorizados é demonstrado na medida em que o Estado tem negligenciado e se omitido de reconhecer essas violências políticas, racistas e de gênero, ou pensar formas de erradicá-las. Não há canais de diálogos possíveis, nem a participação de representantes do próprio ministério nas ações que vêm sendo pensadas por entidades da sociedade civil, em interlocução com órgãos de proteção e mecanismos de proteção de defensores de direitos humanos, nacionais e internacionais.

A violência contra a vida de representantes de cargos eletivos, candidatos ou pré-candidatos tem aumentado significativamente nos últimos quatro anos. É o que aponta o levantamento realizado pelas organizações sociais de direitos humanos Terra de Direitos e Justiça Global.

62. Violência política. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica/violencia-politica> - acessado em 05/12/2020.

A partir de notícias extraídas de veículos de comunicação, a pesquisa mapeou 327 casos ilustrativos de violência política desde 01 de janeiro de 2016 a 01 de setembro deste ano, recorte temporal do estudo. Foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 casos de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos. A pesquisa revela que atos violentos têm sido uma prática disseminada para representantes de diferentes siglas e em todas as regiões do país. Ao observar as ocorrências em cada um dos anos mapeados, a linha do tempo revela um aumento dos atos violentos contra a vida. Em 2017 foram mapeados 19 assassinatos e atentados. Ainda que tenha sofrido uma pequena queda em 2018 (17 registro), o número de atos violentos saltou para 32 em 2019 e o presente ano, até o início do mês, contabiliza já 27 casos. (Violência política e eleitoral no Brasil. Panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020⁶³.)

Dentre as pessoas trans eleitas que responderam à pesquisa, cerca de 80% disseram não se sentirem seguras para o desempenho do seu cargo. Há casos emblemáticos cuja situação de insegurança e riscos, além da exposição ao ódio que as pessoas trans enfrentam no convívio social, demanda medidas emergenciais para a garantia do direito à vida dessas parlamentares. Dentre as muitas dificuldades, destaca-se o fato de que as medidas e protocolos de proteção não são pensados para atender às realidades e situações específicas das parlamentares trans, considerando a natureza e as necessidades do cargo. As próprias câmaras legislativas não contam com mecanismos/protocolos específicos ou alocação de recursos para a proteção dessas mulheres frente às situações de violência política.

A narrativa político-religiosa contra a existência de uma suposta “ideologia de gênero”, publicamente disseminada, aceita e incentivada com aval de grupos políticos religiosos, também tem grande impacto sobre a violência política. A interferência na política de representações de fundamentalistas religiosos tem potencializado a organização de discursos de ódio em nome de uma ideologia religiosa dominante. Promovem-se ataques e ameaças diretas aos direitos e à própria existência da população trans, expondo à violência exponencialmente as parlamentares que passam a ocupar as casas legislativas, cada vez mais tomadas por um pensamento conservador, antidemocrático, que fere a laicidade do Estado brasileiro.

Destaca-se, também, a organização de grupos, instituições e denominações religiosas, majoritariamente cristãs, que mobilizam verdadeiras *milícias religiosas* – inclusive virtuais, em um levante anti-trans, promovendo uma agenda LGBTfóbica, antidemocrática, anticientífica e que ameaça frontalmente a democracia, utilizando-se da coação, ameaças e crescente disseminação de *fakenews*.

63. Violência política e eleitoral no Brasil. Panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/livros/37/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/23478> – acessado em 12/12/2020.

Esses grupos têm sido responsáveis por articular a apresentação de diversos projetos que pretendem institucionalizar a transfobia e negar direitos às pessoas trans. Encampa-se uma caça aos poucos direitos conquistados e uma movimentação violenta para assegurar a negação do acesso a direitos e à proteção das pessoas trans dentro de mecanismos de proteção pensados para situações de violência de gênero, como é o caso do projeto de lei aprovado na Câmara que estabelece normas para combater e punir a violência política contra mulheres, inserindo novos dispositivos no Código Eleitoral e na Lei das Eleições, mas que excluiu a possibilidade de inclusão da proteção as vereadoras trans eleitas em 2020⁶⁴. Assiste-se aqui a um reflexo direto das narrativas cissexistas, que trazem no centro da questão o não reconhecimento da autodeclaração de gênero das pessoas trans.

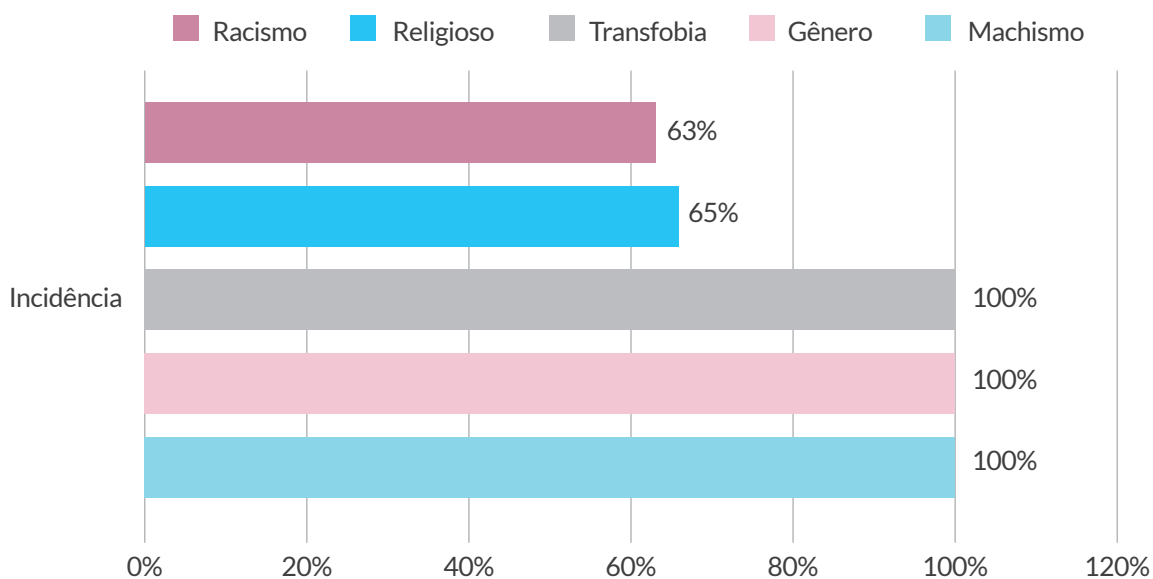
Em “Um vácuo cis na história e a emergência do corpo trans”⁶⁵, Neon Cunha e Sara Wagner York nos alertam que a cisgeneridade indica a existência de uma norma que produz efeitos de ideal regulatório, expectativas e universalização da experiência humana. Em termos gerais, a norma cisgênera é uma das matrizes normativas das estruturas sociais, políticas e patriarcais, cujos ideais produzem efeitos de vida e de atribuição identitárias extremamente rígidas. De forma compulsória, no momento de registro de cada pessoa, a atribuição identitária define e naturaliza sua designação em um dos polos do sistema de sexo/gênero (RUBIN, 1975), a partir de uma leitura restrita, baseada na aparência dos órgãos genitais ao nascer. Além disso, a norma cisgênera afirma que essa designação é imutável, fixa, cristalizada ao longo da vida da pessoa (CIDADE, 2016, p. 13-14).

Cabe ressaltar que todos os casos mais graves de violência política, num total de 8 (oito) que vieram a público, são contra travestis/mulheres trans e representam 25% das pessoas eleitas em 2020. Os principais elementos presentes nas violências políticas encontradas de forma recorrente aparecem como aqueles motivados pelo gênero que expressam – ódio ao feminino; o machismo, que atribui inferiorização e incapacidade a corpos subalternizados de ocuparem a política; e a transfobia, na forma com que os ataques são direcionados à identidade de gênero das vítimas e estão presentes em todos os casos. O racismo aparece contra 63% das candidatas/vereadoras eleitas, e expressões de ódio com motivação religiosa foram identificadas em 65% dos casos.

64. Câmara aprova lei com medidas de combate à violência política contra mulheres. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/10/camara-aprova-lei-com-medidas-de-combate-a-violencia-politica-contra-mulheres.ghtml> - acessado em 12/12/2020.

65. Um vácuo cis na história e a emergência do corpo trans. Disponível em: <https://rosalux.org.br/um-vacuio-cis-na-historia-e-a-emergencia-do-corpo-trans/> - acessado em 12/12/2020.

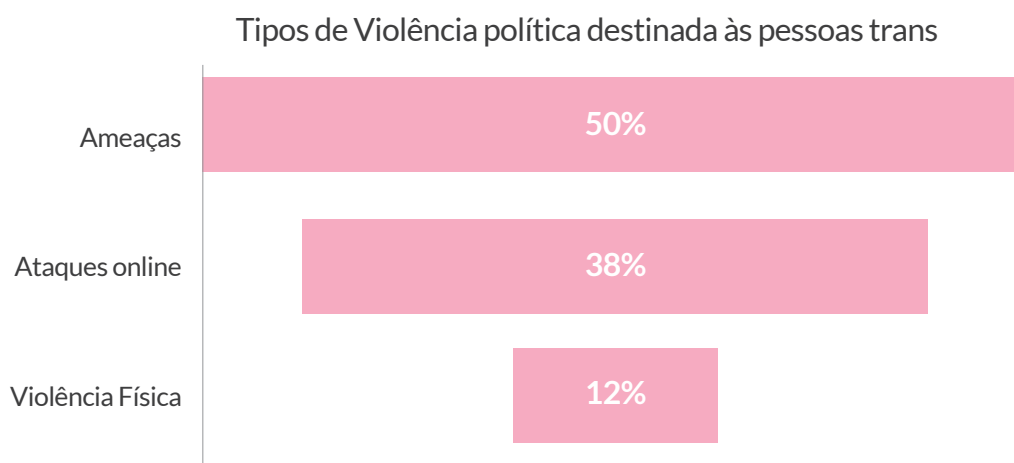
Gráfico: Motivações presentes na violência política contra pessoas trans



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Da análise dos casos, identificamos ainda que 50% delas foram vítimas diretas de ameaças, incluindo ameaças de morte contra si, invasões em seu ambiente particular, laboral e político. Ainda, 38% delas enfrentaram ataques online e 12% violência física direta.

Gráfico: Tipos de violência política destinada às pessoas trans



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Os casos envolveram violência política simbólica e psicológica no ambiente virtual contra candidatas durante o período eleitoral, através de xingamentos de cunho transfóbico, intimidação inferiorizante da condição trans como incapacitante para cargos políticos, racismo transfóbico, deslegitimação da identidade de gênero das vítimas, comentários maldosos sobre a transição e atributos físicos, assédio sexual no telefone pessoal, ódio religioso cristão anti-trans, disseminação de *fakenews* degradantes das candidatas e invasões coordenadas de atividades virtuais de campanha a fim de prejudicar o seu andamento, gerando ambiente inseguro e, em alguns casos, a interrupção por questões de segurança virtual.

O termo pejorativo mais associado a ela foi “nojenta”, que apareceu 432 vezes. “É difícil conversar com traveco, não tem propostas concretas, só conversa mole! Dá mais a impressão que está nesta só para ganhar um salário às custas dos trouxas com a ladainha LGBT. Não confiem neste estrume de ser humano!”, diz um dos tuítes⁶⁶.

Dentre as eleitas, os casos mais graves e que requerem medidas emergenciais envolvem quatro travestis e mulheres trans. Em reuniões lideradas pela ANTRA, elas se mostraram extremamente preocupadas pelo aumento dos assassinatos contra pessoas trans, mas também contra defensores de direitos humanos e da própria violência política. Afirmaram terem dificuldade sobre como reorganizar suas vidas e de suas famílias para que possam estar seguras e como o desempenho de sua atuação parlamentar pode ser comprometido devido as ameaças. Demonstram, ainda, dúvidas sobre a insegurança de solicitar proteção ao Estado e aos órgãos de segurança, especialmente as polícias militares, visto que estes têm apresentado casos de violência, truculência e violações de direitos humanos da população negra, LGBTI+ e de mulheres periféricas em geral. Pontuaram sobre a possibilidade de haver um escalonamento da violência caso medidas urgentes não sejam pensadas/implementadas junto às câmeras legislativas e órgãos de proteção, envolvendo instituições de segurança e outras instâncias governamentais, assim como a inclusão de instituições da sociedade civil organizada e órgãos internacionais, a fim de monitorar as ações que porventura passam a ser adotadas. Houve relatos sobre a dificuldade de sair e transitar nas ruas, mesmo antes das ameaças trazidas a público ou recebidas por e-mail. Muitas dessas ameaças e agressões já ocorriam antes mesmo da eleição/campanha e seguiram nas redes sociais, contendo narrativas violentas por motivação religiosa. Há, ainda, casos em que uma delas alega ter sido fortemente perseguida e agredida verbalmente nas ruas por onde transita na cidade onde foi eleita.

Alguns partidos têm tomado medidas por conta própria, a fim de garantir a segurança de suas integrantes, visto que o Estado tem sido ausente nesse sentido. A falta de uma política de proteção, acolhimento de denúncias e das vítimas, que as conecte às instituições do Estado, às organizações da sociedade civil e a partidos políticos é aterradora e tem efeitos concretos na falta de respostas e soluções que procurem responder ao problema da violência política.

Foram também registrados casos de ameaças de morte enviadas diretamente no e-mail pessoal das vítimas, assim como ameaças que envolveram o ambiente laboral em que uma delas atuava como professora. Nesse caso, ela chegou a ser demitida, pelo alto risco da ameaça, que

66. Candidatas das periferias de SP sofrem intimidação durante disputa eleitoral. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/especiais/candidatas-das-periferias-de-sp-sofrem-intimidacao-durante-disputa-eleitoral/> - acessado em 14/12/2020.

também foi direcionada para o corpo discente e docente onde trabalhava⁶⁷. Isso gerou um prejuízo direto à sua atuação enquanto educadora, mas também expôs terceiros à transfobia direcionada a ela.

No mesmo sentido, uma assessora parlamentar foi agredida fisicamente durante a campanha eleitoral de uma das vereadoras trans eleitas. De acordo com informações no portal Geledés⁶⁸, “Uma mulher (cis) que não teve a identidade revelada se recusou a ouvir as propostas e começou a agredir verbalmente e fisicamente, com golpes de barra de ferro e mordidas, segundo relato da colaboradora. Ela teria tido ajuda de dois outros homens – um deles seria namorado da suposta agressora. **Ela me disse ‘eu não vou votar em travesti’ e começou a me xingar.”**

AÇÕES E RECOMENDAÇÕES

É preciso acompanhar os mandatos e fortalecer a luta cotidiana que as eleitas terão desde a diplomação e a partir de 1º de janeiro, a fim de garantir um cenário de enfrentamento efetivo contra as forças obscurantistas que têm ocupado a nossa política e ameaçado a vida das parlamentares democraticamente eleitas.

Tem sido organizadas reuniões, grupos e mobilizações entre instituições da sociedade civil, contando com a articulação e atuação de Criola, Terra de Direitos, Justiça Global, Instituto Marielle Franco, Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos, Coalizão Negra por Direitos, Artigo 19, entre outras, que têm protagonizado a proposição e construção da luta em defesa das parlamentares eleitas, mulheres cis e trans, negras, que, em geral, não contam com apoio de partidos, do Estado ou de órgãos governamentais para a sua segurança.

Entre algumas das ações realizadas até o momento, foram feitas reuniões com órgãos como a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, reuniões com representantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), especificamente com as relatorias LGBTI e de Mulheres, contando com a participação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Instituto Internacional sobre Raça e Igualdade de Direitos Humanos (Raça e Igualdade), ONU Mulheres e as respectivas parlamentares trans ameaçadas, além de assessoras. O objetivo da reunião foi apresentar os recursos disponíveis para a proteção e discutir sobre como intensificar a cobrança junto ao Estado, no sentido de que as respostas sejam dadas no menor espaço de tempo possível.

67. Homem ameaça invadir escola para assassinar crianças e vereadora trans eleita em BH. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/04/homem-ameaca-invadir-escola-para-assassinar-criancas-e-vereadora-trans-eleita-em-bh> - acessado em 12/12/2020.

68. Colaboradora de candidata trans é agredida na avenida paulista. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sp-colaboradora-de-candidata-trans-e-agredida-com-mordidas-na-av-paulista/> - acessado em 12/12/2020.

É muito importante uma estratégia progressista para que o fascismo não cresça ainda mais e para que possamos seguir tendo conquistas de direitos da população LGBTI+ e garantir o pleno exercício desses mandatos, das parlamentares eleitas e suas equipes, que também são compostas por pessoas que representam populações historicamente marginalizadas, sem negociação de nossas pautas e com a garantia da participação social. É preciso lutar por pelos direitos humanos, por respeito à democracia e prezar pela laicidade do Estado.

RECOMENDAÇÕES E AÇÕES EMERGENCIAIS:

- Construção de estratégias para identificar, denunciar e monitorar os suspeitos;
- As Câmaras Municipais devem organizar um plano de segurança para as parlamentares, com alocação de recursos específicos para a implementação de medidas de proteção, envolvendo seus gabinetes, assessores e familiares, em articulação com instituições locais e órgãos de segurança, com atenção especial para a garantir do pleno exercício do mandato, sem prejuízo da parlamentar junto as suas bases eleitorais;
 - As Câmaras Municipais devem destinar recursos pessoais, financeiros e institucionais para a implementação de um plano de proteção das parlamentares;
 - Mobilização dos partidos, para que as ações de proteção às parlamentares cis sejam estendidas e garantidas as travestis e mulheres trans;
 - Devem ser organizadas equipes de segurança, devidamente preparadas e formadas para as questões relacionadas com a população trans;
 - Organização de uma rede de acompanhamento e monitoramento das parlamentares e dos casos noticiados e denunciados à polícia/justiça;
 - Conscientizar sobre os impactos de discursos políticos-religiosos que incentivam a discriminação motivadas por gênero, identidade de gênero, raça ou etnia dentro das casas legislativas;
 - Realizar audiências públicas, debates e discussões intersetoriais entre órgãos públicos e a sociedade sobre os impactos da violência política motivada por transfobia e questões relacionadas a população trans;
 - Implementar medidas a fim de que seja erradicada a violência política contra mulheres, cis e trans, negras e moradoras de periferia.



13

TRANSFOBIA NA REDE SOCIAL E OS IMPACTOS NAS VIDAS TRANS

*Bruna Benevides
Sara Wagner York⁶⁹*

Como é sabido e amplamente dito pelos principais nomes na luta pela garantia à democracia, a pandemia não evidenciou um Estado falho e ausente para algumas pessoas. Na verdade, a pandemia revelou o que ainda parecia ser apenas uma ilusão em quem ainda não percebia a existência dos corpos trans e travestis no contorno democrático e na luta urgente de inclusão em aspectos de representação.

Em observância ao proporcional aumento da violência direta contra pessoas trans no cotidiano social, vimos surgir e se estabelecer nas redes sociais a organização de grupos que chamaríamos “anti-trans”, que têm movimentações observáveis nas redes sociais, seja em páginas, grupos ou fóruns específicos. Isso tem ocorrido especialmente nos últimos anos, quando ficam mais evidentes as movimentações que até então eram ilegais, mas ainda, antes de 2019, não criminosas.

O ódio direcionado à comunidade trans e travesti especificamente nas redes sociais impacta diretamente na forma com que as pessoas reagem às pessoas trans e travestis fora do ambiente virtual. Especialmente em 2020, quando enfrentamos a pandemia e parte da população privilegiada esteve em casa, passando mais tempo na internet, pudemos observar, além das questões mencionadas sobre os impactos da crise sanitária da COVID-19, um aumento da violência e, sobretudo, do assassinato de pessoas trans.

69. Sara Wagner York ou Sara Wagner Pimenta Gonçalves Jr., é licenciada em Letras – Inglês e respectivas Literaturas (UNESA), em Pedagogia (UERJ), em Letras – Português e respectivas literaturas (UNESA), Especialista em Orientação Educacional, Inspeção Educacional e Supervisão Educacional (SSVP); Especialista em Gênero e Sexualidade (CLAM/IMS/UERJ) e Mestre em Educação (GENI/ProPEd-Capes7 – UERJ), foi bolsista CNPq. Aprovada em 3 programas de doutoramento até Jan/2021 e atua tanto como docente no Ensino Superior e na Educação Básica, além de tradutora. E-mail/orcid: sarayork.london@yahoo.co.uk e <https://orcid.org/0000-0002-4397-891X>

Neonazismo, pornografia infantil e crimes de ódio – que incluem violência contra a mulher, homofobia e racismo – explodiram na internet nos últimos três meses, mostra um levantamento feito a pedido do Intercept pela Safernet. Os dados levantados pela ONG, que monitora violações de direitos humanos na internet, mostram que o período entre março e julho de 2020, os primeiros três meses de pandemia, foi marcado por um aumento astronômico de crimes online. (Crimes explodem no Facebook, YouTube, Twitter e Instagram durante pandemia⁷⁰)

Identificamos uma cadeia de disseminação dessas narrativas, tornando seu impacto direto imensurável, visto que a violência simbólica é recebida de diversas formas por quem tem acesso a essas informações, podendo gerar reações que vão desde a indiferença até o ódio explícito.

A morte trans inicia com a negação da identidade de gênero e a recusa do uso dos pronomes adequados. Com discurso de incentivo à proibição do uso do banheiro, com um projeto político e alianças anti-trans. Assassino não é apenas quem puxa o gatilho. Mas quem dissemina ódio e estigmas, nega direitos, vulnerabiliza, adoce e expõe pessoas trans a riscos. Discursos de ódio incentivam a violência, autorizam e direcionam alvo à morte e/ou ao suicídio. (BENEVIDES, Bruna, 2020)

Seus efeitos são problemas relacionados à saúde mental, segurança pessoal e coletiva, além da perpetuação de estigmas em defesa do cissexismo. Concebemos cissexismos, no plural, como conjunto de práticas discriminatórias, preconceituosas e/ou que promovam hierarquização dos gêneros. Normalmente, tais práticas afetam em maior proporção as sujeitas que estejam ligadas ao estereótipo ou papéis de gênero concebidos como feminino enquanto natural - e não culturalmente construído, como o é a cisgeneridade, a heterossexualidade e seus aspectos compulsórios e também presumidos. A presunção identitária é parte complexa desta discussão e não entraremos em seu teor neste dossiê, mas apontamos o caráter presumível nas relações de gênero e sexualidade. Ao adotar mulher como categoria universal, tende-se a assumir que tal mulher seja cis-hetero-branca-casada e mãe, por exemplo, mas poderíamos estar falando de outras mulheres, como, por exemplo, uma trans-avó-prostituta e candomblecista.

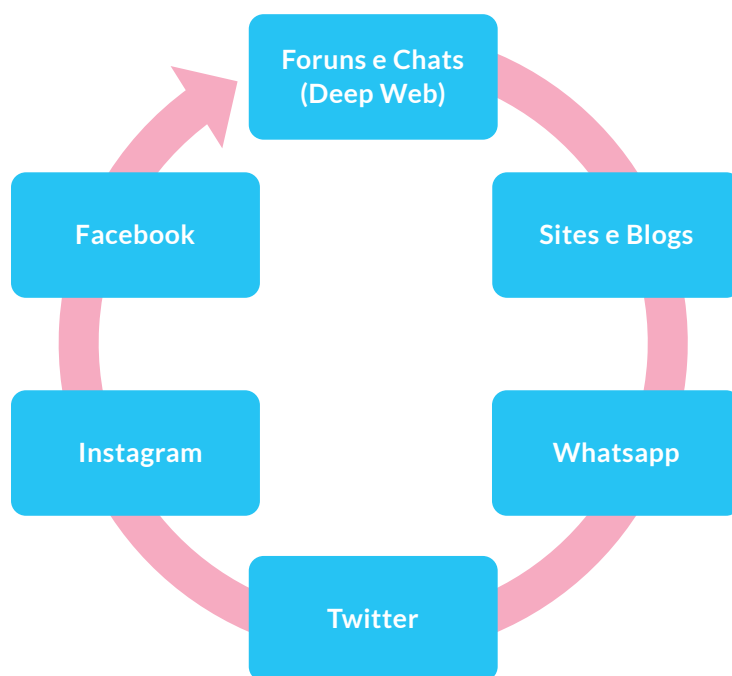
Os principais meios de disseminação da transfobia virtual formam uma cadeia que se retroalimenta e alimenta outras “células” de grupos que transitam entre si em ações coordenadas. Essas ações podem ser explicitadas por diferentes grupos conservadores e/ou de ultradireita ou mesmo serem veiculadas por ativistas do campo da sexualidade, contra suas próprias reivindicações. O fator de aumento é análogo ao alcance dessas narrativas, assim como, paralelamente, a dificuldade de identificação de seus autores ou responsáveis. Há ainda a

70. Crimes explodem no Facebook, Youtube, Twitter e Instagram durante pandemia. Disponível em: <https://cutt.ly/Mjt7Q5K> - acessado em 15/12/2020.

suspeita de que haja grupos financiados por instituições religiosas, políticos, movimentos trans-excludentes⁷¹ e anti-trans que têm se organizado em uma agenda contra a cidadania das pessoas trans⁷². Sobre cidadania, ainda insistimos nos usos de palavras como cidadanização e cidadanidade para com nossa população, tendo em vista que o processo de se tornar pertencente ao social é um dos primeiros e mais contundentes socialmente aplicado às pessoas trans e travestis.

Ainda, de acordo com a pesquisa da SaferNet, as publicações se concentram, principalmente, no Twitter, Facebook e Instagram, além de fóruns anônimos (os “chans”) e sites de troca de arquivos de imagem. O aplicativo Whatsapp, por sua vez, segue como meio por onde as *fakenews* e conteúdos manipulados sem checagem têm sido patrocinados e veiculadamente repercutidos pelas mídias mais confiáveis, que garantem impulsionamento que inclui agentes do governo envolvidos com tais crimes.

Figura: Meios que disseminam informações negativas contra pessoas trans na internet



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Diante desse cenário, resolvemos realizar uma pesquisa nas redes sociais da ANTRA, com engajamento espontâneo no Instagram, tendo participado 6.234 pessoas⁷³ entre os dias 07 e 09 de maio de 2020, respondendo voluntariamente questões sobre informações negativas, transfobia e *fakenews* contra pessoas trans na rede social.

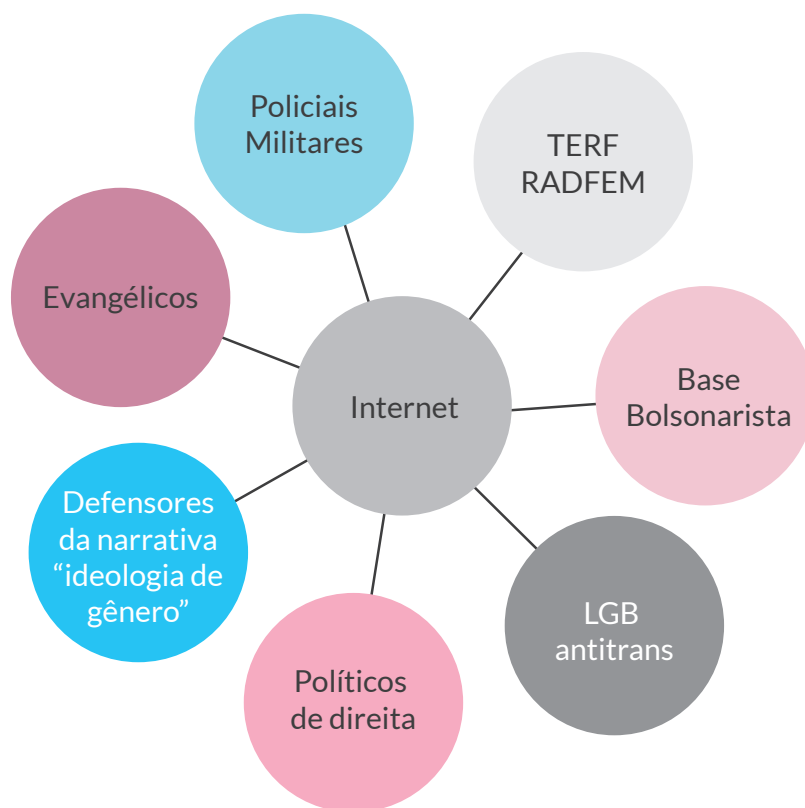
71. No Reino unido, grupos anti-trans arrecadam quase 1 milhão de libras para ações contra os direitos das pessoas trans. Disponível em: <https://cutt.ly/xjt4c3M> - acessado em 15/12/2020.

72. Oposição a transgêneros gera aliança entre conservadores e feministas radicais. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51624850> - acessado em 16/12/2020.

73. Não foi possível traçar um perfil aprofundado sobre os participantes, incluindo questões interseccionalizadas sobre raça, território, região, formação e identidade de gênero (entre tantos outros marcadores da diferença) por se tratar de engajamento voluntário diretamente no story em nosso perfil do Instagram - @antra.oficial.

Quando perguntamos sobre quais são os principais grupos com presença ativa nas redes sociais, a imagem abaixo demonstra aqueles que foram identificados como os responsáveis pela perpetuação de estigmas, manipulação de dados e pesquisas, publicações anti-trans e incitação ao ódio contra pessoas trans nas redes sociais, especialmente Twitter e Instagram:

Figura: Grupos que disseminam informações negativas contra pessoas trans na internet



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

Em recente estudo publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), policiais militares são os que mais reproduzem LGBTIfobia nas redes sociais. De acordo com a pesquisa, a maioria dos profissionais da área de segurança compartilham posts contendo LGBTIfobia. No total, 24% das publicações contêm piadas homofóbicas ou algo do tipo, perdendo apenas para o tema “comentários sobre política institucional” (falar da própria instituição da Polícia) que responde por 29%.

Chama a atenção o interesse dos PMs por questões LGBT. O tema foi o segundo mais comentado por estes policiais, superando apenas política institucional. Críticas aos direitos dos gays e transexuais foram mais frequentes que elogios a Bolsonaro e a comentários contra o PT e a esquerda – e 9 em cada 10 foram feitas por praças. (Apoio a Bolsonaro nas PMs anda junto com a homofobia, aponta estudo⁷⁴)

74. Apoio a Bolsonaro nas PMs anda junto com a homofobia, aponta estudo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/apoio-a-bolsonaro-nas-pms-anda-junto-com-a-homofobia-aponta-estudo/> - acessado em 16/12/2020.

No mesmo sentido, temos observado um alinhamento ideológico anti-trans, advindas de grupos de políticos reconhecidamente conservadores, pastores fundamentalistas e líderes religiosos, feministas radicais trans-excludentes, grupos de pessoas lésbicas, gays e bissexuais de direita anti-trans/queer, defensores da narrativa falaciosa de uma suposta “ideologia de gênero” e seguidores do bolsonarismo. Esse alinhamento ocorre quando se trata de perseguir e disseminar (des)informações que defendem o cissexismo, gerando não apenas um silenciamento das ideias dissidentes, mas também causando medo e pânico contra pessoas trans nas redes sociais. Esse processo tem trazido impactos reais na vida social e na negação do acesso a direitos políticos das pessoas trans.

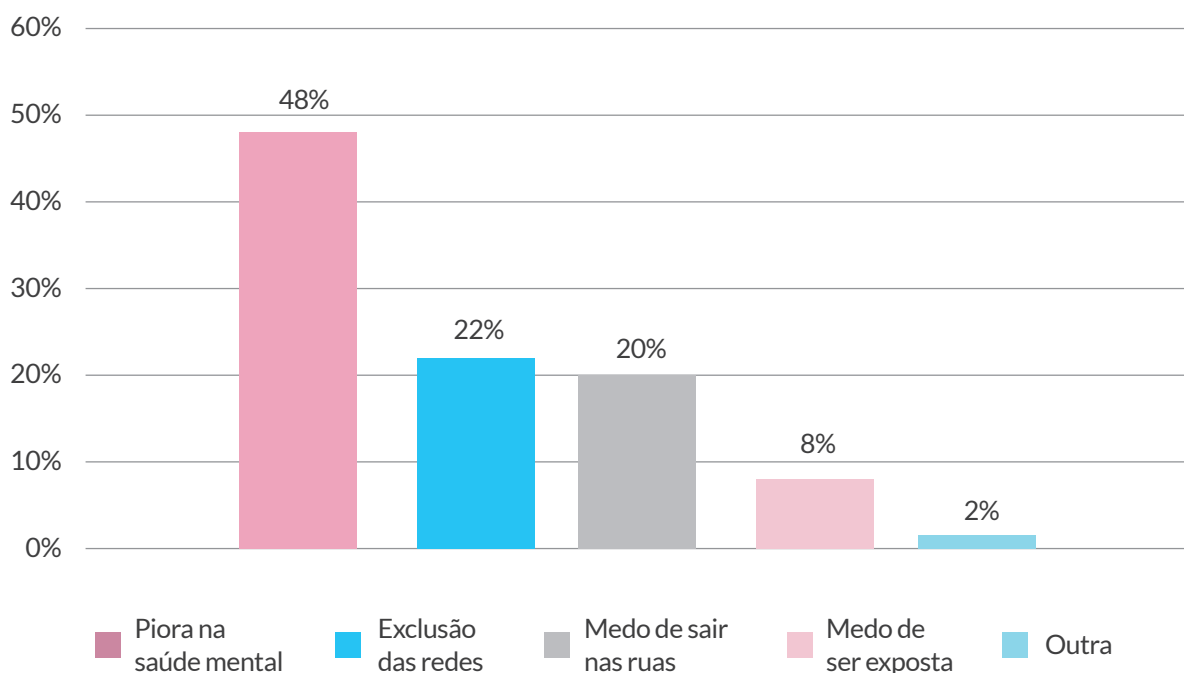
No primeiro semestre de 2019, foram registrados 12 suicídios de pessoas transgêneras no Brasil. Já no mesmo período de 2020, foram 16 suicídios mapeados, representando um aumento de 34% em relação ao mesmo período do ano passado, sendo 6 homens trans/transmasculines e 10 travestis/mulheres trans. (Aumento do número de suicídios entre população trans preocupa ativistas⁷⁵)

Foram observados aumentos da violência contra pessoas trans nas redes sociais e fora delas, além de impactos na saúde mental, com pessoas obrigadas a excluírem suas redes por medo de exposição e perseguição online, medo de sair nas ruas e sofrerem agressões, e outros. Isso ocorre especialmente quando essas violências no ambiente virtual incluem ataques direto à identidade de gênero das pessoas trans, com insistentes tentativas de deslegitimá-las, atribuindo a uma suposta e falaciosa epidemia trans(sic), com a alegação de que pessoas cis estariam sendo convertidas em trans por um suposto lobby trans para acabar com a família tradicional, com a cisgeneridade compulsória e com o processo de heterossexualização das pessoas pela norma hetero-cis.

Quanto aos principais impactos na população trans devido aos crimes cometidos por esses grupos nos respectivos meios virtuais em que são mais atuantes, foram citadas questões como piora na saúde mental, com episódios de crises de ansiedade e agravos de quadros de depressão, aumento do isolamento de pessoas que se sentiram obrigadas a excluírem suas redes sociais, com medo de represálias, conseqüentemente perdendo suas redes de apoio, ameaças e exposições por grupos de ódio, até mesmo o medo de sair nas ruas pelo aumento da violência transfóbica direta e outros fatores motivados pela transfobia nas redes sociais. Estas têm falhado na forma de lidar com as denúncias de transfobia e violações das diretrizes das mesmas. A tabela abaixo demonstra os índices desses marcadores e impactos na vida das pessoas trans.

75. Aumento do número de suicídios entre população trans preocupa ativistas. Disponível em: <https://cutt.ly/4jt6nS4> - acessado em 16/12/2020.

Gráfico: Impactos do levante anti-trans no ambiente virtual na vida pessoas trans



Autora: BENEVIDES, Bruna, 2021.

O cenário é preocupante e devem ser pensadas estratégias intersetoriais para barrar o avanço dessas coalisões de ódio contra as pessoas trans. Decorre daí a urgência de se levantarem quais são esses grupos, como estão organizados, quem os financia e como coibir que sigam cometendo crimes e violando direitos e a própria existência das pessoas trans.

Vários estudos já mostraram que as grandes redes sociais privilegiam conteúdos extremistas porque eles são os que mais geram atenção, uma moeda fundamental no ambiente online, movido por anúncios e cliques. Não é lucrativo remover esse tipo de conteúdo. Em muitos momentos, esses criadores de conteúdo foram até estimulados a fazer isso para ganhar mais dinheiro, como no treinamento que o Google ofereceu aos blogueiros de extrema direita na época do impeachment. (...) Com a condescendência das gigantes de tecnologia, os extremistas aproveitam para afrouxar os limites. “As plataformas sabem que gera comoção, gera produção de dados, que é muito lucrativa para elas. E a justiça não consegue acompanhar o crescimento desse ódio e a velocidade das plataformas”, afirma Nemer. Para ele, os extremistas têm “muita certeza da impunidade”, então usam golpes baixos e desmoralizantes para atacar o inimigo. (Crimes explodem no Facebook, Youtube, Twitter e Instagram durante pandemia⁷⁶)

76. Crimes explodem no Facebook, Youtube, Twitter e Instagram durante pandemia. Disponível em: <https://cutt.ly/Mjt7Q5K> - acessado em 15/12/2020.

Além de ser necessária a proposição de medidas de proteção e devido reconhecimento desses crimes de ódio praticados nas redes sociais sob a justificativa do direito à liberdade de expressão – que sabemos bem não ser irrestrita e requerer responsabilidade sobre o que se fala –, é urgente a identificação dos suspeitos e o monitoramento e responsabilização desses agentes do ódio. Os problemas do nosso tempo podem não ser os problemas de um planeta como um todo se, ainda em 2021, sujeitos negacionistas creem na terra plana e no trato da fé no lugar da eficácia segura das ciências e suas metodologias. Contudo, fato é que a produção de conhecimento por parte dos coletivos e movimentos sociais tem servido para construção de tais epistemes, sobretudo como margem de produção de redes, afetos e caminhos coletivos comprometidos com e por entre pares na sobrevivência de nossa gente.



14

A TRANSFOBIA RECREATIVA E O CORPO RISÍVEL

Renata Carvalho⁷⁷

Transfobia recreativa é quando utilizamos do humor como ferramenta de perpetuação e disseminação intencional de estereótipos negativos, de modo a satirizar, depreciar e/ou ridicularizar travestis e demais pessoas trans, a partir de suas subjetividades, corpos, vivências, experiências e/ou identidades. Trata-se de um mecanismo de opressão que, através de uma narrativa aparentemente inofensiva, aliada ao mito da liberdade de expressão sem responsabilidade pelo que se fala, encobre a hostilidade e o preconceito com que o humor vem reproduzindo conteúdos transfóbicos.

Dos programas humorísticos às piadinhas cotidianas, o humor transfóbico tem sido um dos responsáveis pela reprodução da transfobia enquanto *cistema* de opressão, fazendo uma associação perigosa da travestilidade/transexualidade como algo caricato, risível, negativo, falso, patológico, sexual, criminal, com moralidade inferior e/ou ausência de humanidade.

Há no imagético brasileiro uma ideia pré-estabelecida do que é ser uma pessoa trans/travesti, uma construção social legitimada pelas ciências, pelo Judiciário, pela religião e pelo próprio Estado que afirmavam/afirmam essas imagens/narrativas. Esse conjunto de imagens vem sendo constantemente reproduzido pelas artes e pela mídia em jornais, revistas, no rádio, na literatura, no cinema, no teatro, na música, mas, principalmente, na televisão, que há décadas é o principal meio de informação e comunicação de massa através do qual muitas pessoas não-trans tiveram contato/conhecimento sobre pessoas trans/travestis pela primeira vez.

77. Renata Carvalho. Atriz, diretora, dramaturga e transpóloga (antropóloga trans). Graduada em Ciências Sociais. Fundadora do MONART (Movimento Nacional de Artistas Trans), do "Manifesto Representatividade Trans" e do COLETIVO T (1º coletivo artístico formado integralmente por artistas Trans em SP).

Estereótipos transfóbicos “estão presentes nas mentes de praticamente todas as pessoas e atuam de forma incessante dentro do nosso universo cultural”⁷⁸ influenciando a percepção de todas as pessoas, inclusive das pessoas trans/travestis sobre si mesmas e/ou sua comunidade.

De acordo com a ANTRA, conforme mencionado anteriormente, estima-se que cerca de 75% da população em geral não conhece, teve contato pessoal ou se relaciona socialmente e seu cotidiano com uma pessoa trans, o que, de certa forma, contribui para que a imagem criada sobre essa população e que vem sendo disseminada pelos meios de comunicação e consumida pelas pessoas cisgenêras (não-trans). Assim, travestis e demais pessoas trans passaram a ser vistas através de uma narrativa que foi criada em cima de estereótipos, muitas vezes negativos, sobre elas e em detrimento da forma com que elas próprias se reconhecem.

Estereótipos, nesse caso, seriam as impressões, opiniões ou imagens preconcebidas, generalizadas e simplificadas que se estabelecem como referencial, sem conhecimento comprometido ou profundo sobre algo, alguém ou um grupo de pessoas.

Esses estereótipos são criados através da repetição dessas narrativas e histórias como as únicas possíveis e existentes. O estereótipo está ligado à lógica do estigma. Em “O perigo de uma história única”, Chimamanda Ngozi Adiche afirma que “estigmas são responsáveis pela construção de identidades sociais culturalmente desprezadas porque designam pessoas supostamente diferentes ou inferiores”. Além disso, esses “estereótipos não são meras percepções inadequadas sobre certos grupos de indivíduos. Eles possuem uma dimensão política, pois são meios de legitimação de arranjos sociais excludentes”, e o “humor não pode ser reduzido a algo independente do contexto social no qual existe”.

Mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar e é isso que esse povo se torna. (...) E o problema dos estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história. (NGOZI, 2019)⁷⁹

Ninguém passou ileso por essas estruturas, e, portanto, a arte que produzimos tem grande potencial em ser transfóbica, mesmo a produzida por pessoas trans/travestis. Como vivemos em uma sociedade estruturalmente transfóbica, podemos afirmar que a arte é transfóbica e, conseqüentemente, os artistas também o são. Se essas representações são depreciativas, precisamos e devemos questioná-las. Precisamos de uma revisão anti-cistemática dessas construções, a fim de que as pessoas trans passem a ser humanizadas e respeitadas, como nos alerta HOOKS (2014), “o colonialismo significa que nós sempre devemos repensar tudo”⁸⁰.

78. (2019) “Racismo Recreativo” – Adilson Moreira – Editora Pólen – Selo Sueli Carneiro, Coleção Feminismos Plurais. Coordenação Djamilia Ribeiro.

79. (2009) O perigo de uma história única – Chimamanda Ngozi Adiche – Ed. Cia. Das Letras

80. (2014) Olhares Negros – raça e representação – Bell Hooks – Ed. Elefante (tradução 2019)

Aqui, analisaremos dois tipos de transfobia recreativa: na arte e no entretenimento; e no cotidiano, sabendo que uma alimenta e se alimenta da outra para sua produção, reprodução e manutenção.

A TRANSFOBIA RECREATIVA NA ARTE E NO ENTRETENIMENTO

O humor e a piada, aparentemente, têm esse lugar “neutro”, “inofensivo” tendo-se tornado uma forma “aceitável” de transfobia, pois vem “camuflado” na “descontração”, “para a diversão” e/ou com intuito de apenas de “fazer rir”. Portanto, não seria visto como uma forma de preconceito/discriminação, já que, como todo mundo, só estaria reproduzindo o que circula pela sociedade, eximindo o produtor de responsabilidade pelo ato.

Há uma tradição na comédia mundial do homem cisgênero de “se vestir de mulher” para fazer rir. No Brasil, não é diferente. Já está incutido no nosso imaginário (e em nossa cultura) que aquela representação, muitas vezes problemática, que reproduz machismo e estereótipos, de um homem trajando roupas femininas, seria engraçado.

Esse exemplo não seria uma tentativa de proibir homens de “se vestirem de mulher” no humor ou na arte. Os homens cisgêneros o fazem e continuarão fazendo desde que o teatro é teatro, porque essa permissão lhes foi dada por eles próprios e são eles que dominam a arte. Não se trata de poder representar ou não, mas sim de que forma estamos representando. De que forma nós estamos representando as pessoas trans/travestis na arte e no humor?

PRINCIPAIS NARRATIVAS, ESTEREÓTIPOS E ARQUÉTIPOS SOBRE PESSOAS TRANS/TRAVESTIS NA ARTE E NO HUMOR:

I - Da Estética - “A discriminação estética é um dos componentes centrais da transfobia recreativa”⁸¹, principalmente os direcionados às travestis e mulheres trans.

Estética Masculina - Utilização de narrativas e performances que reforçam e atribuem a identidade de mulheres trans/travestis a uma identidade masculina.

81. Idem item 81

No humor, os atores, ao interpretarem personagens travestis/trans, comumente usam roupas femininas curtas e apertadas a fim de atrair o olhar para reforçar signos tipicamente masculinos, como músculos, pêlos no peito, axilas, pernas, barriga e/ou barba, inclusive deixando órgãos sexuais marcados nas roupas, a fim de que não haja dúvidas de que “se trata de um homem”. Utilizam artigos e pronomes masculinos.

Comumente, as piadas transfóbicas focam na constituição corporal das travestis e mulheres trans como estatura, tamanho das mãos ou dos pés, nariz, pêlos, pomo de adão, odor, voz, etc. A maquiagem geralmente é mais grotesca, mal feita e pesada, exatamente o oposto de como, em geral, essas pessoas se apresentam no dia a dia.

Estética do Exagero – Performance de uma caricatura da identidade travesti/trans. Um exagero na vestimenta, na maquiagem, nos gestos, no comportamento e na voz. Uma exotificação das identidades e vivências trans/travestis.

Andam de salto alto de forma caricata e desajustada, criam uma entonação vocal excessivamente grossa em momentos de tensão ou briga e/ou coçam o saco para afirmar a suposta virilidade masculina.

Estética da Ausência - piadas em que a identidade feminina das travestis e mulheres trans são questionadas “pela ausência de vagina, útero, ovários” ou algum “fenótipo dito feminino. Em relação a homens trans, “pela ausência do pênis, saco escrotal, pêlos no rosto ou algum “fenótipo dito masculino”.

II - Da Farsa - A identidade trans/travesti é vista como uma farsa, que supostamente estaria tentando enganar alguém, como se tivesse um segredo a revelar ou a esconder, que possui “uma surpresinha”. Mulher “do Paraguai” (sobre serem uma falsificação) é um nítido exemplo de piadas da farsa. Esta narrativa reforça a ideia de que nossa identidade não é válida, é fictícia, fantasiosa, ou que somos uma mentira e, portanto, nossas vivências não seriam dignas de respeito.

III - Criminal - O corpo travesti/trans visto como criminoso, culpado, perigoso, violento, agressivo, antissocial, selvagem, marginal e que precisa ser combatido a todo custo. Essas narrativas reforçam a ideia de que corpos trans/travestis não estão preparados para viver na esfera pública, por não serem corpos confiáveis, incapazes de uma convivência social harmoniosa.

IV - Sexual - O corpo travesti/trans é constantemente hiper-sexualizado, visto como promíscuo, insaciável, pecaminoso e feito exclusivamente para o sexo. Atribuem-se estigmas sobre a prostituição que reforçam que os corpos trans seriam máquinas “bizarras” de fazer sexo.

V - Da Vergonha - O corpo trans/travesti visto como uma vergonha, algo ruim, risível, que precisa ser escondido, afastado, mantido em segredo. Afirma-se a ideia de que se relacionar com

esses corpos, mesmo que de forma social (não afetiva ou sexual), geraria um constrangimento social em que ninguém poderia saber ou se relacionar publicamente. A transfobia atinge também quem está no entorno do corpo trans/travesti. Essas narrativas reforçam a ideia de que se relacionar com corpos trans/travesti é moralmente degradante.

Todas essas representações transfóbicas são construídas de modo a desumanizar as identidades trans/travestis, afastando, assim, qualquer possibilidade de relacionamento com essas pessoas. Os “estereótipos negativos nos acompanham em todos os âmbitos de nossas vidas e por toda a nossa vida”⁸².

A TRANSFOBIA RECREATIVA DO COTIDIANO

A transfobia recreativa do cotidiano se refere àquelas piadas com conteúdo transfóbico que replicamos no nosso dia a dia, nos grupos de conversas, páginas em redes sociais e em comentários na internet, em tom jocoso de brincadeira, muitas vezes entre amigos “sem intenção” e “para descontrair”. Piadas transfóbicas “expressam ausência de respeito, quando acompanham algum tipo de malícia, uma atitude hostil ou de desconsideração”.⁸³

A maior parte da população trans/travesti afirma ter sido alvo de piadas de cunho transfóbico ou transformadas em motivo de riso em algum ambiente em que já esteve ou passou. Muitas vezes, são “chamadas” pelo nome de algum personagem cômico estereotipado de programas humorísticos ou novelas. A sociedade foi ensinada a rir dos corpos trans/travestis. Essas piadas, esses estereótipos transfóbicos, são facilmente transformados em xingamentos e agressões físicas às pessoas trans/travestis, “o que torna a vida em sociedade uma fonte de ameaça constante”.⁸⁴

O desrespeito, a exclusão social, a falta de acolhimento e a demonização dos corpos trans/travestis estão ligados diretamente à forma com que o discurso público, alimentado por ideologias religiosas trans-excludentes, colocam o corpo trans/travestis como algo perverso, que não merece ser respeitado por macular a criação divina, imoral, sem alma, pecaminoso, como algo que precisa ser curado, combatido e corrigido, mesmo que seja através da violência.

Por isso, vemos tantos ataques e ameaças a pessoas travestis/trans quando ocupam um lugar de poder ou de respeitabilidade social, como na política. Muitas pessoas não toleram ter que conviver, ver, escutar, falar e/ou ocupar um mesmo espaço/lugar/cargo que uma pessoa trans/travesti.

82 Idem item 81

83 Idem item 81

84 Idem item 81

Muitas piadas com conteúdo transfóbico replicadas no cotidiano são estereótipos viciados reproduzidos na arte e no entretenimento, inclusive na música. Recentemente, alguns artistas sertanejos se utilizaram da transfobia recreativa para gerar risos em *lives* com milhares de pessoas assistindo em plataformas de *streaming*, quando falaram sobre travestis e foram alertados que piadas transfóbicas não são brincadeiras, são transfobia - a transfobia é crime. Alguns se retrataram, outros ignoraram. Fato é que ficou nítido, a partir desses episódios e da forma com que as pessoas trans têm reagido, que não serão mais aceitos esses processos degradantes de inferiorização das pessoas trans através da piada.

“Sua piada mata travesti diariamente. ” Quem nunca se deparou com essa expressão em algum lugar? É sobre isso que estamos falando. “Por ser naturalizado, esse tipo de violência se torna comum”.⁸⁵

Uma busca rápida na internet mostrará que há diversas letras de músicas e clipes que estão sendo construídas com base em conteúdos transfóbicos, alegando ser “uma homenagem”. Essa é uma tentativa de disfarçar a transfobia e fugir da linha entre a liberdade de expressão e o crime de transfobia, reconhecido pelo STF como crime de racismo, no sentido de um processo inferiorizante de um grupo (trans), em relação a outro (cis), no julgamento realizado há pouco mais de um ano⁸⁶.

A desqualificação *cistemática* de corpos trans/travestis, “reproduz a noção da superioridade das pessoas não-trans, tornando-os referência de superioridade estética, intelectual, sexual, de grupo, mas principalmente uma superioridade moral”⁸⁷. Com isso, são “os únicos capazes de atuar de forma competente na esfera pública, dando-lhes um poder e prestígio social”⁸⁸.

O humor transfóbico compromete a reputação e a respeitabilidade social das pessoas trans/travestis, porque “a forma como alguns grupos são retratados determina o valor que elas possuem”.⁸⁹ Nesse sentido, artistas, escritores, roteiristas, diretores, produtores e demais pessoas que trabalham na produção de arte precisam se responsabilizar pelas narrativas que produzem/reproduzem, tendo consciência de que, assim como a arte corroborou e produziu narrativas estereotipadas que construíram o nosso imaginário e se fomos capazes de construir, somos capazes de fazer o processo inverso.

85. (2019) “Pequeno Manual Antirracista” – Djamilia Ribeiro – Ed. Cia das Letras

86. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010> – acessado em 10/01/2021.

87. Idem item 81

88. Idem item 81

89. Idem item 81

A grande maioria das pessoas até acreditam e sonham com um mundo melhor, mas não estão dispostas a mudar nem a piada ou garantir representatividade trans nos espaços. Representatividade é estar de corpo presente nos espaços e acontece quando pessoas trans/travestis estão inseridas e comprometidas com uma perspectiva de mudança no olhar que foi construído sobre elas, naturalizando relações e interações sociais e devolvendo humanidade a esses corpos.

O Monart - Movimento Nacional de Artistas Trans/Travestis⁹⁰ luta pela inclusão e permanência de corpos trans/travestis nos espaços de criação de arte e pede que seja revista a prática do *transfake*, buscando a representatividade dentro e fora da arte, porque ela precisa ser coletiva. Entende-se o *transfake* como o processo em que um ator não-trans (cisgênero) interpreta um personagem trans. Não se trata apenas de afirmar que apenas pessoas trans possam representar essa população, mas sim de reivindicar que oportunidades sejam criadas para pessoas trans, artistas, dentro da arte. Isso, inclusive, para enfrentar os estigmas e as representações folclóricas sobre esses corpos. Esse processo de folclorização e mistificação dos corpos trans/travestis acontece pela ausência desses corpos nos espaços, inclusive na arte, situação precisa ser enfrentada.

Não há problema algum em não saber ou não estar atento a todas essas (e outras) questões. Todas as pessoas (incluídas aqui nós, pessoas trans) estamos em constante processo de aprendizado. Nesse momento, que essa discussão se torna cada vez mais urgente e ganha força, precisamos estar atentos ao que está sendo dito para decidir o que será feito a partir de agora: iremos continuar propagando preconceitos, criando imagens deturpadas do outro que reforçam a exclusão social de um grupo, silenciando-nos diante desses casos, ou olhamos de forma ética para essas representações na arte?

PORQUE A ARTE, SIM, PODE TUDO; MAS OS ARTISTAS, DEFINITIVAMENTE, NÃO.

90. Monart - Movimento Nacional de Artistas Trans fundado em março de 2017 com o lançamento do “Manifesto Representatividade Trans” que visa a inclusão e permanência coletiva de artistas trans nos espaços de criação de arte e pede uma pausa na prática do *transfake*



VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS POPULAÇÃO TRANS BRASILEIRA

O Supremo Tribunal Federal (STF), em 13 de junho de 2019, entendeu que houve uma omissão inconstitucional do Congresso Nacional por não editar lei que criminalize atos de homofobia e de transfobia no país. Por maioria, o STF reconheceu a demora do Congresso Nacional para incriminar atos atentatórios a direitos fundamentais dos integrantes da comunidade LGBT. Com a decisão, o Brasil se tornou o 43º país a criminalizar a LGBTIfobia, segundo o relatório "Homofobia Patrocinada pelo Estado", elaborado pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA).

E passado mais de um ano após a decisão, as violações de direitos humanos, assassinatos, casos de intolerância e preconceito ainda acontecem em graves proporções, afetando vidas de pessoas em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

No campo dos princípios constitucionais de igualdade e dignidade da pessoa humana, são denominados como direitos fundamentais aqueles direitos protegidos pelo Estado. Ou seja, por serem tutelados pelo Estado, a população trans está protegida pelo guarda-chuva constitucional. A Constituição Federal de 1988 apresenta direitos que são assegurados a todos os cidadãos. Em seu art. 1º, inciso III, está presente o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamental para o Estado Democrático de Direito, garantidor do respeito à identidade e integridade, sendo exigido que todos sejam tratados com respeito e cabendo ao Estado garantir melhores condições para isso (SILVA e SILVA, 2019, p. 374)⁹¹. Faz-se necessário, portanto, uma adequação para efetivar esses direitos às pessoas trans.

No Brasil, segundo a jornalista Natalie Garcia⁹², os sete direitos constitucionais mais violados são:

91. SILVA, Luciana Santos, SILVA, Danielle Coelho. Como o estado brasileiro atua na violação de direitos fundamentais das mulheres transexuais no cumprimento de pena. **Revista de Direito**, VIÇOSA, v. .11, n.01, 2019, p. 361-386.

92. GARCIA, Natalie. Os 7 direitos constitucionais mais violados no Brasil. **Justificando**, 29/05/2015. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2015/05/29/os-7-direitos-constitucionais-mais-violados-no-brasil/>>. Acesso em 31 dez. 2020.

7 - Direito aos reclusos: art. 5º, XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

“Na minha primeira noite na cadeia, fui mandada para uma cela com 12 homens. Fui estuprada aquela noite toda. Depois, ao longo da pena, era comum ser estuprada no banheiro.” Em um dos estupros, Gabriela contraiu uma infecção grave e precisou fazer uma cirurgia de reparação nos órgãos genitais” (depoimento de uma condições para, mulher trans a matéria **“Estupro e tortura: relatório inédito do governo federal aponta o drama de trans encarceradas em presídios masculinos”** de Laís Modelli, G1, 06/02/2020 - <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/06/estupro-e-tortura-relatorio-inedito-do-governo-federal-aponta-o-drama-de-trans-encarceradas-em-presidios-masculinos.ghtml>).

6 - Direito à juventude: Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

“Transexual de 15 anos é encontrada morta com sinais de violência Na cena do crime, o corpo da transexual estava com a bermuda levantada, cobrindo a região superior da cabeça, além de sinais de agressão em seu rosto”. (Folha Vitória, 21/09/2020 - <https://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/09/2019/transexual-de-15-anos-e-encontrada-morta-com-sinais-de-violencia>).

5 - O direito à diferença: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

“Uma travesti foi proibida de usar o banheiro feminino de um shopping. Mas ela não se calou: fez questão que todos ali soubessem o que aconteceu com ela. Poderia ser um enredo ficcional, mas o caso aconteceu em 3 de janeiro de 2020 no Shopping Pátio, localizado na Cidade Universitária, em Maceió (AL). A situação vexatória pela qual passou a cabeleireira Lanna Hellen, 31 anos, aconteceu justamente no mês do Dia da Visibilidade Trans, comemorado em 29 de janeiro” (Paloma Vasconcelos, Ponte Jornalismo, 17/01/2020 - <https://bhaz.com.br/2020/01/17/realidade-de-pessoas-trans-no-brasil/#gref>).

4 - O direito à moradia: Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

“Travesti em situação de rua é agredida e tem pertences queimados em Vitória. Ataque aconteceu na madrugada desta quinta-feira (23) em Jardim Camburi. Nenhum suspeito foi detido” (G1, ES, 23/07/2020 - <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/07/23/travesti-em-situacao-de-rua-e-agredida-e-tem-pertences-queimados-em-vitoria.ghtml>).

3 - O direito à saúde: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Art. 23º. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência. Art. 30. Compete aos Municípios: VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

“Atraso na troca de nome e tratamento hormonal suspenso: pessoas trans relatam dramas na pandemia de Covid-19. Grupo em Campinas que já vivia em situação de vulnerabilidade enfrenta maiores dificuldades por conta da crise do novo coronavírus” (Naira Zitei, G1 Campinas e Região, 28/07/2020 - <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/07/28/atraso-na-troca-de-nome-e-tratamento-hormonal-suspenso-pessoas-trans-relatam-dramas-na-pandemia-de-covid-19.ghtml>).

2 - O direito ao trabalho: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição; V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

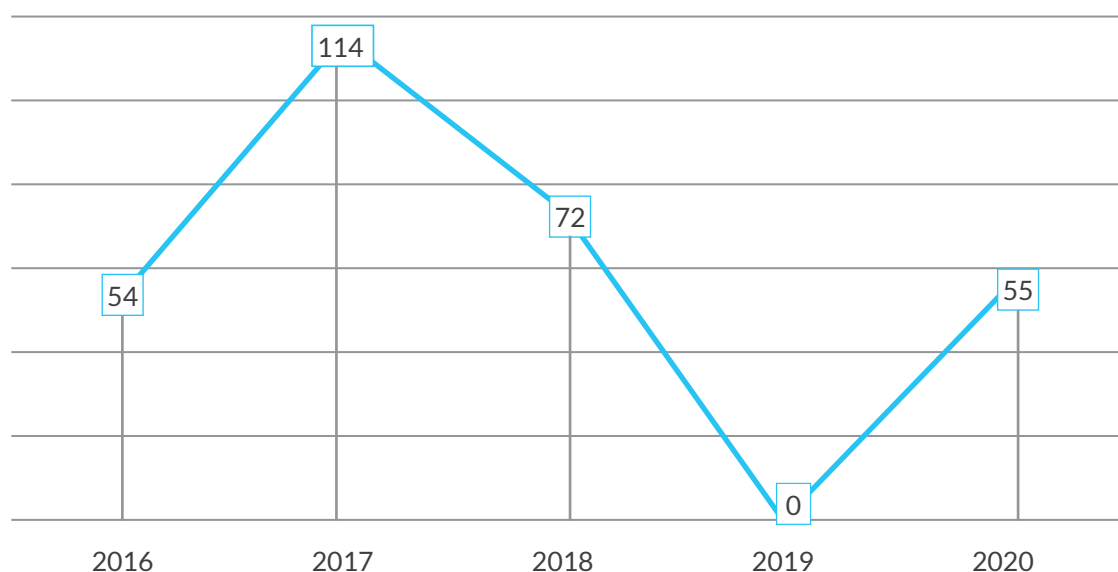
“Desempregada desde março deste ano, Bárbara Aires, 36 anos, fez uma publicação no Twitter dizendo que estava procurando emprego. Ela destacou algumas experiências do currículo, como a produção de programas na Globo e no canal GNT, além de três anos como assessora parlamentar. Bárbara já trabalhou como produtora na TV Globo, mas hoje precisa recorrer às redes sociais para conseguir emprego. Segundo ela, o fato de ser uma mulher transexual é visto como um empecilho para muitas empresas, antes mesmo de ter o currículo analisado”. (Claudia Ratti, IG, 25/08/2020 - <https://delas.ig.com.br/comportamento/2020-08-25/barbara-relata-desafios-para-conseguir-emprego-por-ser-trans-e-dificil-sonhar.html>).

1. O direito ao salário-mínimo: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. IV – Salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

“Tudo o que foge do trabalho informal é negado a nós. E até alguns trabalhos informais são negados. Você dificilmente vê travesti como eu vendendo brigadeiro. Esses dias me emocionei vendo travesti que é catadora de latinha aqui em Salvador. Ao invés de se prostituir essa travesti tá catando latinha na rua (Tertuliana para o Yahoo Notícias, 14/9/2020 - <https://br.noticias.yahoo.com/travesti-so-tem-o-direito-de-se-prostituir-233018791.html>).

Percebe-se, portanto, que travestis, mulheres e homens trans têm seus direitos básicos violados diariamente, além dos tratamentos vexatórios e da ausência de respeito pelo Estado e pela Sociedade. O gráfico abaixo demonstra a catalogação dos casos de violação de direitos humanos desde 2016, **ressaltando que em 2019 este monitoramento não foi realizado.**

Gráfico - Violações de Direitos Humanos

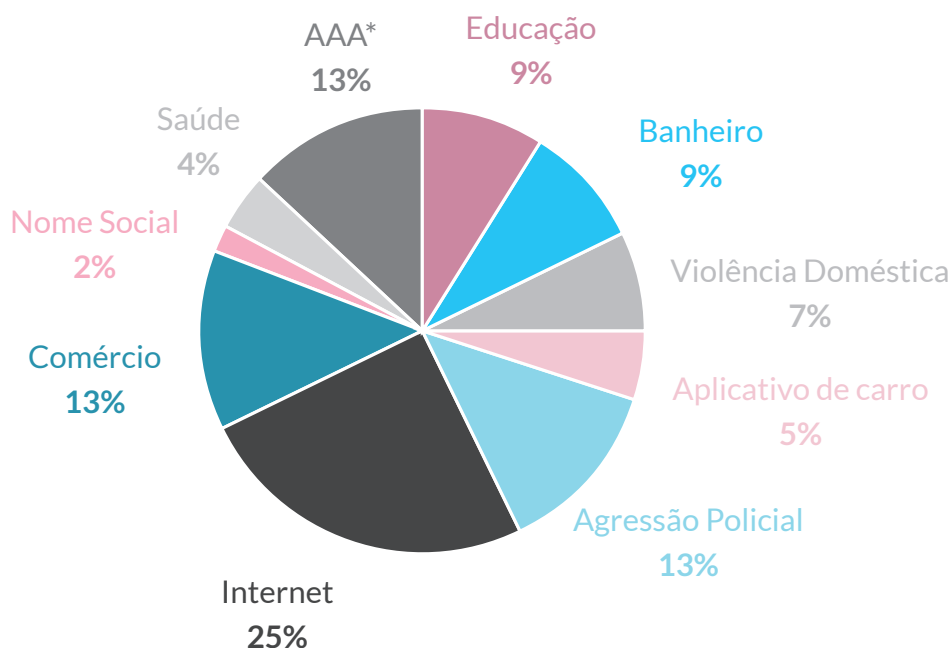


Fonte: Sayonara Nogueira/ObservatórioTrans

Além dos assassinatos e as tentativas de homicídio, sempre me preocupei também com as violações a que estávamos submetidas diariamente todos os dias em um *cistema* que tende a nos excluir de todos os direitos básicos. Mesmo com acesso a espaços de poder, eu também sentia na pele meus direitos sendo violados no serviço público, com o *cistema* insistentemente tentando me demonstrar que ali não era meu lugar. Assim, em 2016 iniciei a busca sobre demais violações de direitos em matérias de sites específicos. Foram registrados em 2016, o total de 54 casos; em 2017, houve um salto para 114 ocorrências; em 2018, registrou-se 72 episódios. No ano de 2019, não executei este monitoramento, retornando no ano de 2020, onde foram registrados 55 casos de violações. Reconhece-se também a subnotificação destes casos, uma vez que foram coletados somente aqueles que são divulgados nas mídias sociais.

Houve registros de ocorrências de violações de direitos humanos em praticamente todos as unidades administrativas do país, destacando os estados de São Paulo, com 25% dos registros, Rio de Janeiro, com 16% dos casos, e Minas Gerais, com 12% das ocorrências. O gráfico a seguir esclarece as formas de violências registradas:

Gráfico – Violações de Direitos Humanos



* Ameaça, assédio e agressão devido a identidade de gênero – Fonte: Sayonara Nogueira/ObservatorioTrans

A internet foi um dos espaços onde ocorreu a maior parte dos registros, através de ataques virtuais e cyberbullying. Um exemplo destes casos foi o relatado pelo jornalista Vitor Fernandes na matéria “**Mãe sai em defesa de filho trans vítima de bullying nas redes: Tenho muito orgulho, vou sempre lutar por ele**” para o site BHAZ⁹³, que exemplifica a transfobia via ataques virtuais que um jovem de 15 anos sofreu. As Lives realizadas por cantores sertanejos, devido a Pandemia, tornaram-se um show de transfobia. E logo após as eleições, foi possível visualizar os ataques que as candidatas trans eleitas sofreram através das redes.

Segundo Moré (2018), o crime de ameaça é previsto no art. 147 do Código Penal e consiste no ato de ameaçar alguém, por palavras, gestos ou outros meios, de lhe causar mal injusto e grave e, como punição, a lei determina detenção de um a seis meses ou multa. A promessa de mal pode ser contra a própria vítima, contra pessoa próxima ou até contra seus bens. A ameaça é considerada um crime de menor potencial ofensivo, por isso é apurado nos juizados especiais criminais, e o condenado poder ter a pena de prisão substituída por outra pena alternativa, como prestação de serviço à comunidade, pagamento de cestas básicas a alguma instituição, dentre outras⁹⁴.

Já o cyberbullying é o bullying realizado por meio das tecnologias digitais. Pode ocorrer nas mídias sociais, plataformas de mensagens, plataformas de jogos e celulares. É o comportamento repetido, com intuito de assustar, enfurecer ou envergonhar aqueles que são vítimas. Exemplos

93. Mãe sai em defesa de filho trans vítima de bullying nas redes: Tenho muito orgulho, vou sempre lutar por ele. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2020/03/05/mae-defende-filho-trans-bullying/> - acessado em: 02/01/2021.

94. MORÉ, Bruno. O crime de ameaça na internet! JusBrasil, 2018. Disponível em: <<https://brunomore.jusbrasil.com.br/artigos/608243055/o-crime-de-ameaca-na-internet>> - Acessado em: 02/01/2021.

incluem: espalhar mentiras ou compartilhar fotos constrangedoras de alguém nas mídias sociais; enviar mensagens ou ameaças que humilham pelas plataformas de mensagens; passar-se por outra pessoa e enviar mensagens maldosas aos outros em seu nome.

O bullying presencial e o virtual acontecem lado a lado com frequência. Porém, o cyberbullying deixa um rastro digital – um registro que pode se tornar útil e fornecer indícios para ajudar a dar fim ao abuso ⁹⁵ (UNICEF/BRZ/Ueslei Marcelino, s/d).

Visualizou-se também, em 13% das ocorrências, a transfobia ocorrida em comércio, como o divulgado em 10/03/2020 na matéria do Jornal O Tempo⁹⁶ onde o Olympia Coop Bar, administrado por pessoas trans, passou por diversas situações de conflitos e discriminação. Seguindo o mesmo número de registros aparece a agressão por parte da polícia, como o divulgado na matéria em 29/02/202 para o site A Ponte, que traz a notícia de uma jornalista trans e negra agredida por PM na zona leste de São Paulo⁹⁷.

“A jovem conta que, antes de ir para casa parou em uma padaria da região para comprar refrigerante. Foi quando viu a viatura da Polícia Militar, modelo antigo, com adesivo vermelho, cinza e preto. Ela afirma que os PMs a encararam nesse momento. Mesmo assim, a jovem continuou o caminho até sua casa, sem perceber a aproximação da viatura, que, segundo ela, deu a volta para alcançá-la sem que ela percebesse. O carro chegou em silêncio e estava com as luzes e sirenes desligadas. A rua, conta S., estava vazia e escura. Depois da agressão, ela viu a placa da viatura e notou que era o mesmo veículo que viu poucos minutos antes” (<https://ponte.org/jornalista-trans-e-negra-e-agredida-por-pm-na-zona-leste-de-sp/>).

Nota-se que é frequente a divulgação de crimes de LGBTIfobia em bares e comércio. Alguns estados vêm avançando em publicar suas próprias leis para sanar este problema. Como exemplo, o Município de São Paulo, que aprovou a Lei n. 17.301/20 de coautoria da deputada federal Sâmia Bonfim e do vereador Reis, que proíbe qualquer forma de discriminação em razão de orientação sexual ou identidade de gênero na capital do Estado. O descumprimento prevê advertência e multa. Em caso de estabelecimento comercial, poderá haver a suspensão de funcionamento por 30 dias ou mesmo a cassação do alvará.

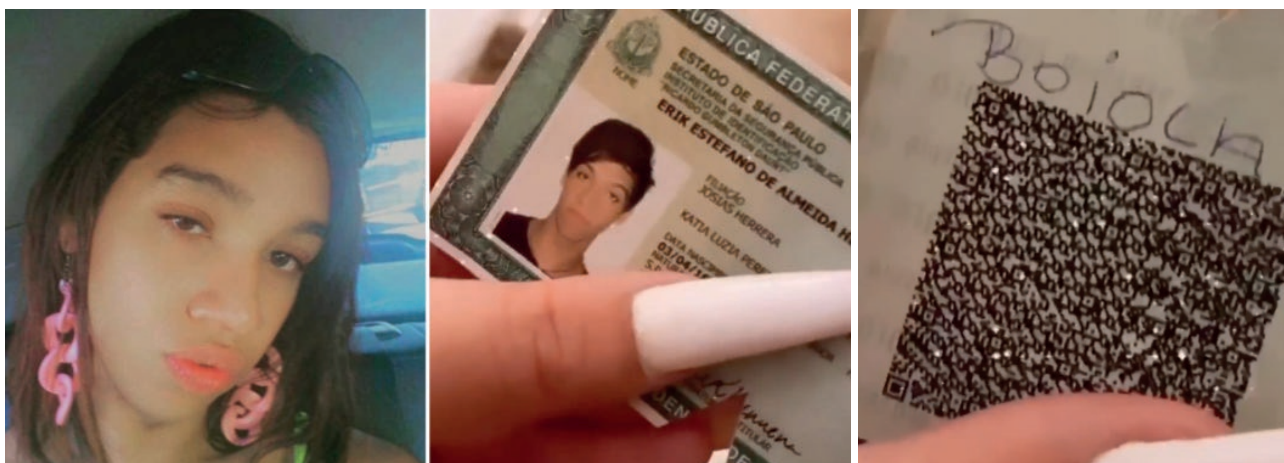
95. MARCELINO, Ueslei. O que é cyberbullying? **Unicef Brasil**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/cyberbullying-o-que-eh-e-como-para-lo>>. - Acessado em: 02/01/2021.

96. Matéria do Jornal O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/apos-denunciar-discriminacao-bar-comandado-por-trans-tera-que-sair-do-maletta-1.2308706> - Acessado em: 02/01/2021.

97. Jornalista trans e negra agredida por PM na zona leste de São Paulo <https://ponte.org/jornalista-trans-e-negra-e-agredida-por-pm-na-zona-leste-de-sp/> - Acessado em: 02/01/2021.

A ANTRA, a ABGLT e a RENOSP publicaram em 2020 o PROTOCOLO POLICIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA NO BRASIL, disponível no link http://www.fgv.br/mailling/2020/webinar/DIREITO/Protocolo_policial.pdf . O objetivo é o de orientar a força policial, e auxiliar na sua atuação em casos de homotransfobia a partir das diretrizes para a abordagem policial, o procedimento de registro de ocorrências e os procedimentos de expediente em casos de homotransfobia, abrangendo, portanto, desde o acolhimento das vítimas até a tipificação penal das condutas.

Em 27/08/2020, a mulher trans paulista Erica Dakota (*in memoriam*) fez uma denúncia no perfil do Instagram, no qual mostra seu RG destruído e rasurado. De acordo com Erica, a polícia militar foi a responsável por destruir o seu documento, além de humilhá-la, em mais um ato de transfobia dentro da corporação, que não oferece a segurança necessária para as pessoas transexuais. A matéria completa pode ser encontrada no link <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/transfobia-pm-humilha-mulher-trans-e-escreve-bicha-em-seu-rg>



Fonte: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/transfobia-pm-humilha-mulher-trans-e-escreve-bicha-em-seu-rg>

Em quarto lugar, tem-se as ocorrências de ameaça, assédio e agressão devido a identidade de gênero. Em 10/11/2020, na cidade de São Paulo, Patrícia Borges, 30 anos, registrou boletim de ocorrência, após ter sido agredida com mordidas e golpes de bastão de metal por apoiar a campanha de Erika Hilton (PSOL) à Câmara Municipal da cidade. A vítima, também uma mulher transexual, assim como a candidata, estava entregando panfletos na Avenida Paulista quando recebeu xingamentos discriminatórios e ataques físicos. Patrícia entregava panfletos ao lado de equipes de candidatos de outros partidos quando uma mulher reagiu agressivamente à sua abordagem.

“A moça não quis pegar o panfleto e então eu reforcei: ‘olha, tem importância, é uma mulher trans, preta, travesti, vamos mudar a estrutura de poder’. Ela respondeu: ‘eu não, cambada de viado, tem tudo que morrer’. Ela se dirigiu dessa forma a mim e à Erika”, contou, em entrevista à Folha de São Paulo. Ela diz que a agressora voltou pouco depois com um bastão de metal, que Patrícia identificou como sendo um “pau de selfie” e acompanhada de dois homens. Eles puxaram seu cabelo e a mulher bateu nela com a vara e a mordeu, detalha a vítima, que classifica a agressão como um ataque de “transfobia” (<https://www.hypeness.com.br/2020/11/funcionaria-de-campanha-de-candidata-trans-e-agredida-com-mordidas-e-golpes-de-bastao/>).

Segundo Zerbinati e Bruns (2019), a violência letal contra minorias sexuais e de gênero não se trata de crimes comuns, decorridos de assalto, bala perdida ou crimes passionais, mas são “crimes de ódio”. A identidade de gênero da vítima é determinante no 'modus operandi' do agressor. A transfobia se baseia em medo, desconforto, intolerância, rejeição, aversão, ódio, discriminação ou estigmatização à pessoa trans devido sua identidade de gênero. O comportamento transfóbico acontece sob a forma de opiniões negativas, exclusão social/institucional, agressões físicas, verbais ou psicológicas manifestadas mesmo que indiretamente com a pretensão de reforçar e garantir o discurso binário e naturalizante ao gênero a partir do sexo biológico⁹⁸.

Empatados no mesmo número de ocorrências, temos ainda a questão da transfobia na educação pelo desrespeito ao uso do nome social e o uso do banheiro. Segundo Nogueira (2020), o nome social é apenas a ponta do iceberg em relação à permanência de estudantes e professores transexuais em escolas e universidade. Ainda temos muito a conquistar dentro deste espaço que conserva estereótipos e mitos que contribui para a violência e discriminação da nossa população. Vivemos em um país onde a Suprema Corte ainda discute qual banheiro podemos usar, uma vez que não reconhecer o direito fundamental à utilização do banheiro de acordo com sua identidade de gênero afirma a dificuldade e desprezo pela possibilidade de ser e existir como se é⁹⁹.

Para exemplificar os casos acima, a matéria compartilhada na plataforma de notícias UOL em 28/09/2020, veiculada também no Programa Fantástico da Rede Globo, onde famílias acusam escola do Rio de transfobia e preconceito¹⁰⁰. No início do ano uma mulher trans foi impedida de

98. ZERBINATI, João Paulo; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Transfobia: contextos de negatividade, violência e resistência. *Periódicus*, Salvador, n.11, v. 2, mai-out.2019.

99. NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. **Nome social**: a ponta do iceberg. 1ª Edição. Edição do Autor. IBTE, 2020. 47 p.

100. Famílias acusam escola do Rio de transfobia e preconceito. Disponível em: <https://bityli.com/OutaS> - acessado em 02/01/2021.

usar o banheiro em um shopping em Maceió em Alagoas,¹⁰¹ e terminamos o ano com uma mulher trans sendo expulsa do banheiro feminino no complexo de lazer Axé Moi em Porto Seguro na Bahia em 28 de dezembro de 2020¹⁰².

Seguidos destes casos, temos em 7% das ocorrências casos referentes à violência doméstica; em 5%, denúncias de transfobia por aplicativos de carros; 4% de questões referentes à saúde, e 2% sobre o uso do nome social. Segundo Girardi (2020), nos casos de violência doméstica, familiar e afetiva, muitas mulheres trans ainda não entendem que podem procurar ajuda da Lei Maria da Penha. A baixa quantidade de denúncias se dá pelo fato de que essas pessoas não se sentem seguras e acolhidas para denunciar¹⁰³.

Foi amplamente divulgado também alguns episódios onde mulheres trans foram agredidas por motoristas de aplicativos. Geralmente, o aplicativo, em nota, apenas informa que o motorista foi suspenso ou expulso, sem nenhuma outra punição aplicada dentro da lei. Um vídeo circulou nas redes sociais em fevereiro de 2020, mostrando duas transexuais sendo agredidas por um motorista de aplicativo no Distrito Federal, e a atitude do motorista foi motivada por transfobia¹⁰⁴.

Mesmo com o avanço das portarias de nome social no país e até mesmo a desburocratização do processo de retificação de nome, ainda foi possível acessar matérias onde instituições públicas se negaram a usar o nome social de acordo com a identidade de gênero da pessoa. E por fim, em 4% dos registros houve ainda dificuldades de acesso saúde por pessoas trans durante a pandemia.

O violento contexto social no qual as travestis, mulheres e homens trans, e pessoas não binárias estão inseridas é fruto do preconceito e discriminação que promove um processo de exclusão social de nossa população. Todas estas violações de direitos humanos citadas aqui envolvem circunstâncias que levam a uma vulnerabilidade, sobretudo, psicológica que compromete nossa saúde mental podendo levar ao suicídio, tópico que será abordado a seguir.

101. Mulher trans diz ter sido impedida de usar banheiro feminino em shopping. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/01/04/interna_nacional,1112192/mulher-trans-diz-ter-sido-impedida-de-usar-banheiro-feminino-em-shoppi.shtml - acessado em: 02/01/2021.

102. Mulher trans sendo expulsa do banheiro feminino no complexo de lazer Axé Moi em Porto Seguro na Bahia. Disponível em: <https://www.instagram.com/stories/highlights/18022734202289974/> - acessado em: 02/01/2021.

103. GIRARDI, Yasmim. Mulheres trans enfrentam dificuldade em acessar lei. **Jornal da Lei**, 06/07/2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/jornal_da_lei/2020/06/745196-mulheres-trans-enfrentam-dificuldade-em-acessar-lei.html - acessado em: 02/01/2021.

104. Veja momento em que motorista de aplicativo agride transexuais: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/02/06/interna_nacional,1120037/veja-momento-em-que-motorista-de-aplicativo-agride-transexuais.shtml - acessado em: 02/01/2021.



16

SUICÍDIO E A POPULAÇÃO TRANS

Casos de suicídio têm sido relatado com maior frequência nas redes sociais e em grupos de convivência de pessoas trans, especialmente entre pessoas negras e em situação de vulnerabilidade. E conforme publicamos anteriormente no Boletim nº 03/2020, **“assim como os maiores índices de assassinato, são as travestis e mulheres trans que enfrentam maior número de suicídios, apesar de serem os homens trans/transmasculinos que mais apresentam ideações ou tentativas”**¹⁰⁵.

Em 2020, foram catalogados 23 casos de suicídio em 2020, sendo sete (30%) casos de homens trans/transmaculinos e 16 (70%) travestis/mulheres trans. Enquanto em 2019, dos 15 casos de suicídios mapeados em 2019, cinco (33%) eram homens trans/transmasculinos e 10 (67%) foram travestis e mulheres trans.

O suicídio é muito difícil de monitorar, porque não são publicados, muitos quando publicados, a família não respeita a identidade de gênero, e ainda tem o problema da notificação; as fichas de notificação não são preenchidas, ou quando são preenchidas, são feitas de forma incorreta. Todavia, reconhece-se que o processo de exclusão social, a marginalização, discriminação e estigmatização que se concretiza no nosso dia a dia, como as tentativas de homicídio e a violação de direitos humanos muitas vezes leva ao suicídio.

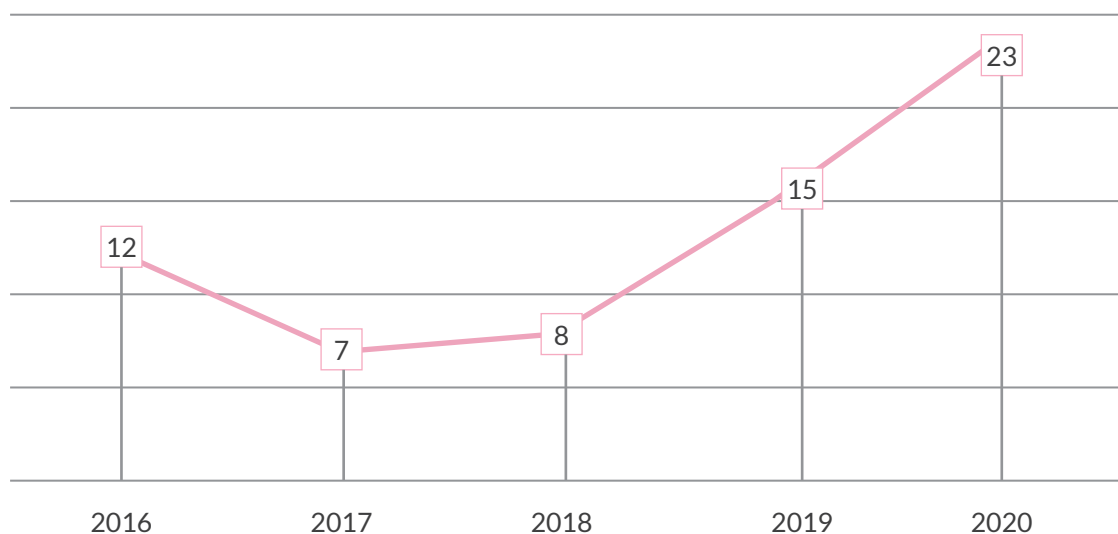
A pandemia fez com que pessoas trans fossem novamente expostas à violência doméstica que apresentou aumento de 45% no primeiro semestre. Muito em função de as pessoas terem que ficar em quarentena junto de seus algozes e alguns familiares que optam por serem intolerantes. Todo este cenário gera um processo de adoecimento provocado pela falta de políticas públicas para prevenção do suicídio e da violência transfóbica, acirramento da desigualdade social e pelo cissexismo – ideologia dominante no país¹⁰⁶.

105. Boletim nº 03/2020. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf> - acessado em 05/01/2021.

106. Aumento do número de suicídio entre pessoas trans preocupa ativistas. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/aumento-do-numero-da-taxa-de-suicidio-entre-pessoas-trans-preocupam-ativistas/> - acessado em 05/01/2021.

O gráfico abaixo demonstra os casos monitorados desde 2016:

Gráfico – Suicídio de pessoas trans



Fonte: Sayonara Nogueira/ObservatorioTrans

A pesquisa “Os Homens Trans no Brasil: as políticas públicas e a luta pela afirmação de suas identidades”, de Roberto Cezar Maia de Souza, da Faculdade de Psicologia Maurício de Nassau, em 2016, traz dados importantes e alarmantes sobre a população de homens trans brasileiros, como o fato de que 66,4% homens trans entrevistados que afirmaram já ter pensado em suicídio. Realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), a pesquisa contou com 242 pessoas de todas as regiões do Brasil¹⁰⁷.

Silva *et al.* (2020) trazem que as pessoas trans começam a vivenciar experiências de agressão e discriminação desde o momento que se permitem exteriorizar sua identidade de gênero. Assim, a descoberta do gênero é o momento no qual são vítimas de violência física e verbal no contexto familiar. Não estar nos padrões de gênero esperados pela família é um dos primeiros sórdidos e desumanos obstáculos vivenciados. As pessoas travestis e transexuais que estavam no ambiente doméstico demonstraram maior proporção de ideação suicida quando comparados com aqueles que tinham sido expulsos do núcleo familiar¹⁰⁸.

Segundo Costa, Cândido e Bizerra (2015), as pessoas trans sofrem com o preconceito, discriminação, sentimento de invisibilidade e violação de todas as naturezas promovidos pela sociedade no mundo atual. Tais condições dificultam ainda mais o acesso aos serviços públicos, entre eles educação, saúde, meios sociais e segurança pública. Eles apresentam ainda como

107. DOSSIÊ: A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO, Observatório Trans, Uberlândia (MG). Sayonara Nogueira & Euclides Cabral, 2018 (Orgs). Disponível em: <<https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/5a4bd0e51c26cuBf611F/Dossie2018.pdf>> - acessado em: 02/01/2021.

108. SILVA, G. W. S. et al. Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não-governamentais. *Cien Saude Colet [periódico na internet]* (2020/Jan).

agravantes de sua saúde riscos à integridade psíquica, física e moral, causando redução da qualidade de vida e promovendo danos à saúde mental e física principalmente, sendo os processos de sofrimento e sensação de inferioridade¹⁰⁹ (apud Correa et al., 2020).

Silva et al. (2020) evidenciaram que as pessoas travestis e transexuais, assistidas pelas quatro ONGs no estado do Rio Grande do Norte, apresentaram ideação suicida associada às variáveis: níveis depressivos, violência no espaço escolar, expulsão do núcleo familiar, tentativa pregressa de suicídio e intensidade da vontade de morrer na última tentativa. Porém, no modelo ajustado, permaneceram a violência no espaço escolar e sintomatologia depressiva¹¹⁰.

Já Miller e Grollman (2015) trazem em seus estudos que a inconformidade com o gênero também apresenta influência no comportamento suicida¹¹¹ (apud Correa et al., 2020). Uma pesquisa feita nos Estados Unidos com 129 pessoas trans concluiu que o respeito ao nome social diminui as taxas de depressão e suicídio, além de reforçar a necessidade de se debater a saúde mental com a comunidade trans¹¹².

O suicídio é um problema de diversas causas, sendo entendido como uma ação que pode estar vinculada a fatores biológicos, psicológicos e a conjuntura socioeconômica. Werlang (2013) menciona que o fenômeno do comportamento suicida é muito complexo de ser abordado, pois, no mundo ocidental, a morte, por si só, já é um assunto difícil de ser trabalhado nos múltiplos espaços sociais¹¹³.

Em suma, em relação à comunidade trans, o abuso físico ou sexual, a exclusão familiar, o desemprego, a violência, a ausência de esperança, o transtorno de ansiedade generalizada, a depressão, humilhação, baixa autoestima, são fatores que podem levar ao suicídio. É um problema social preocupante, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um problema de saúde pública e que aumenta todo ano, afetando milhares de pessoas anualmente por casos de suicídio.

109. CORREA, Fábio Henrique Mendonça et al.. Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. J. bras. psiquiatr. [online]. 2020, vol.69, n.1, pp.13-22.

110 SILVA, G. W. S. et al. Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não-governamentais. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2020/Jan).

111. CORREA, Fábio Henrique Mendonça et al. Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. J. bras. psiquiatr. [online]. 2020, vol.69, n.1, pp.13-22.

112. CAVALCANTE, Isabella. Respeitar nome social reduz riscos de suicídio e depressão, diz estudo. Metrôpoles, 26/4/2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/respeitar-nome-social-reduz-riscos-de-suicidio-e-depressao-diz-estudo> > - acessado em: 02/01/2021.

113. WERLANG, B. Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a Psicologia Clínica. In. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, O Suicídio e os Desafios para a Psicologia. Brasília: CFP, 2013, p. 25-30.



OS IMPACTOS DA COVID E MORTES PELO CORONAVÍRUS

Desde a eleição do atual presidente, perdemos o processo democrático e foi fechado o diálogo com a sociedade civil nos espaços de participação social. Vivemos sob um regime antidemocrático, anticientífico, integracionista e que manipula dados incluindo narrativas mentirosas a fim de influenciar a opinião da sociedade. Seja pelas ações do governo ou ausência delas, demoramos demais a dar uma resposta efetiva ao COVID-19. Além dos impactos da crise sanitária da COVID-19, questões como economia, desemprego, violência de gênero e outras questões se agravaram diante da forma com o que governo tem lidado com a pandemia.

A violência de gênero não afeta só as mulheres cisgêneras. Também cresceu a violência contra mulheres trans e travestis no contexto da pandemia de coronavírus no Brasil. De janeiro a outubro de 2020, houve um aumento de 47% em relação ao mesmo período de 2019, segundo [Boletim nº 5 de Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020](#), da Associação Nacional de Transexuais e Travestis (Antra). Todas as 151 pessoas assassinadas em 2020 até 31 de outubro eram travestis ou mulheres trans e a maioria das vítimas eram negras. No país, uma pessoa trans foi assassinada a cada 48 horas¹¹⁴.

As principais ações foram iniciadas pelos estados que se posicionaram contra a resistência do presidente, que tem sido responsável por promover aglomerações e incentivar manifestações para que o comércio, escolas e outras áreas voltem a funcionar, mesmo o Brasil não preenchendo nenhum dos requisitos previstos pela Organização mundial de saúde para retorno das atividades. Além disso, votou contra a resolução sobre "Cooperação Internacional para garantir acesso a medicamentos, vacinas e equipamentos médicos para combater a COVID19" aprovada em Assembleia Geral da ONU, e tem se colocado de forma recorrente contra a vacina, sem ter pensado em um plano eficaz de imunização ou de enfrentamento da crise provocada pelo coronavírus.

114. 2020: o ano da pandemia e seu impacto nas mulheres, pessoas negras e LGBTQ+. Disponível em: <http://www.generonumero.media/retrospectiva-2020/> - acessado em 26/12/2020.

A subnotificação tem sido uma política de Estado. Os números não refletem a realidade, e vêm sendo usados como justificativa para manipular a população. Essa política afeta diretamente pessoas empobrecidas, negras, idosas, pessoas com deficiência, mulheres, pessoas vivendo com HIV, LGBTI+, indígenas e outros povos tradicionais. São populações que apresentam comorbidades e fatores de risco pelo processo de precarização de suas vidas, devido à cidadania ausente e à falta de ações do Estado. Pessoas negras são maioria entre os mortos e têm maior chance de terem complicações.

Maior exposição ao risco de contágio e morte por COVID-19, crescimento da violência de gênero, racismo na ação policial e falta de suporte para educação foram alguns dos impactos da pandemia nas populações mais vulneráveis. (...) Os dados, ainda muito incipientes e subnotificados em relação à raça/cor/etnia, reforçam essa disparidade racial. Entre os hospitalizados pela COVID-19, 209.034 são negros, enquanto 202.482 são brancos. Nos números da mortalidade pelo vírus, essa diferença persiste: negros são 74.949, e brancos, 62.993. Os dados são do [Boletim Epidemiológico 50](#), que analisou os casos até 12 de dezembro. (2020: o ano da pandemia e seu impacto nas mulheres, pessoas negras e LGBTI+¹¹⁵)

No caso específico das pessoas LGBTI+, vemos uma população que não acessa a saúde devido à violência institucional e ao despreparo desde a formação médica para o acolhimento de corpos não heterossexuais, não cisgêneros e que fazem uso acima de média de álcool, tabaco e outras drogas, pessoas em tratamento de antirretrovirais, hormonização e silicone industrial, no caso das pessoas trans, que também têm cerca de 40% de prevalência para o HIV. Ressalte-se que o governo brasileiro não tomou nenhuma ação em prol da população LGBTI+.

Em um cenário totalmente adverso, a COVID-19 tem escancarado essas e outras mazelas, exigindo ações emergenciais para aquelas pessoas que se encontravam desamparadas pelas iniciativas que começavam a emergir para a população em geral. Cerca de 90% da população de travestis e mulheres transexuais são profissionais do sexo, e em sua maioria negras, semianalfabetas e com baixa expectativa de vida, que desempenham sua função na rua e enfrentam diversos estigmas no país que mais assassina pessoas trans do mundo.

115. 2020: o ano da pandemia e seu impacto nas mulheres, pessoas negras e LGBTI+. Disponível em: <http://www.generonumero.media/retrospectiva-2020/> - acessado em 26/12/2020.

Seja pelas ações do governo ou ausência delas, essa política afeta diretamente pessoas empobrecidas, negras, idosos, PCD, mulheres, pessoas vivendo com HIV, LGBTI+, indígenas e outros povos tradicionais, pessoas que não têm sua humanidade reconhecida, cujas existências são vistas como indesejáveis, não devendo ter acesso a cuidados ou a direitos. Muitas não são vistas como gente, e as travestis profissionais do sexo, em sua maioria negras e semianalfabetas que desempenham sua função na rua, enfrentam diversos estigmas no país que mais assassina pessoas trans do mundo. A precarização de determinada parcela da população faz parte de um plano global genocida para exterminar vidas que enfrentam processos históricos de vulnerabilização, a fim de cumprir o plano de defesa da propriedade privada de uma *casta superior* pautada na branquitude empresarial, que se diz cristã e é neoliberal, e de garantir a manutenção dos privilégios egoístas de uma elite racista e conservadora, cis-hétero-centrada¹¹⁶.

Não existem estudos conclusivos, mas estima-se que o uso de hormônios e silicone industrial são fatores de risco para o COVID-19, caso apresentem processos inflamatórios ou o aumento da pressão arterial devido à hormonização desassistida, e nenhuma recomendação de saúde trata do assunto.

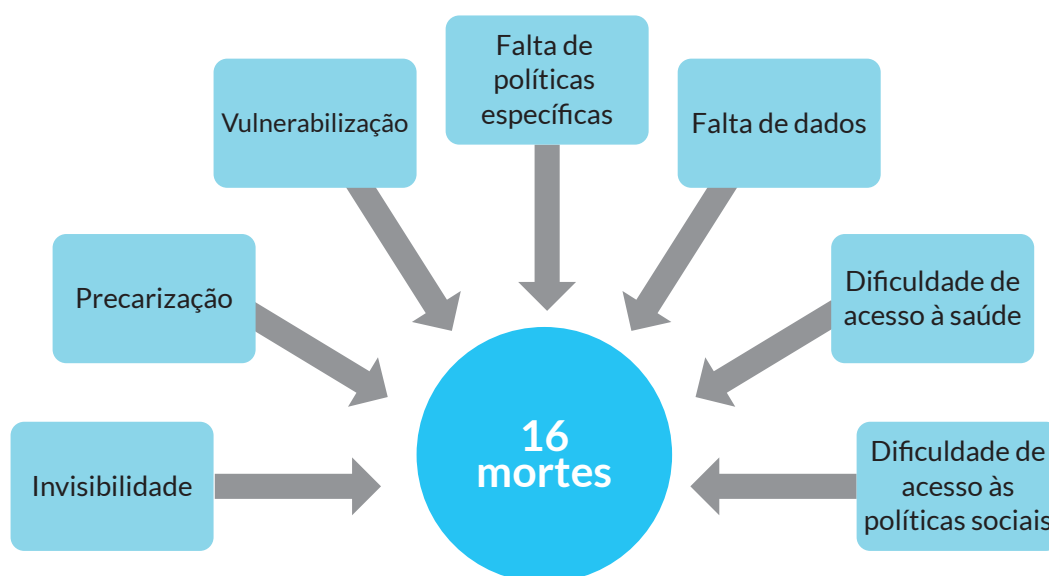
Apesar das recomendações oficiais não indicarem, até porque a comunidade de profissionais da saúde sequer conhece ou sabe manejar o material e os corpos das pessoas trans que fazem uso de silicone industrial, podemos afirmar, alicerçado em conceitos básicos e óbvios de imunologia e patologia: Você que tem silicone industrial é, também, alguém que carrega grande fator de risco para o COVID-19, especialmente se estiver em processo inflamatório ativo. Explicando: o silicone por si só não é um perigo, mas, como nunca se sabe quando e porque ele inflama ou mesmo infecciona, pode ser uma “bomba relógio”. Ademais, num processo inflamatório ou infeccioso que esteja ativo, seu sistema imunológico já está travando uma batalha para tentar curar esta inflamação ou infecção do silicone, imagina ainda ter mais uma infecção causada por um vírus novo, com algum nível de mutação já visto no Brasil. Seu sistema imunológico pode não dar conta de duas ou três grandes batalhas assim, juntas. Redobre os cuidados e mantenha-se em isolamento social, também, caso seja possível. Esse post não tem a intenção de causar medo as pessoas ou culpabilizar aquelas que tem silicone industrial, mas, saber que é um fator de risco é seu direito e pode ajudar a trabalhar na redução de danos¹¹⁷. (Alicia Krüger – Farmacêutica - Presidenta da ABRASITTI)

116. Nova epidemia, velhas mazelas. Disponível em: <https://cutt.ly/yjiBnjH> - acessado em 12/11/2020.

117. Silicone Industrial pode ser fator de risco da a COVID-19. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAIFJ8iHsGp/> - acessado em 12/11/2020

Não sabemos exatamente quantas pessoas trans morreram vítimas da COVID-19, porque não há garantia do respeito ao nome social ou identidade de gênero das pessoas trans nos registros médicos ou atestados de óbito, o que dificulta a identificação dessas pessoas. **A partir de nossas pesquisas, informações enviadas em nossos canais e casos que tomamos conhecimento através de nossas redes, encontramos 16 casos de pessoas trans vitimadas pela COVID-19, mesmo acreditando que esses números seriam ainda maiores caso houvesse o cuidado de identificar as pessoas a partir de suas identidades de gênero e não exclusivamente pelo sexo/ órgão genital.**

Figura: Mortes de pessoas Trans pela COVID-19



AUTORA: BENEVIDES, Bruna, 2021.

O Brasil é um dos países do mundo que ignoraram as recomendações dos órgãos de saúde para fortalecer políticas neoliberais, aproveitando-se deste momento de crise mundial para retirar mais direitos trabalhistas e implementar medidas negacionistas. Vimos surgirem diversos grupos paramilitares, com fins político-partidários, religiosos ou ideológicos, formados por membros armados em apoio às ações do presidente.

Já enfrentávamos um processo de sucateamento do nosso sistema de saúde e de assistência social. Diante da pandemia do Coronavírus, temos visto um acirramento das vulnerabilidades da população LGBTI+, além de um aumento das pessoas trans em situação de rua e prostituição, assim como aumento de pessoas LGBTI+ desempregadas. Não houve até o momento um único projeto de apoio à população LGBTI+, nem mesmo vindo do Ministério de Direitos Humanos, cuja ministra tem manipulado dados sobre a violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil. A LGBTIfobia, assim como o racismo, são marcas do atual governo.

Com a experiência dos anos 80 e 90 na epidemia do HIV+, diversas instituições e ativistas trans se anteciparam na mobilização de ações de apoio a comunidade LGBTI+, com olhar atento à

população trans mais precarizada, especialmente as profissionais do sexo, que, em muitos casos, perderam suas fontes de renda devido à necessidade de isolamento social e que não irão acessar as ações governamentais que ainda se pautam em exigências e burocracias que não atendem a essa parcela da população. Diante de tal situação, a população trans, que é das mais invisibilizadas e violentadas, continua desprotegida pelo Estado.

Em pesquisa realizada pelo Vote LGBT¹¹⁸, foram mapeados os impactos da pandemia na população LGBTI+. Entre os principais impactos nessa população, estão a piora na saúde mental - 42,72% relatou o aumento de problemas ligados à saúde mental como o maior impacto da pandemia -, além do afastamento da rede de apoio e falta de fonte de renda. “No cenário de pandemia, quando a situação de precariedade de boa parte dessa população se acentua ainda mais, colocando-os em situações de risco iminente, é preciso buscar auxílio e soluções nas esferas governamentais. Porém, a ausência de soluções e de perspectivas reforça o sentimento de desamparo, solidão e decepção sobre as políticas do governo federal em relação às pessoas LGBT+” – aponta a pesquisa.

A pandemia é como uma tempestade em alto mar, chegou e atinge a todos nós. Mas, embora todos estejamos sujeitos a ela, estamos em barcos muito diferentes. Enquanto uns encontravam-se em navios, com total estrutura para aguentar o vendaval, outros estavam em barcos menores, mas que ainda assim oferecem segurança. O maior impacto, no entanto, ocorre entre aqueles que estavam em jangadas que não proporcionam nenhuma estabilidade ou condição de sobrevivência. Estes são os que mais precisam da nossa ajuda imediata para conseguir passar por esse momento. (Autor desconhecido – Disponível em: Diagnóstico LGBT na pandemia – VOTE LGBT)

Diante deste cenário, lançamos o Mapa da Solidariedade¹¹⁹, ação que incentiva e mapeia iniciativas de apoio à população LGBTI+ com distribuição de alimentos e outros insumos pelo país. Além disso, foi lançada uma cartilha específica sobre prevenção e cuidados ao COVID-19, para as profissionais do sexo¹²⁰ e uma cartilha sobre como agir em casos de violência doméstica no período de isolamento¹²¹, que alcança frontalmente a população LGBTI+ que passam a conviver com familiares ou ambientes abusivos.

118. Diagnóstico LGBT na pandemia. Disponível em: <https://cutt.ly/Nji1JG5> - acessado em 16/12/2020.

119. Mapa da solidariedade. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/04/15/instituicoes-lgbtqi-lancam-campanha-coletiva-para-o-coronavirus-saiba-como-doar/> - acessado em 16/11/2020.

120. Cartilha Prevenção COVID-19 para profissionais do sexo. Disponível em: <https://cutt.ly/djiB3NX> - acessado em 16/11/2020.

121. Cartilha violência doméstica durante a pandemia. Disponível em: <https://cutt.ly/HjiB1jJ> - acessado em 16/11/2020.

18

OPINIÃO: UM ANO E MEIO DEPOIS DA CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTIFOBIA

Caê Vasconcelos¹²²

Em maio de 2019, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a homofobia e a transfobia são crimes. Foram sete anos de articulação de movimentos sociais e sociedade civil para que esse direito fosse conquistado. Nem todas as pessoas que fazem parte de sigla LGBTI+ comemoraram e uma das preocupações acabou de concretizando: dificuldade de acesso e devido enquadramento pelos operadores de segurança e/ou judiciário.

Um dos maiores motivos para essa ineficácia é a dificuldade para denunciar esses crimes, uma vez que o sistema de justiça também reproduz a LGBTIfobia. Poucos estados brasileiros possuem delegacias específicas para o atendimento dessa população. As que não possuem garantem que o atendimento pode ser feito nas demais delegacias, mas, quem é LGBTI+, sabe que não é bem assim que funciona.

A Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) lançou um Protocolo Policial que tem por objetivo servir como base na elaboração de políticas públicas e também auxiliar a polícia no trato diante de casos de LGBTfobia. O documento é fruto da Clínica de Políticas de Diversidade da FGV Direito SP que, após pesquisas e contatos com agentes de segurança públicas, do setor público e eleitoral, e a partir de uma interlocução com os grupos organizados da sociedade civil comprometidos com a luta contra a LGBTfobia. A Clínica de Políticas de Diversidade da FGV trabalhou em parceria com a Renosp-LGBT (policiais LGBT), a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) e a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)¹²³.

122. Caê Vasconcelos. Homem Trans, Jornalista.

123. FGV lança protocolo para atendimento policial em casos de LGBTIfobia. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/fgv-lanca-protocolo-para-atendimento-policial-em-casos-de-lgbtifobia.shtml> - acessado em 03/01/2020.

Ainda de acordo com a nota técnica publicada da Fundação Getúlio Vargas, “a população LGBTI+ é um grupo multifacetado e, portanto, é preciso considerar que cada subgrupo desta população vivencia vulnerabilidades específicas que impactam sua trajetória. Neste sentido, não existem políticas públicas únicas e modeladas que se adequem a toda esta população, sendo fundamental considerar a diversidade que a caracteriza na formulação e implementação de tais políticas”.

Especialmente quando vemos dados como a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que apontou boa parte dos policiais brasileiros odeiam LGBTIs na mesma medida em que admiram o presidente Jair Bolsonaro, que sempre assumiu uma postura pública LGBTIfóbica. Para quem duvida, basta lembrar a entrevista que Bolsonaro deu ao ator Elliot Page, que contou ao mundo em 2020 que é uma pessoa trans, em 2016. Na ocasião, o hoje presidente falou sobre dar “corretivos” em crianças com comportamento “não normal”.

O primeiro ano de governo de Bolsonaro trouxe a ilusão de uma queda nos assassinatos de pessoas trans, que, em 2020, voltou a crescer de forma desproporcional como você leu ao longo desse dossiê. Nenhuma política pública foi feita, desde a criminalização, para que a LGBTIfobia, de fato, diminuísse.

E para fortalecer essa luta, a *ALLOUT* criou uma campanha “É crime sim, e agora?”¹²⁴, com a intenção de cobrar os estados a implementação do protocolo LGBTI+ construído pela FGV em parceria com outras instituições, a fim de que questões como a falta de dados, a violência institucional dos órgãos de segurança e o devido acolhimento da nossa população seja efetivado.

Apesar de todas as dificuldades que pessoas LGBTIs enfrentam, sobretudo mulheres trans e travestis negras, que são os alvos da violência transfóbica, levantamos, estado por estado, locais que podem acolher denúncias de transfobia.

ONDE DENUNCIAR?

Todos os estados brasileiros recebem denúncias pelos canais: Disque 100 e 190 (ligação direta para a Polícia Militar). A Lei Maria da Penha inclui o devido enquadramento para a proteção de mulheres trans e travestis nos seguintes estados: Acre, Pará, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins.

Entre as Delegacias Especializadas para o atendimento de mulheres, afirmaram estar aptas para atender mulheres trans e travestis os estados: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo. **Os demais estados não responderam à solicitação dentro do prazo solicitado para constar neste documento.**

124 É crime sim, e agora? Disponível em: <https://seguranca.alloutbrasil.org> – acessado em 03/01/2020.

Possuem delegacias especializadas para o atendimento da população LGBTI os seguintes estados: Distrito Federal, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

Somente Bahia, Ceará, Espírito Santo e Mato Grosso retornaram à solicitação informando que não possuem delegacia especializada, mas que as demais delegacias estão aptas a atender o público LGBTI+.

Ceará informou que realiza levantamentos para analisar a possibilidade de implementar uma delegacia especializada para atender o público LGBTI+. No Espírito Santo é possível acessar uma seção especializada para o atendimento à população LGBTI de maneira online: <http://delegaciaonline.sesp.es.gov.br/> (exceto para registros de homicídios, sequestros, estupros e furtos e roubos de veículos).

Diante dessas informações organizamos uma lista com órgãos públicos, delegacias e outros que podem prestar apoio as vítimas de LGBTIfobia.

LISTA DAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS PARA POPULAÇÃO LGBTI+:

Distrito Federal

Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (Decrin)
SPO, Brasília/DF
(61) 3207-4242 / (61) 3207-4240

Pará

Delegacia de Crimes Discriminatórios
Avenida Governador Magalhães Barata, 489 - Belém/PA
(91) 4006-9046

Paraíba

Delegacia de Repressão a Crimes Homofóbicos
Rua Francisca Moura, 34 - Centro, João Pessoa/PB
(83) 3218-6762

Pernambuco

Divisão de Apoio a testemunhas e vítimas de intolerância – DIVTVIN
Rua Doutor João Lacerda, 395 - Cordeiro, Recife/PE
(81) 3184-3567

Piauí

Delegacia de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos e Repressão às Conduas Discriminatórias

Rua 24 de Janeiro, 500 - Centro, Teresina/PI

(86) 3216-5256

ddh@pc.pi.gov.br

Rio de Janeiro

Delegacia de Polícia de Repressão aos Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi)

Rua do Lavradio, 155 - Centro, Rio de Janeiro/RJ

(21) 2333-3509

Rio Grande do Sul

Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância (DPCI)

Presidente Franklin Roosevelt, 981 - São Geraldo, Porto Alegre/RS

São Paulo

Delegacia de Polícia de Repressão aos Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi)

Rua Brigadeiro Tobias, 527 - Centro, São Paulo/SP

(11) 3311-3555

decradi@policiacivil.sp.gov.br

Sergipe

Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV)

Rua Itabaiana, 258 - Centro, Aracaju/SE

(79) 3205-9400

Delegacia Especial de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DEAGV)

Rua Cachoeira, 1115 - Santa Cruz, Estância/SE

(79) 3522-8777

Delegacia Especial de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DEAGV)

Avenida Ivo de Carvalho, 450 - Centro, Itabaiana/SE

(79) 3431-8513

Delegacia Especial de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DEAGV)

Praça Rui Mendes, S/N - Centro, Lagarto/SE

(79) 3631-2114

Delegacia Especial de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DEAGV)

Rua 15, S/N - conjunto Fernando Collor, Nossa Senhora do Socorro/SE

(79) 3256-4001

Tocantins

Delegacia Especializada de Atendimento a Vulneráveis (DAV)

Complexo I de Delegacias Especializadas

Avenida Teotônio Segurado, Qd. 202 sul, Conj. 01, Lt.16 - Plano Diretor Sul, Palmas/TO

(63) 3218-6891

depi@ssp.to.gov.br

Delegacia Especializada de Atendimento a Vulneráveis (DAV)

Avenida Filadélfia, nº 3200, Setor Jardim Filadélfia - Araguaína/TO

(63) 3411-7361

decaaraguaina@ssp.to.gov.br



PALAVRAS DA PRESIDENTA: ENTRE PANDEMIAS E VIOLÊNCIAS

Keila Simpson Sousa
Presidenta da ANTRA

O Brasil continua liderando o triste recorde de assassinatos de pessoas Trans no mundo. Não temos muito a nos orgulhar do Brasil na atual conjuntura, mas mesmo assim devemos e temos que seguir, pois a vida continua apesar dos pesares. Assim, quero aqui declarar a nossa solidariedade aos familiares e amigos das pessoas que foram vitimadas pela COVID-19, e queremos também prestar as nossas homenagens bem especiais às pessoas Trans que foram acometidas com essa doença e não conseguiram suportar tamanho sofrimento. Especialmente ativistas e amigas que perdemos esse ano.

Quase sempre quando falamos em população de travestis e transexuais, sempre vem à tona a questão da violência. Passam os anos e a *epidemia* da violência transfóbica continua sem que seja feito nada para erradicá-la, e lá vamos nós realizar esse trabalho mais uma vez para que a sociedade compreenda aquilo que ela vê, mas não consegue enxergar. Também quero alertar a forma violenta como muitas das reportagens que ganham destaques nos jornais, contribui para a disseminação da mesma violência. Não reconhecer a diversidade das identidades de gênero das pessoas Trans assassinadas e ou que sofreram violências, é um dado recorrente nos diversos veículos de comunicação.

É preciso compreender que a flexão de gênero deve ser sempre respeitada e caminhar de acordo com a forma com que a vítima era conhecida. A ideia de “nome de batismo” que ainda é tão comum nas reportagens precisa ser eliminada, pois nós somos reconhecidas enquanto cidadãs e cidadãos quando nos registramos – nome de registro, e não quando nos batizamos. Ademais existe hoje uma infinidade de pessoas que não seguem esses ritos cristãos e a essas também devem ser resguardados seu direito.

A pandemia trouxe consigo diversas modificações na sua vertente mais cruel e atacou muita gente, vitimou fatalmente outras tantas já em situação de vulnerabilidade pela falta de ações do estado, e trouxe consigo momentos de dor, medo e sofrimento. Aprendemos com ela um tanto de condições sanitárias e sociais para que não nos infectassem, mas esses mesmos aprendizados não acontecem normalmente para lidar com outras questões extremamente preocupantes, e aqui falo da violência, especialmente da letalidade contra pessoas Trans.

Está explícito para toda população que a pandemia do coronavírus não respeita *cor, crença, classe social e etc.* Nós até concordamos, mas se formos avaliar a fundo os dados das principais vítimas da pandemia certamente vamos constatar que ela tem sim cor e classe social, e olhem que nem colocamos a população Trans nesse bojo de análises, visto que não há dados sobre essas mortes quando falamos das pessoas trans nos registros governamentais. São pessoas que sempre experimentaram o isolamento social e que, dessa vez tiveram que dividir com a cisgeneridade essa terrível experiência, mas de fato a condição de isolamento para a população trans é completamente diferente, pois elas foram compelidas a viver num mundo paralelo, tendo que se organizar como podem e com os escassos recursos que dispõem.

Muitas dessas tiveram dificuldades de deixar o trabalho da prostituição nesse período de pandemia por conta de não ter reservas para o seu sustento longe do trabalho, e as campanhas de arrecadação de donativos suprimam uma parte dessa necessidade, mas não conseguiu atingir a toda população. Que também reportou muitos problemas quando retornaram à casa de familiares por conta das recomendações das autoridades de saúde para se resguardar da infecção pelo vírus, pois essa convivência que em muitos casos nunca foi muito amistosa, se acirrou ainda mais nesse momento por conta da pressão psicológica vivida por todos, mas também pela própria transfobia arraigada no seio familiar para confirmar a tese de quão “abjetas” são essas identidades para o rol das sociedades cisheteronormativas.

Também nesse período pandêmico, vimos a esperança reacender no final desse túnel (É esse o local que acreditamos que a população trans esteja nessa era), e falo aqui das eleições municipais onde pela primeira vez na história do Brasil tivemos uma série de pessoas trans eleitas como vereadoras/es, nas mais diferentes regiões do país. Um fato que deve ser comemorado, mas que também deve ser observado, monitorado e acompanhado com bastante atenção, pois vindo de onde vieram e da forma que foram “lidas e entendidas” por essa sociedade violenta já sabemos de antemão o que essas pessoas democraticamente eleitas terão de desafios nas câmaras municipais. Pois além de defender e cumprir o mandato, ainda terão que afirmar e defender a normalidade dos seus próprios corpos nesses ambientes tão hostis e transfóbicos.

“A guerra já começou e não fomos nós que declaramos”. Assim que os resultados das eleições foram consolidados uma enxurrada de ataques na maioria das vezes por redes sociais e chegaram a essas vereadoras querendo agredir sua humanidade através de ameaças as suas integridades

físicas e atacando violentamente às suas identidades de gênero. Todos esses ataques criminosos estão sendo denunciados nas instancias cabíveis. Nós não nos calaremos, ou melhor: Vocês não nos calarão!

O índice de assassinatos continua altíssimo e nesses quatro anos que temos nos debruçado sobre essa pesquisa, percebemos o recrudescimento dessa violência e a naturalização dos discursos de ódio que tomam conta do nosso país. E de certa forma, isso também nos motiva a continuar trabalhando e demonstrando que é possível fazer muitas coisas para tirar o Brasil desse buraco que foi colocado. Sem Travesti, não terá revolução.

Os estudos de cada ano trazem um diagnóstico muito bem construído de como a transfobia e as mais diversas formas que admite se articula e ataca a nossa população, e para além de números, que são importantes, todas as pessoas devem buscar entender que a nossa análise ultrapassa essa leitura. A convivência cotidiana com esses cruéis assassinatos que nos deparamos é um árduo fardo que a instituição e as pessoas que fazem esses estudos e levantamentos têm que enfrentar e se esforçam bastante para que esses dados tão cruéis não possam afetar às suas saúdes mentais.

É imprescindível que os movimentos sociais organizados em parcerias com outras instituições de pesquisas possam se apropriar cada vez mais desses estudos para que coletivamente possam cobrar ações efetivas que trabalhem para erradicar esses crimes e a violência em si.

Responsabilizar o poder público pela inação referente a essa demanda, pois ele continua inerte especialmente nesses quatro anos que fazemos esses levantamentos, e nesses últimos dois anos tem contribuído por reiteradas vezes para a piora no cenário geral pelas diversas declarações, retrocessos e falta de ações feitas por esses atores quando se referem à população de travestis, mulheres transexuais e homens trans.

Devemos continuar vigilantes e prontas para reagir quando os sinais de retrocessos apontarem para o nosso lado, mas sem descuidar quando eles mirarem para outros lados também. Nós somos um movimento reativo, mas muito proativo e a prova disso é a forma como nos reinventamos nesse período de pandemia e sobre como soubemos caminhar de modo remoto com a mesma vivacidade de quando podíamos nos reunir e atuar presencialmente, das parcerias que se estabeleceram e das ações desenvolvidas de modo coletivo com diversos movimentos sociais.

Também foi uma grata surpresa poder sentir a solidariedade de pessoas diversas por todo o Brasil quando solicitamos ajuda nas diversas campanhas que nossas afiliadas desenvolveram pelo Brasil afora, perceber o empenho de pessoas comuns dispostas a doar para pessoas Trans é uma certeza que estamos num caminho certo e que somos sim um povo solidário. A ANTRA mobilizou ações em pelos menos 20 estados – direta e indiretamente, tendo participado de

grande mobilização LGBTI+ que tem sido responsável pela sobrevivência e dignidade de nossa população. Da mesma forma agradecer as empresas públicas e privadas, parceiros, aliados e amigos, que apoiaram também algumas iniciativas específicas, e para isso o advocacy desenvolvido pelas lideranças trans nos mais diferentes estados foi imprescindível.

Desse modo queremos por fim continuar na atuação diária, sem descansar um só minuto sequer para defender o que acreditamos e atuar com aquelas e aqueles que acreditam no nosso trabalho, que apoiam as nossas ações e muitas vezes se somam a elas.

Sei que todo mundo tem o seus corres, mas é muito importante que vocês deem atenção para as nossas existências. Nós somos negras, mulheres, somos pessoas com deficiência, evangélicas e também de matriz africana, somos pessoas do campo, somos diversas. Estamos em todas as lutas, mas seguimos preteridas quando se trata de nossas pautas. Queremos que vocês apareçam, fortaleçam, participem e ajudem a construir as atividades que serão organizadas nas suas cidades. Precisamos que vocês ouçam nossos gritos!!!

Procurem as instituições e se coloquem pra ajudar. A revolução que a gente tanto sonha só vai acontecer quando estivermos fortalecendo um pensamento democrático, laico, feminista, anticapacitista, antirracista e anticissexista, e contra todas as formas de opressão. Desejamos um futuro onde estudos como esses não sejam mais necessários, mas enquanto nada for feito continuaremos gritando a plenos pulmões e, esperando que o mundo inteiro ouça e aja: **PAREM DE NOS MATAR!**

20 AUTORAS



BRUNA BENEVIDES

- Militar da Marinha do Brasil
- Consultora de Diversidade sexual, de Gênero e Direitos Humanos da população LGBTI+
- Educadora Social, Coordenadora do Pré Vestibular Social PreparaNem Niterói desde 2016
- Secretária de Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)
- Secretária de Comunicação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)
- Membro da Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI+ (RENOSP LGBTI+)
- Membro Fundadora do Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (Fórum TTRJ)
- Membro do Sistema de Informações sobre violência contra a população LGBTI da América Latina e Caribe (SINViolenciaLGBTI)

Contato: bruna-marx@hotmail.com



SAYONARA NOGUEIRA

- Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia.
- Especialista em Atendimento Educacional Especializado pelo Instituto Prominas e Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Uberlândia
- Técnica em Políticas Públicas de Gênero e Raça pela Universidade Federal de Minas Gerais
- Professora e Consultora Acadêmica
- Vice-presidente do Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE
- Membro da Rede Ibero-americana de Educação LGBTI

Contato: sayonarativ@hotmail.com

REALIZAÇÃO



APOIO



APOIO INTERNACIONAL



Embaixada da Noruega
Brasília





APOIO À PUBLICAÇÃO

expressão
POPULAR

 justiça global

 DISTRITO
DRAG

 UNFPA
Fundo de População
das Nações Unidas



Embaixada da Noruega
Brasília